

O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII

A cidade reconstituída a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos índices dos Prazos das Casas do Cabido

Miguel Sopas de Melo Bandeira

1. Nota Introdutória

A cidade de Braga é hoje em dia um espaço de profundas e rápidas transformações urbanas que apelam à intervenção activa de projectos de desenvolvimento, assentes na estreita observância de valorização da memória e identidade colectivas. As origens de Braga mergulham nos primórdios históricos do Noroeste Peninsular, onde se instalou no centro de uma região densamente povoada e que, ainda hoje, lhe confere um papel relevante no âmbito do urbanismo português contemporâneo.

Estigmatizada por ciclos de "*erosão humana*" resultantes de tensões dinâmicas, onde o passado glorioso se confronta com os futuros incertos, o presente da cidade, em especial o seu *centro histórico*, têm-se metamorfoseado, fruto de incisivas intervenções que alteram a sua organicidade e desfiguram os testemunhos do passado. Torna-se pois um imperativo recuperar a memória cognitiva da cidade, investindo para isso na investigação da evolução do seu espaço urbano.

As motivações expostas associadas ao conhecimento empírico de um particularismo histórico que sempre nos atraiu — o *senhorio de Braga*, ou então a *república Bracarense*, como lhe chamou um autor anónimo do Séc. XVIII¹ — adquiriu maior intensidade ao ser-nos revelado um conjunto de *fontes* documentais únicas, produzidas ainda durante esse estado, convidativas à elaboração de uma tese em Geografia Urbana Histórica e susceptíveis de proporcionar a reconstrução de uma cidade hoje perdida. O Cabido da Sé

Este texto resulta de uma re-leitura e síntese da dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em Abril de 1993.

¹ Licenciado em Geografia pela FLUP; Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
BNL, c.f. Códice n.º 682, "História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracarense da Época do Século XVII", f. 279.

Primacial de Braga, produtor e autor da documentação em causa, é por meados do Séc. **XVIII** o principal proprietário urbano e simultaneamente o fiel unificador de tão vasta informação. Daí que objectivo inicial da nossa investigação partisse deste rico património que entendemos imprescindível para o conhecimento e a compreensão de um período deveras marcante da urbanidade bracarense — O Século **XVIII**.

Em primeiro lugar, a cidade é ainda a sede de um extenso senhorio cuja natureza política e histórica se enquadra num contexto particular face às demais cidades do país. E um senhorio territorial, governado segundo os princípios de uma república neoplatónica por uma elite eclesiástica assente na hierarquia e na autoridade. O Arcebispo, auto-denominado *Primaz das Hespanhas*, é depositário de um rito exclusivo em toda a cristandade, dominando com amplos arbítrios, grande parte do território de entre os rios Douro e Minho. Embora a realidade não seja comparável à dos pequenos estados que então proliferavam na Europa, os donatários de Braga gozavam de *doações exuberantes, contendo mesmo direitos e prerrogativas de carácter régio*².

O Cabido da Sé de Braga é na altura, simultaneamente uma verdadeira autoridade política e o grande potentado económico. Sendo provavelmente a conjugação destes dois factores que proporcionou a elaboração de um fundo documental tão rico e detalhado.

Reportando-nos exclusivamente às duas *fontes* seleccionadas - independentemente do universo informativo exibido pelo conjunto patrimonial do extinto Cartório Capitular - diríamos que estas, por si só, são susceptíveis de proporcionar um esboço morfo-funcional urbano de âmbito global.

2. Rumos de partida: As fontes e a linha metodológica

A investigação iniciou-se com a indagação das *fontes* referentes à cidade produzidas pela instituição capitular. Pretendeu-se com isto maximizar a informação do conjunto documental elaborado pelo Cabido num período caracterizado pelas acicatadas demandas entre este corpo e a Mitra Primacial. São então evidentes as preocupações demonstradas pelos seus autores em reorganizar o inventário dos bens e proventos da Mesa Capitular, bem como, simultaneamente, criar instrumentos de utilidade prospectiva e planificadora. Assim, partimos para este estudo considerando em especial duas *fontes* base:

- O *Mappa das Ruas de Braga* (MRB)
- Os *índices dos Prazos das Casas* - 4 volumes - (IPC)

No primeiro caso, estamos perante um documento *sui generis* de elevado valor iconográfico que descreve uma imagem sincrónica muito aproximada da configuração real da cidade no ano de 1750. O segundo documento, é

² Hespanha, A. M. - História das Instituições - Épocas medieval e Moderna -, Coimbra, Liv. Almedina, 1982, p. 296.

composto por 4 volumes que reúnem o espectro diacrónico dos *Prazos* urbanos do Cabido celebrados entre 1406 e 1905.

Estes documentos foram elaborados em meados do Séc. XVIII com o objectivo comum de integrar o Cartório do Cabido da Sé de Braga e pertencem actualmente ao acervo patrimonial do Arquivo Distrital de Braga (ADB)³.

Partindo do suposto entrosamento linear destas duas *fontes*, apesar de procederem da mesma instituição e serem claros os seus fins complementares, o decalque representativo do sistema morfo-funcional urbano não é imediata e absolutamente exequível. Este objectivo só será hipoteticamente obtido com a elaboração de estudos mais vastos e integradores. Para isso será necessário considerarmos outras *fontes* e outros pressupostos teóricos de que outros trabalhos, posteriormente se poderão ocupar. Por agora é nossa principal intenção descortinar o impacte de uma época urbana que redutoramente tem sido considerada apenas na sua componente arquitectónica estrita.

Após a morte do Arcebispo D. Rodrigo da Moura Teles (1704-1728), abriu-se um período de *vacância* que durou 13 anos. Esta circunstância derivou das dissenções entre D. João V e a Santa Sé fazendo com que o Cabido estivesse à frente da Arquidiocese esse longo período. Ao Cabido competia-lhe, entre outros atributos, a administração e gestão dos bens da Mitra. A forma como exerceu esta prerrogativa esteve, porém, na origem dos mais graves conflitos que temos notícia entre este corpo e o futuro Arcebispo, D. José de Bragança (1741-1756) meio-irmão do rei D. João V. De certo modo, os conflitos foram já profeciados pelo Arcebispo antecessor quando, ainda em vida, tomou algumas disposições no sentido de fazer prevalecer as suas vontades após a morte, nomeadamente no que diz respeito à recondução dos ministros da relação que tinha nomeado⁴. Quando o Prelado se finou, o Cabido tratou logo de impor as suas intenções, fazendo *letra morta* do estabelecido e provocando, inclusive, litígios com a coroa. A situação prolongou-se até à nomeação do novo Donatário, tendo-se mesmo agravado ao ponto de ruptura no consulado deste. Bem exemplificativo disso, foi o facto do Arcebispo, a propósito de um conflito protocolar, ter encarcerado no aljube em 21 de Março de 1742, 17 cónegos⁵! As grandes polémicas destes com D. José de Bragança - e nas quais podemos supor algumas das razões que terão contribuído para explicar a natureza das *fontes* de que partimos - assentam nas contas da administração da Sé vacante.

³ Em 1989, o ADB, publicou uma versão *Fac-Simile* reduzida do MRB, estando para breve a divulgação do Volume II. Este último reúne parte da informação constante dos índices dos Prazos Casas e alguns artigos referentes ao MRB, sendo de destacar a recolha exaustiva de informação referente à *Enfiteuse* celebrada no período de execução do mesmo. Ver Arquivo Distrital de Braga - Mapa das Ruas de Braga - (Vol I e II), Braga, Arquivo Distrital de Braga - Univ. do Minho e Companhia IBM Portuguesa, S. A., 1989/91, Vol.I- 19p prévias e 60 Fólios; Vol.II, 171p. e 5 anexos (Plantas).

⁴ Ferreira, J. Augusto - Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Sec.IH-Sec.XX). Famalicão, Ed. da Mitra Bracarense, 1932, Tomo III, p. 271.

⁵ Id., p. 291.

Do processo litigioso, Cabido *versus* Arcebispo, resultou inclusivamente o *sequestro* das rendas da Mesa Capitular por parte deste. Despoletado em data incerta e presumindo-se ter durado 8 anos⁶ foi preciso surgir um teramoto para ser levantado em Novembro de 1755 em ambiente reconciliador e de profunda contrição.

Foi nesta convivência mais ou menos conflituosa, que a Mesa Capitular, deliberou, em 22 de Dezembro de 1740⁷ proceder à reorganização do seu Cartório. O estado de organização do arquivo capitular, no dizer de Monsenhor Ferreira, "*achava-se em grande confusão*", sendo necessário nomear uma Comissão encarregue de o rever e reorganizar. Para tal, foram designados os capitulares Dr. Constantino da Cunha Sotto Maior (Tesoureiro-mor), Francisco Pacheco Pereira (ilustre Paleógrafo)⁸ e Rafael Álvares da Costa.

O desleixo e o arbítrio proporcionado pela vacância, a incúria, a proliferação e arrastamento de impasses jurídicos, dívidas sobre os direitos dos seus bens, litígios e despesas perdulárias, contribuíram, no seu conjunto, para a implementação de um processo reorganizativo de fundo, que fizesse valer os direitos da instituição, bem como reforçar o seu vasto poder nos tempos equívocos que se viviam. Desta iniciativa resultou uma obra gigantesca, composta, por *catorze livros de índices: os índices das gavetas (6 Vols.), os índices das sentenças (1 vol.), os índices dos Prazos das casas (4 vol.)*⁹ e o *Mappa das Ruas de Braga*, que de acordo com o que está expresso na *folha de rosto* integra a mesma empreitada.

Dez anos depois de ser decidido rever e reorganizar o património do Cabido, neste caso o seu senhorio urbano, surgiu assim, um dos documentos mais originais existentes no Arquivo Distrital de Braga — O Mapa das Ruas de Braga - 1750 (MRB). Esta obra foi desenhada pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767), a mando da Mesa Capitular sob a tutela directa do Cónego Francisco Pacheco Pereira (1697-1763), Provisor do Arcebispado e descendente da ilustre casa de Vale Flores (de Infias)¹⁰.

O MRB cuja forma original de apresentação se desconhece, é constituído por estreitas tiras de papel *de linho*¹¹ representando 116 sequências de fiadas de alçados das casas e demais frontarias, bem como as confrontações do edificado vertente para os espaços viários. A este propósito observemos o exemplo da rua de *Maximinos* (n^o22)¹², uma das ruas melhor representadas

⁶ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII - Para o estudo do Mapa das Ruas", Braga, in Sep. de *Itinerarium*, 1991, Ano XXXVH, n^o140, p249-317'

Ferreira, J. Augusto - *Fastos* opus cit., p. 275.

⁸ Id. *ibid.*

⁹ Vasconcelos, M^a da Assunção - "O Mapa das Ruas de Braga de 1750 - Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no séc. XVIII" Braga, in *Fórum*, n-4 -Out. de 1988 -UM,p91-101.

■*■" Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII..." , opus cit. p. 65.

¹¹ Oliveira, Eduardo Pires - *Mapa das Ruas de Braga - Braga*. ADB,1991, Vol.II, p. 33.

¹² As ruas representadas no MRB surgem acompanhadas do número que exibem na *fonte* e que simultaneamente são os mesmos que estão patentes na cartografia que segue em anexo.

no documento (ver figura n^o1) Segundo Albano Belino, pelo menos desde o início deste século, o MRB acháva-se já comprovadamente sob a forma de livro¹³, exibindo as respectivas representações dobradas em *harmónio*. Aliás, a folha de rosto, o frontespício e a numeração dos fólhos sugerem que a apresentação tenha tido sempre esta forma.

São designados 67 espaços viários (ruas, *campos*, praças e *cangostas*) dos quais 52 estão integralmente representados. Alguns destes exibem só uma das vertentes dos alçados e outros apenas se manifestam por um pequeno apontamento toponímico. Pode-se porém considerar a *fonte* globalmente satisfatória no que concerne à representação do espaço urbano, especialmente a cidade intramuros, praticamente toda representada.

Na essência o documento exhibe uma ilustração iconográfica do edificado vertente para as vias, onde estão desenhadas e pintadas as casas, separadas através de uma linha de referência nítida (linha de empeno). No entanto, este documento, pelo seu rigor descritivo, representa também as Igrejas e edifícios públicos importantes, permite localizar fontes, portais, pontes, cruzeiros, muros, os torreões, portas e *panos* da muralha, a vegetação dos jardins, ruínas e até os espaços livres loteados destinados a futuras construções.

No domínio arquitectónico, reconhecemos os períodos e os estilos no desenho das fachadas, os diferentes tipos de janelas, de varandas e portas. Identificamos pisos, a existência de recuados e sobrados, os materiais de construção, o nivelamento dos telhados, etc. Os alçados exibem ainda os valores das confrontações entre as linhas de empeno, medidas em *varas*¹⁴ com desdobramento em palmos até às 4 polegadas.

Finalmente, o MRB regista uma numeração convencional em cada alçado aforado ao Cabido ou com ele relacionado, o que permite o cruzamento visual da informação aí contida com os elementos referentes aos *Prazos* registados nos IPC¹⁵.

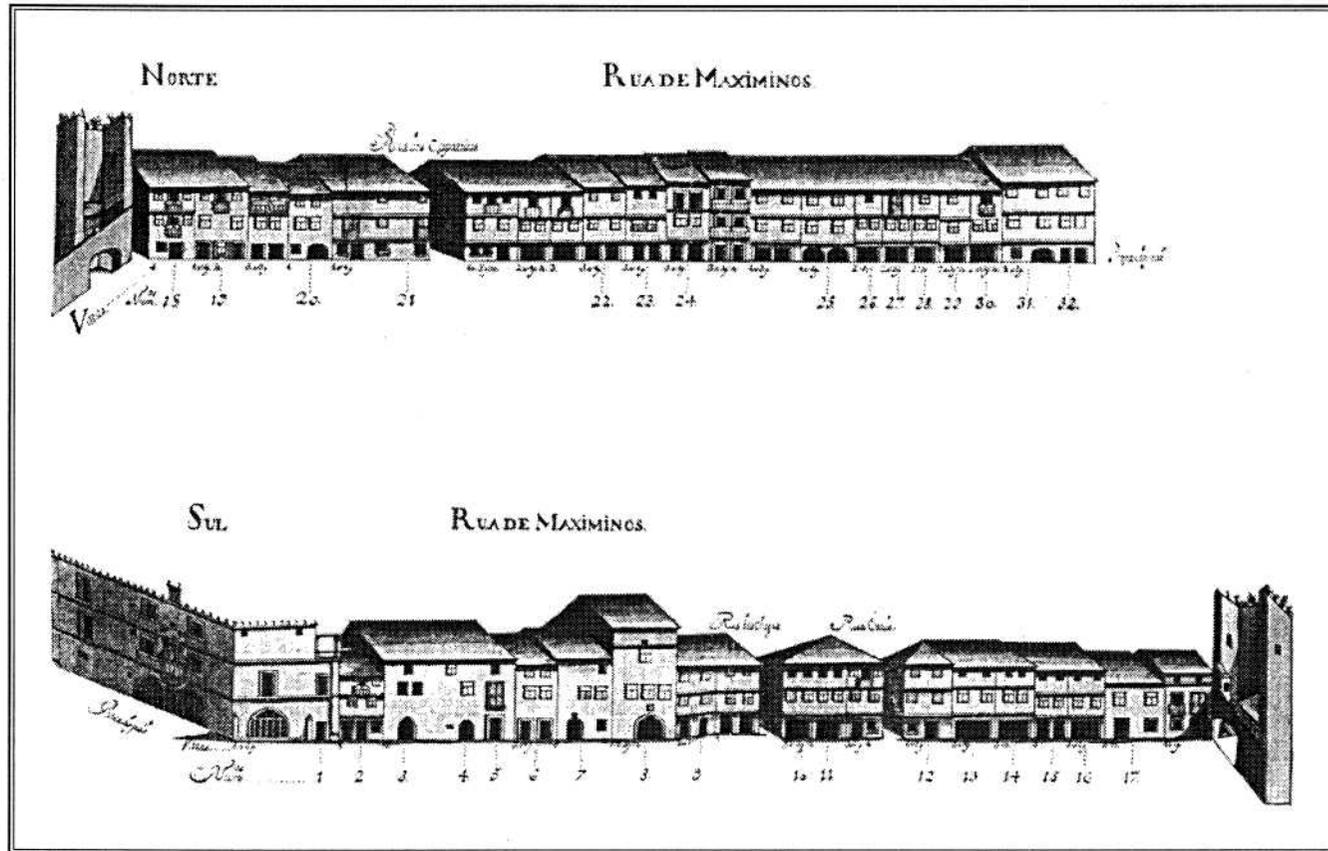
Estes últimos são um conjunto documental inserido no mesmo âmbito do vasto processo de reorganização e revisão do cartório da mesa capitular encetado em 1740¹⁶. São quatro os volumes que contêm a informação respeitante aos *Prazos* urbanos celebrados entre 6-4-1406 (rua *Verde* - n^o21)¹⁷ e 10-8-1905 (n^o6 da rua dos *Açougues Velhos* - n^o3). Trata-se de um espec-

¹³ Oliveira, E. opus cit, p33

1 *Vara* corresponde sensivelmente a 1,10 metros, Ver tabela de correspondências in Marques, A. H. de Oliveira - "Pesos e Medidas", in *Diccionario de História de Portugal*-Coord. Joel Serrão, vide artg. "Pesos e Medidas" J.B.M., Porto, Iniciativas Editoriais, 1973, Vol. V, p. 68.

⁵ Este documento, actualmente com as dimensões de 361x960mm e 187 fólhos, pertence ao ADB, sendo pela última vez restaurado em 1976. Recentemente foi editado pelo ADB (Mapa das Ruas de Braga, Dez. de 1989), numa edição reduzida de 900 ex.

"Desde os princípios até ao quarto decénio do século (XVIII), a incúria capitular foi exageradamente notória, no respeitante ao estado verdadeiramente caótico de muitos *Prazos*", ver Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII..." opus cit., p. 53. ¹⁷ As ruas citadas do MRB exibem a numeração patente na *fonte*.



O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII

Fig. 1 — Rua de Maximinos (ou dos Burgueses), n.º 22 do MRB

tro informativo de elevada expressão temporal que nos informa da evolução da dinâmica foreira na cidade. Ainda e segundo Araújo, verificamos que é proveitoso recorrermos ao texto do frontespício do MRB para procurarmos o sentido de tão vasta obra:

*elaborada e repartida por catorze volumes, nos quais se contêm (a saber) a enfiteuse, as provisões régias e os privilégios pontifícios e outros diplomas e instrumentos desta Mesa Capitular, muitos dos quais totalmente corroídos pela ferrugem dos anos e soterrados no esquecimento dos homens*¹⁸.

Os IPC, neste caso particular, constituem um verdadeiro *Index* resultante de um laborioso trabalho arquivístico, que para além do carácter utilitário imediato, serviria para recuperar informação considerada, já na altura, praticamente perdida. A partir da sua consulta foi possível restabelecer o fio condutor do processo de aforamento, proporcionar um instrumento prospectivo para o futuro e finalmente fundamentar as pretensões do Cabido nas demandas em que andava envolvido¹⁹.

Os índices reúnem um leque sucinto de informação referente a cada *Prazo* celebrado. Basicamente, estão organizados por ruas, repartindo geralmente por cada página uma casa cujo número tem correspondência directa com o MRB. Com o fim de facilitar a localização, figura neles, o ponto cardeal (na perspectiva do observador), e o senhorio das propriedades confinantes com as casas numeradas. Invariavelmente são registados a data precisa da celebração do *Prazo* e o nome do *enfiteuta* (quasi sempre acompanhado do respectivo conjugue, ou pessoa referenciável por parentesco, protecção ou outra relação social estreita).

Os *Prazos* evoluem nos fólhos à medida que vão sendo renovados, indicando-se o foro devido. O pagamento, que inicialmente se processava em *marevedis* e *libras* ou *soldos*, passa genericamente, em meados do Séc. XV²⁰ a ser pago em *réis*. Estes pagamentos são normalmente acompanhados de um tributo em géneros, sendo na sua maioria galinhas, capões, e cereais (em alqueires). Todos estes proventos surgem ainda acrescidos de tributos complementares como *Laudémios*²¹ e pensões.

Em termos sociológicos a informação de maior relevância é, sem dúvida, a nomeação da profissão e/ou posição social que, frequentemente, surgem associadas ao *enfiteuta*. O atributo de Dom e Dona, o grau académico e até

¹⁸ Trad. do texto latino patente no Frontespício do MRB por António de Sousa Araújo, id. p. 62. ⁹ "Sem Títulos legais à vista nada poderiam fazer os cónegos. Nem emprazar, nem reivindicar rendimentos", id., p. 54.

[^] "Mesmo depois da introdução dos *reais* nos seus contratos, em 1437, o Cabido continuará a exigir *libras* até 1445, e *maravedis* até 1466", ver Rodrigues, Ana - "Os Prazos do Cabido de Braga nos séculos XIV e XV" - in Actas IX Centenário da dedicação da Sé de Braga, Vol II/1, Braga;UCP,FTB e CMPB; p. 480.

Laudémio é uma " pensão que se paga ao senhorio directo de qualquer prédio aforado, quando o foreiro aliena todo ou parte do prazo, por título oneroso(...)A partir do Séc. XV, o *laudémio* habitual sobre os prédios urbanos oscila entre 40% e 50% do preço de venda ", ver Marques, A. H. de Oliveira - "Laudémio" - in "Diccionario de História de Portugal", Dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol.III, p. 439-440.

alguns apelidos de famílias de reconhecida nobreza²² possibilitam a maximização do levantamento socio-profissional da cidade.

Por último, os índices informam-nos sobre as modalidades de contratação enfiteútica: *Prazo*, escritura de *Prazo* ou escritura subalterna à face da escritura *subenfitenteuta*. Ao todo são 2614 *Prazos* e *subemprazamentos* registados nos índices das casas, que recentemente foram divulgados pelo ADB²³, merecendo um tratamento mais detalhado aqueles que se aproximam da data em que foi executado o MRB. Deste modo, consideraremos a recolha efectuada por M. A. Vasconcelos²⁴, publicada na citada obra, produto do cruzamento de diversas *fontes* complementares e associadas a estas, como ponto de partida para a análise social que nos propomos realizar.

2.2. Potencialidades e Condicionantes

O denominador comum destas duas *fontes* está na numeração convencional atribuída pelo Cabido a cada um dos *Prazos*. No MRB esta é exibida no roda-pé das portas das casas representadas e nos IPC é discriminada, sequencialmente, por rua.

Potencialmente, o cruzamento do MRB com os IPC, sugeriria a possibilidade de traçarmos a distribuição da iniciativa foreira desagregada à escala do fogo, para a cidade de Braga, ao longo de 500 anos (1406-1905). Todavia, o MRB é um suporte visual isolado, demasiado circunscrito no tempo para abarcar razoavelmente um período tão longo. Em meio milénio, as construções, ainda que tenham conservado a área original de afectação, foram profundamente alteradas. O desenho urbano sofreu rectificações de diversa ordem, aconselhando a consideração dos *Prazos* celebrados nas datas mais próximas do período de execução do MRB. Por outro lado, a actualização dos documentos é praticamente nula no caso do MRB, e nem sempre sistemática nos IPC. Daí termo-nos acautelado, face à suposta relação imediata, entre fogos e registos de *Prazos*, em especial, nos períodos mais distantes da data de execução do MRB.

Um outro aspecto, a ter em conta, diz respeito à não total coincidência entre a toponímia designada nas duas *fontes* para os mesmos espaços viários, bem como a incongruência pontual de algumas numerações (ex. *Quingosta das Ágoas* - nº60 patente nos IPC não exhibe qualquer numeração no MRB). No primeiro caso, a causa do desfazamento deve-se ao natural processo evolutivo toponímico - os primeiros *Prazos* não têm, na sua maioria, numeração de *Prazo* até sensivelmente ao virar do último quartel do Séc. XV, o que pode estar associado a alterações morfo-funcionais. No se-

²² ver *Livros das Ordenanças-1764-ACME*.

²³ ADB, - *Mapa das ruas de Braga* -, Braga,ADB/IBM Portug.,1991, Vol. II.

Id.,p45, in Vasconcelos, Maria da Assunção - ADB - Vide cruzamento de diversas *fontes* complementares ao MRB (índices dos *Prazos* das Casas e dos Casais do Cabido, os *prazos* da mesa capitular, os livros de pensões das casas, e os livros de pensões das galinhas e capões do cabido).

gundo caso, saliente-se o facto de, nem todas as casas numeradas pertencerem ao Cabido. A dinâmica motivada pelos *escambos* e razões diversas estarão provavelmente na origem do facto.

As condicionantes levantadas pela especificidade da representação do MRB - que impede nomeadamente o conhecimento das confrontações traseiras do espaço edificado - solicitaram da nossa parte a concepção de um modelo cartográfico de suporte susceptível de reconstruir a estrutura do espaço urbano.

Finalmente, a consideração dos *Prazos* e respectivas rendas — elementos inequivocamente demonstrativos da dinâmica social e da prática funcional de intervenção no território — ficam naturalmente aquém de um conhecimento locativo preciso, que proporcionaria por exemplo, o conhecimento dos residentes e das actividades que, neste contexto, é impossível obter. Contudo, a desagregação dos foreiros e *subenfitetas* ao nível do fogo, conhecendo nomeadamente a posição social, ou mesmo a profissão, permite uma urbanização qualitativa da cidade de *setecentos* que nos informa da sua multidimensionalidade humana.

O objecto primordial do nosso trabalho centra-se na reconstrução do espaço urbano de Braga em meados do século XVIII. Com isto pretende-se encetar uma investigação em Geografia Urbana cujo campo hermenêutico se insere no domínio da *História Moderna*.

A historiografia confronta-se, actualmente, com um crescente interesse pela reconstrução dos espaços históricos, em especial dos espaços urbanos. Porém, não raras vezes deparamos com suportes cartográficos subestimados nas suas funções e rigor, como se de meros apêndices se tratassem²⁵. Não serão os mapas mais do que meras ilustrações, também eles *fontes* de inestimável informação científica?

A inexistência em muitos casos de representações cartográficas coevas e, sobretudo, a confusão estabelecida entre mapas e *fontes* iconográficas obriga da nossa parte à utilização cuidada das metodologias empregues. No âmbito dos espaços urbanos a reconstrução cartográfica é um problema que se agrava devido aos elevados índices de concentração de homens, de construções e de actividades. Frequentes vezes são insuficientes as *fontes* documentais e iconográficas para possibilitarem uma recriação objectiva de um espaço peculiarmente dinâmico como é o das cidades. A disseminação justaposta dos testemunhos de diferentes períodos de construção proporciona um verdadeiro *puzzle* que só uma investigação repartida e multidisciplinar permite o isolamento de *cortes* sincrónicos desses espaços.

²⁵ Garcia, João Carlos, Recensões in *Ler História*, "A Historiografia Portuguesa Hoje", Lisboa, Teorema, 21, 1991, p. 195-199.

3. Instrumentos cognitivos do espaço urbano

*La carte est une image; ce n'est qu'à une époque récente
qu'elle est transformée en illustration et en instrument
La carte, c'est la réalité et le symbolisme à la fois.*

Kish, G. (1986) - "Cartes, globes et arts décoratifs: une vue
des Géographes" in *Acta Geographica*, 3e Série, n°66, p65-81

Cartas e globos são representações do espaço terrestre que ao longo de muito tempo apenas foram conhecidos como objectos artísticos. Mais exclusivos que instrumentais, o seu usufruto e manuseamento apenas era acessível a um grupo restrito de homens. Povoavam os salões dos poderosos, enfeitavam as galerias dos palácios e dispunham-se nas bibliotecas para gáudio de uma elite. Só a solicitação das navegações em alto mar e os campos de batalha proporiavam a instrumentalidade que vieram a adquirir. Todavia, a maior parte dos espécimes que até nós chegaram raramente terão deixado a obscuridade interior dos edifícios.

O interesse dos soberanos pela cartografia dividia-se entre as informações geográficas e a ostentação exuberante das suas possessões. Os diversos suportes em que nos surgem representados são confirmadores da sua maior ou menor funcionalidade - globos de diversos tamanhos, pergaminhos, telas, frescos, tapeçarias e até em vitrais²⁶ apresentam o produto dos diversos levantamentos e informações intercalados por uma profusão de ornamentos, de figuras alegóricas e marcas do poder ostentatório.

Foi somente no correr do Séc. XIX, como afirma Kish, que os elementos decorativos das cartas e dos globos seriam substituídos pelos símbolos e convenções.

No entanto, a dúvida quanto à eficácia utilitária da cartografia não faz desmerecer a importância do seu estudo e reflexão. Cada carta e cada globo traduzem em si, como diria Rombai, um *grau de consciência territorial*²⁷ que nos informa do conhecimento e da estrutura espacial cognitiva patente pelos seus autores e beneficiários.

A invenção da imprensa e o desenvolvimento dos processos de gravação em madeira e em cobre, nos finais do Séc. XV, tornou possível a reprodução exacta das matrizes originais e generalizou a circulação dos mapas. O mapa impresso não sendo caracterizadamente instrumental, socializou-se, passando a abranger um público cada vez mais vasto. Os impressores, apercebendo-se disso, vieram alimentar aquilo que Wallis chamou o *orgulho cívico dos cidadãos*²⁸. E foi especialmente no domínio da cartografia urbana que encontramos algumas das mais belas representações da já designada

²⁶ Kish, George - "Cartes, globes et arts décoratifs: Une vue des Géographes", Paris, in *Acta Geographica*, 3e Série, N°66, 1986, p. 65-81.

²⁷ Rombai, Leonardo - "Geografici e Cartografi nella Toscana deirilluminismo", Riv. Geogr. Ital., 94 (1987), p. 293.

²⁸ Wallis, Helen - "Cartografia Urbana do Renascimento", in *Ler História*, n.º 10, 1987, p. 133.

consciência territorial.

Os mapas urbanos vieram a ser o género mais original e *perfeito da cartografia do renascimento*²⁹ tendo-se vulgarizado por toda a Europa através dos "livros de cidades" que continuaram durante todo o Séc. XVII. O primeiro Atlas urbano afamado e expoente deste período, é o conhecido *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg, publicado em Colónia em seis volumes, de 1572 a 1618, e no qual está integrado o famoso *Ex-libris* bracarense — *noua Bracarum Avgvste defcriptio*, de 1594.

Com os progressivos avanços científicos nas técnicas de levantamento e desenho, associados à expansão das cidades - verificada sobretudo a partir do Séc. XVIII - bem como às exigências de planeamento derivadas de grandes cataclismos urbanos - primeiro o incêndio de Londres (1666) e, mais tarde, o terramoto de Lisboa (1755) - apressaram os cartógrafos a traçar planos geométricos de funcionalidade inequivocamente instrumental.

3.1. A transferência para o Norte da Europa do protagonismo cartográfico nos Sécs XVII e XVIII

A afirmação do comércio à escala mundial no decorrer do Séc. XVII, consolida no Norte da Europa novos impérios coloniais sustentados por uma classe emergente - a grande burguesia mercantil. Inicialmente os Países Baixos e Inglaterra e, mais tarde, a França, vão protagonizar o domínio das grandes rotas marítimas, transferindo definitivamente a supremacia dos portos do Sul da Europa para os do Norte Atlântico e Báltico.

Esta dinâmica acompanha todo o movimento mental que cruza a cultura, a ciência e a tecnologia, e que naturalmente se repercute na produção cartográfica.

A descoberta dos contornos dos continentes por portugueses e espanhóis - cuja imagem registaram em abundantes cartografias praticamente exclusivas até ao final do Séc. XVI -, os progressos do racionalismo científico e o perfeccionismo atingido pelos instrumentos de medida, relegaram para a História conceitos e paradigmas considerados indiscutíveis. Como complemento, o desenvolvimento dos potenciais bélicos e a evolução das doutrinas militares e navais no séc. XVII, garantem a corrida às infundáveis riquezas do ultramar, esbatendo o risco das viagens e assegurando a penetração no interior dos continentes.

Por toda a Europa germinam escolas militares onde nasce uma nova classe de oficiais qualificada e mercenária, sem pruridos de oferecer os seus préstimos pelo melhor soldo. E esta classe aventureira, ao serviço da volúpia das nações na luta pela hegemonia europeia e pelo controle insaciável dos recursos coloniais, que vai monopolizar a produção cartográfica até finais do séc. XIX. Tendo Joly a este propósito afirmado que: *Durante todo o século XVII, o objectivo principal dos trabalhos cartográficos a*

²⁹Id,p. 127.

²⁹Id,p. 127.

*grande escala havia sido de tipo militar. Em quase toda a Europa se elaboraram planos de cidades, praças fortes e campos de batalha, para uso dos exércitos em campanha, ou para ilustrar a história guerreira*³⁰.

De mero efeito decorativo ou expressão ostentatória dos senhorios e possessões, as grandes escalas adquirem um valor instrumental até então desconhecido.

Os ideais racionalistas difundem-se por entre governantes na gestão e apreensão precisa dos territórios que dominam. Colbert (1619-1683) encarrega a Academia de Ciências (criada em 1666), nas pessoas do Padre Picard, J.M. Cassini (1667-1756) e Hine de publicar a carta de França, tendo-a, este último, apresentado ao rei Luis XIV em 1693. Aliás, os levantamentos levados a cabo pelo Padre Picard vêm na sequência das primeiras triangulações geodésicas efectuadas nos Países Baixos por Blaeu (1571-1638) em 1610.

Chegamos assim aos finais do século XVII com um nível de execução onde são já aplicados os princípios da cartografia contemporânea. Introduzidas a geodesia e a topografia no levantamento dos mapas de grande escala, naquilo que então foi conhecido por "cartografia geométrica"³¹ e hoje nós chamamos topográfica, assistimos progressivamente ao abandono das generalizações clássicas baseadas em Ptolomeu e nos *portulanos*, que contudo, coexistem com o que de mais recente se vai fazendo. A este propósito, Suzanne Daveau denuncia a persistência de arcaísmos cartográficos, pelo menos até ao final do primeiro quartel do Séc. XIX os *mapas transmitem com a mesma facilidade os erros e as verdades, e não são, infelizmente, sempre os melhores mapas que têm mais aceitação em determinada época*³².

O surto demográfico acentuado a partir dos inícios do século XVIII, especialmente nas cidades, atribui um elevado grau de complexidade à organização do espaço urbano e impõe medidas de planeamento para as quais é necessário uma cartografia rigorosa de suporte em grande escala. Só para Paris, León Vallée, em 1908, nomeia a existência de 20 plantas para o Séc. XVII e mais de 130 referências para o Séc. XVIII³³.

Os países com maiores interesses na navegação e na colonização organizam grandes viagens científicas de exploração com a missão principal de se proceder ao levantamento de cartas e à determinação das coordenadas geográficas com vista a rectificação das medições expressas nos tratados. No decorrer deste século os instrumentos primitivos utilizados pelos navegantes, cartógrafos e astrónomos meridionais, dão lugar a aparelhos de grande precisão. O emprego do teodolito, o aperfeiçoamento do telescópio astronómico, o cronometro e o barómetro, permitem a medição de ângulos, a deter-

³⁰ Joly, Fernand - *La cartografía* - Barcelona, Ariel, 2- ed., 1982, p. 21.

³¹ Id., p. 20.

³² Daveau, Suzanne - "A Pintura do Mundo - Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII" (catálogo. expo.), Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992, p. 16.

³³ Cit. por Paul, Serge - "Plans et cartes de Paris au XVIIIe siècle..." in *Acta Geographica*, 3e série, n^o66, 1988, p. 88-92.

minação de latitudes, longitudes e altitudes com rigor. O estado moderno torna necessário e indispensável a criação de instrumentos cognoscitivos de aplicação perital, descritiva e iconográfica, bem como a formação de técnicos especializados, capazes de promover a planificação territorial da primeira metade de *setecentos*.

Também as autoridades eclesiásticas haveriam de levantar planos das suas paróquias e dioceses. Nesse sentido são inúmeras as petições dos clérigos em finais de seiscentos ao monarca francês. Mais tarde registamos também estas preocupações nos Estado Pontifícios.

Concomitantemente à evolução da cartografia em grande escala, a Europa do Séc. XVIII vai assistir a uma verdadeira operação cadastral global.

Subjacente às ideias do *Estado Moderno iluminista*, a tendência dos governantes foi a de criar instrumentos políticos capazes de sustentar a intencionada centralização do poder absoluto. Sob o lema *conhecer para governar*³⁴ levou-se a cabo em todo o espaço europeu, tentativas mais ou menos conseguidas de proceder a profundos levantamentos cadastrais do território. Se bem que a verdadeira História do cadastro moderno só se tenha iniciado com a revolução francesa (1789)³⁵, a verdade é que assistimos, ao longo do Séc. XVIII, a um esforço generalizado quer da parte do estado, quer dos grandes potentados fundiários em conhecer rigorosamente os seus domínios. Estamos perante um esforço que se desenvolve paralelamente à evolução da cartografia do território, que funcionará, sem dúvida, como um catalizador do progressivo aperfeiçoamento técnico dos mapas face ao carácter instrumental que lhes é solicitado. Mas será curiosamente, a ausência ou ineficaz combinação destes elementos que comprometerá o sucesso de muitas das operações cadastrais então efectuadas.

Durante o Séc. XVIII realizaram-se numerosos cadastros territoriais, especialmente em França e na Itália.

Já anteriormente, em França, Colbert pretendeu estender a todo o país o modelar cadastro de Montauban (1666)³⁶, porém o ministro d'Aguessaeu, encarregue de tal tarefa, morreu prematuramente, tendo-se seguido outras tentativas globalmente insucessadas.

Em Itália, nos numerosos estados existentes, antes da unificação, também se procedeu a levantamentos cadastrais. Os mais conhecidos foram os de Milão - 1718 - (*Milanês*) e Saboya - 1738 -, tendo ainda sido levantados cadastros em Nápoles, Véneto, Trentino, Mântua e nos Estados Pontifícios, entre o primeiro terço e meados do Séc. XVIII.

Em Espanha, primeiro Patino (1715), na Catalunha, e, mais tarde, sob os auspícios do Marquês de Ensenada (1746-1756)³⁷, iniciaram-se e desen-

³⁴ Rombai, Leonardo - "Geografia e Cartografi nella Toscana...", p. 294.

³⁵ Segura i Mas, Antoni - " El Catastro en Europa "- in - *El Catastro en Espana* - Barcelona, MEH,1988, p. 176.

³⁶ Id., p. 176.

Assim conhecido por ter sido seu principal impulsionador, Don Zenón de Somodevilla e Bengoechea (1702-1781).

volveram-se vastos levantamentos cadastrais. Contudo, a ausência de representação gráfica sistemática contribuiu para limitar o valor potencial destes documentos, já que não se pôde confrontar a forma e os limites exactos do território.

O Séc. XVIII é o século do reformismo ilustrado, das preocupações pelo ordenamento do território, pela realização de grandes obras públicas. O poder impulsionou a construção das reais fábricas, novas fortificações, arsenais, portos, sistemas hidráulicos, grandes projectos de urbanização, etc. Com estas iniciativas o estado assume um papel protagonista e realizador, que se traduz também na necessidade de promover amplas reformas tributárias. Não é por acaso que, desde cedo, há uma relação estreita entre contribuição territorial e cadastro. Pensava-se que para atingir eficácia da prática política seria necessário conhecer a realidade e potencialidade dos recursos existentes.

Como já referimos, o crescimento da população, em especial dos centros urbanos vem tornar mais complexa a vida nas cidades. Barcelona, entre o final do primeiro quartel e o final do Séc. XVIII duplica a população para 100.000 habitantes³⁸.

Em Portugal, Lisboa, a capital do império, tem um crescimento mais modesto, *de 1619 a 1801, [esta] passa somente de 165000 habitantes a perto de 200000 - crescimento de 21%...*³⁹. Por seu turno, o Porto regista um aumento substancial de população no decorrer do Séc. XVIII, *de 20000 habitantes em 1732, mais do que dobra setenta anos depois, com 43000 em 1801*⁴⁰.

Surgem então manifestas preocupações com as melhorias dos equipamentos, das infraestruturas e dos serviços urbanos. Determinam-se posturas referentes à ornamentação das fachadas, dos pavimentos, da iluminação pública, da toponímia e do numeramento das ruas. Dividem-se as cidades em bairros e criam-se os primeiros jardins públicos.

O estado centralista actualizará os seus registos de molde a potenciar a capacidade contributiva dos seus cidadãos.

Nos territórios onde existe uma forte implantação senhorial, nomeadamente as cidades da Península Ibérica, as obras religiosas são as grandes proprietárias urbanas do *Antigo Regime*⁴¹. O clero controlava 40% do solo residencial citadino em cidades como Cuenca, Cáceres e León⁴². O rápido crescimento urbano nas zonas periféricas e a tradicional ocultação do montante e valor real das propriedades, afrontava os interesses do estado central com os senhorios, atribuindo às medidas cadastrais da época uma im-

³⁸ Tatjer Mir, Mercê - " La Contribución Territorial Urbana - (1716-1906) " in - El Catastro en Espana - Barcelona, MEH,1988, p. 136.

Godinho, V. Magalhães -Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa-. Lisboa, Arcádia, 2-ed.,1971, p. 42.

⁴⁰ Id. ibid.

⁴¹ Id.,p. 154.

⁴² Id.,p. 163.

portância sem precedentes. A este propósito, em 1753 no âmbito do *catastro de Ensenada*, procedeu-se a sondagens sobre as riquezas do clero, tendo-se concluído que um terço dos bens da coroa de Castela, dependia de uma forma ou de outra da Igreja⁴³.

No caso português, as iniciativas cadastrais, embora revestidas de um carácter mais incipiente, confirmam o peso dos domínios eclesiásticos. Em 1758, o Oratoriano, Padre Luis Cardoso compila o *Dicionário Geographico* (43 Vol.s), com base nas Memórias Paroquiais resultantes de um Inquérito enviado a todos os párocos do país. Este trabalho tinha já sido anteriormente iniciado (1754 e 1752) dando lugar à publicação de 2 volumes, infelizmente o terramoto de 1755 destruiu a quase totalidade da obra, salvando-se apenas as letras A, B e C, pelo que foi necessário reiniciar todo o processo. Apesar de omissões parciais que a tornam incompleta, esta obra dá-nos a panorâmica geral da situação económico-social, ambiental e demográfica do Portugal de então, constituindo para o efeito, um testemunho da aplicação dos princípios doutrinários da época.

3.2. O "Pulsar" da Cartografia Portuguesa no Séc. XVIII

Nos finais do Séc. XVI, Portugal perde a independência nacional. No panorama cartográfico volta-se a página da supremacia do escol lusitano. Os cartógrafos portugueses do Séc. XVII vão-se diluir no contexto da hispanidade *filipina*, sendo desde logo solicitados, por causa dos seus antecedentes e virtuosismo, a trabalhar na nova capital do Império - Madrid. A cartografia de raiz portuguesa de então, segundo M^ã F. Alegria, *pauta-se pela diversidade dos espaços abrangidos e pela quantidade dos espécimes*⁴⁴ cobrindo o Brasil e o Estado da Índia oriental que, *grosso modo*, se estende do Cabo da Boa Esperança à China. Embora vasta, trata-se já de uma produção "decadente" que, segundo a mesma autora, se relaciona com *velhos métodos de elaboração e difusão*.

Entretanto, recuperada a soberania em 1640, o esforço de guerra subsequente vai exigir e condicionar a cartografia portuguesa em dois aspectos fundamentais: a produção de *grandes escalas* e a reorientação dos levantamentos relacionados com o sistema de defesa fronteiriço. A guerra de consolidação das fronteiras, no interior do reino e na defesa da linha de costa, disseminada por recontros e escaramuças que duraram até final do primeiro quartel do Séc. XVIII, os litígios diplomáticos ultramarinos, e o florescimento das doutrinas militares na Europa, especialmente no domínio das construções defensivas e na representação dos *teatros de operações*, incrementaram a representação pormenorizada do território e das cidades.

⁴³ Calvo Alonso, Carlos - "El Catastro de Ensenada - Proyecto de Única Contribución en La Corona de Castilla" - in - *El Catastro en Espana* - Barcelona, MEH, 1988, p. 93.

⁴⁴ Alegria, M^s Fernanda e Garcia, João Carlos - "Etapas da Cartografia Portuguesa" - in "La Cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió ai Continent America", Barcelona, Inst. Cartogràfic de Catalunya, 1991, p. 265.

Luis Serrão Pimentel (1613-1679) propõe nas cortes de 1641 a instituição de uma aula de fortificação e arquitetura militar na *Ribeira das Naus* em Lisboa que daria origem, mais tarde, à Academia Militar. Este autor viria ainda a publicar, além de outras obras, o conhecido *Método Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares* (1680).

A Portugal acorreram então numerosos oficiais mercenários destros nas artes da guerra, trazendo consigo novos conhecimentos e técnicas que então transmitiram aos nacionais. Daí *a cartografia de Portugal metropolitano no Séc. XVII esta(r) intimamente relacionada com a Engenharia militar*⁴⁵.

O virar do século anuncia o fim da cartografia antiga portuguesa, ao ser executada, ainda sob a projecção de Mercator, a última carta conhecida (da autoria de José da Costa Miranda)⁴⁶.

De entre os inúmeros cartógrafos da primeira metade de *setecentos*, destaca-se Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), engenheiro-mor do reino, autor de inúmeros mapas e obras sob a temática, dos quais avulta o conhecido:

Tratado do modo mais fácil, e o mais exacto de fazer as cartas geográficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrução à fábrica de cartas geográficas da História Ecclesiástica, e secular de Portugal, tirado dos melhores autores.

Os novos conhecimentos adquiridos em simultâneo com as medições levadas a cabo pelas grandes potências, susceptibilizam os interesses coloniais de Portugal, motivando um investimento reforçado na cobertura cartográfica das colónias, em especial nas possessões da América do Sul.

Com a ascensão do Marquês de Pombal e a implementação do poder absoluto, o conhecimento detalhado do território torna-se num desiderato imprescindível ao sucesso das intervenções políticas, quer no plano interno, quer no plano colonial. Como lembra H. Gabriel Mendes, Pombal é a imagem acabada da relação entre a cartografia e o poder⁴⁷. A atestá-lo, note-se a iconografia de Pombal, onde é frequente vê-lo manusear mapas numa atitude simbolicamente exteriorizadora dos seus desígnios.

As consequências do terramoto vêm realçar a importância da cartografia urbana. Por outro lado, as medidas planificadoras conducentes à regularização do leito dos rios, o ordenamento do litoral, das zonas portuárias e a colonização do Império, suscitam o levantamento de cartas regionais.

Os diferendos despoletados a propósito da configuração das fronteiras do Brasil, foi no dizer de Luís Albuquerque⁴⁸, uma das principais causas impulsionadoras do desenvolvimento da nossa cartografia terrestre do

⁴⁵ Id., p. 266.

⁴⁶ Id., p. 267.

Mendes, H. Gabriel (1982, p4) opus cit. por Alegria, M- Fernanda e Garcia, João Carlos - "Etapas da Cartografia Portuguesa" - Barcelona, ICC, 1991, p. 269.

Albuquerque, Luís - Para a História da Ciência em Portugal - Lisboa, Liv. Horizonte, 1973, p. 163.

Séc XVIII.

Paralelamente a cartografia militar ia-se multiplicando, nomeadamente em toda a faixa fronteiriça, a propósito da guerra que uma vez mais eclodiu com Espanha (1762) e do efeito reorganizador promovido pelo Conde de Lippe⁴⁹.

O final do Séc. XVIII continuará marcado pela profundidade das reformas do Marquês apesar o seu afastamento mais ou menos compulsivo. As consequências da reforma da Universidade de Coimbra (1772), pelos reflexos que teve no saber e nas mentalidades intelectuais, a vinda de cartógrafos estrangeiros e a criação de novas instituições, elevaram decididamente a produção cartográfica nacional aos níveis de rigor científico praticados nos países mais avançados de então. Desses cartógrafos merecem especial referência os Ciera (pai e filho) tendo o segundo iniciado em 1788 as operações geodésicas em Portugal, donde dois anos mais tarde resultou a triangulação geral do reino. No plano institucional foram criadas as Academias Reais de Marinha e das Ciências, em 1779, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1790, e a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, para o desenho e impressão de cartas hidrográficas, geográficas e militares em 1798⁵⁰. Esta última patrocinou pela primeira vez a gravação de mapas em Portugal, o que só era possível até então recorrendo a grandes metrópoles, como Paris e Londres.

A produção cartográfica do Séc. XVIII em Portugal é pautada por uma diversificação das espécies e pela progressiva introdução de novas técnicas:

*Além da tradicional Cartografia náutica, que se vai continuando [a fazer], aparecem muitos mapas de finalidade militar, outros de índole diplomática, bem como levantamentos destinados [a apoiar as] projectadas obras de engenharia portuária (...), hidrologia fluvial (...), construção de estradas (...). Multiplicam-se também, na mesma altura, as plantas de cidades (...) e vão aparecendo numerosos mapas regionais*⁵¹.

4. O Mappa das ruas - instrumento e glória de Braga

O *Mappa das Ruas de Braga* constitui, desde o início, o elemento motivador da nossa investigação e também, por consequência a base documental de partida para averiguarmos a organização do espaço urbano na cidade de Braga de meados do Séc. XVIII.

Tal como o nome erroneamente o sugere, o MRB não é um mapa no sentido cartográfico do termo, correspondendo mais àquilo que tem sido designado como um "livro de ruas". Com efeito, trata-se de um documento iconográfico *sui generis*, eivado de numerosos elementos cadastrais e até de algumas subtilezas cartográficas, testemunhadores da fisionomia da

⁴⁹ Esteve na cidade de Braga em 18 de Maio de 1764, ver Feio, A. - *Coisas Memoráveis de Braga* - UM-BPB, 1984, p. 41.

⁵⁰ Alegria, M^o Fernanda e Garcia, João Carlos - "Etapas da Cartografia Portuguesa"..., p. 270.

⁵¹ Daveau, Suzanne - "A Pintura do Mundo...", p13.

cidade. O critério base de que parte é simultaneamente o atributo que lhe confere a raridade. Os fólhos mostram genericamente os dois lados de cada rua representando os alçados em fiadas, destituídos de uma estrutura de suporte espacial e omitindo a representação em profundidade da qual resulta uma imagem cenográfica bidimensional.

O MRB foi executado numa época em que por toda a Europa e, nomeadamente, em Portugal se procediam já a levantamentos cartográficos e cadastrais fundamentados em critérios e metodologias rigorosamente científicos. Como já tivemos oportunidade de observar a generalidade das nações, os grandes domínios senhoriais e as cidades mais importantes dispunham já de cartografias e planos geométricos resultantes de levantamentos topográficos. Assim, este surge-nos num contexto que o determina como obra particular na época em que é produzido e na forma como representa o espaço urbano. Uma análise mais profunda deixa porém, transparecer inequivocamente a sua natureza cadastral. Daí que se possa estimar que o MRB é mais original quanto ao tempo e ao modo como foi concebido, do que quanto à finalidade, caracterizadamente mais convencional.

Em Portugal são numerosas as cartografias que se levantam no primeiro quartel do Séc. XVIII em grandes escalas, de Praças e Fortalezas, troços de linhas de costa e de fronteira, que se integram em grande parte no esforço de guerra de Restauração Nacional. Próximo de Braga, em Viana do Castelo, é levantada em 1756 uma planta que representa com relativa fidelidade o seu espaço urbano⁵².

Será a originalidade do MRB atribuível a algum isolamento do Cabido face à inovação tecnológica da época, ou tão só à suposta satisfação de quem concebeu um modelo de representação ajustado aos seus objectivos e necessidades?

O autor Sousa Araújo⁵³, ao referir-se às biografias dos cónegos responsáveis pela empresa na qual o documento se insere, quer do próprio executante, não dá notícia que estes alguma vez tenham estudado as matérias da especialidade fora da cidade, ou mesmo saído do país, o que pode ajudar a explicar o facto de, à data, não serem conhecidos em Braga as técnicas de levantamento que em outras partes se levavam a cabo.

Não seria por falta de tradições no âmbito da cartografia urbana, ou mesmo por um atraso nacional neste domínio que era impossível executar uma carta verdadeiramente instrumental, integrando simultaneamente os valores ostentatórios e decorativos tão ao gosto da época. Lembremo-nos que existiam então representações urbanas especialmente bem sucedidas no que concerne à relação iconográfico/instrumental, ou seja, a capacidade em expor conjuntamente a malha urbana com os alçados dos edifícios numa

⁵² BPMP - ms.1909, Brandão, Gonçalo Luis da Silva - "*Topographia da Fronteyra...-Planta de Vianna. Barra e Castello, feita em 1756...*", Catálogo da Expo. "A Pintura do Mundo...", Porto, 1992.

⁵³ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", pp. 64-73.

perspectiva tridimensional privilegiada. Aponte-se entre muitos exemplos, alguns dos casos mais representativos deste desiderato.

O português Pedro Teixeira Albernaz, publicou em 1622 um Plano de Madrid⁵⁴ (ver figura nº2), que aliás é a sua obra mais conhecida. Jan Blaeu, em 1649, cartografou inúmeras cidades holandesas das quais citamos o maravilhoso exemplar representativo da cidade de Gouda⁵⁵. Finalmente, para não citarmos só trabalhos centenários em relação ao MRB, lembremos do famoso Plano Turgot da cidade de Paris⁵⁶, elaborado por Bretez em 1734-39. Qualquer uma destas obras, quer em termos instrumentais quer em termos iconográficos, sendo realizadas anteriormente ao MRB, vão muito além do nível atingido pela obra do padre Ricardo Rocha.

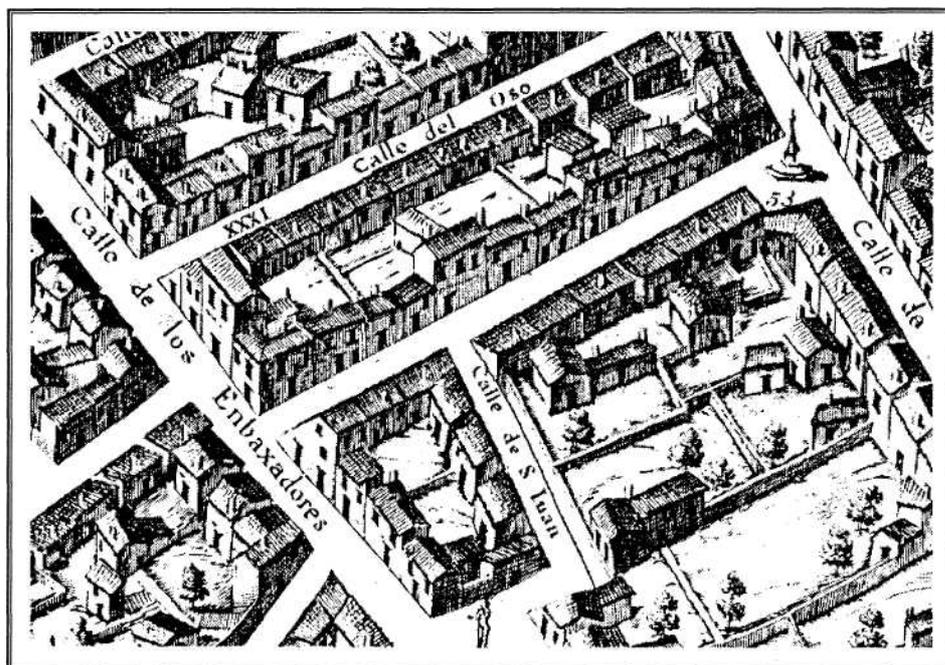


Fig. 2 — Albernaz, Pedro Teixeira - Plano de Madrid 1656 (fragmento)

Que razões mais profundas terão então levado os produtores e concretamente o autor a criar este documento tão particular?

Em nosso entender é possível equacionar três ordens de razões às quais o MRB procura responder:

⁵⁴ Vazquez Maure, F. e Martin Lopez, J. - Lectura de Mapas - Madrid, MOPU e IGN, 1986, p. 298.

⁵⁵ Tooley, R. V. - Land Marks of Mapmaking - New York, Dorset Press, 1989, p91-92.

⁵⁶ Morris, A. E. J. - Historia de la Forma Urbana - Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial - Barcelona, G. G., 3ªed, 1991, p219.

4.1. Razão cadastral

Em primeiro lugar há inequivocamente uma finalidade de natureza cadastral. Segura i Mas, define cadastro, afirmando que *constitui uma estatística ou inventário de toda a riqueza imóvel [terras, edifícios, etc] de um território previamente determinado*⁵⁷, podendo estar subordinadas a dois tipos de motivações principais - fiscal ou (e) administrativa.

O caso do MRB parece-nos resultar da combinação destas duas motivações. Com efeito, baseando-nos no mesmo autor, verificamos que o primeiro tipo reporta-se ao objectivo de conhecer a riqueza de um património com a intenção de o registar. Do ponto de vista administrativo, além de se conhecer a riqueza de um determinado território, deverá ser possível estimar o potencial económico do mesmo. Isto significa que detectamos uma dupla intencionalidade cadastral que presidiu à concepção do MRB. Ele é simultaneamente um instrumento de conhecimento e de prospecção do património urbano do Cabido da Sé. Se observarmos atentamente o desfilar dos alçados representados deparamos com numerações indicativas e localizadoras das casas pertencentes à corporação capitular. Por outro lado, o MRB é prospectivo do ponto de vista administrativo, já que proporciona uma percepção visual imediata do valor potencial das edificações, suposto na sua configuração, no estado de conservação das fachadas e na dimensão quantitativa destas. Acresce-se que a figuração detalhada do vasto património confinante, não pertencente ao cabido, faz-nos admitir, num tempo em que a Igreja auferia de vastas doações, a hipótese dos autores considerarem a potencialidade de uma incorporação patrimonial futura.

A complementaridade estabelecida entre o MRB e os índices dos *Prazos*, esclarece-nos da deliberada intenção cadastral em conjugar, o registo da propriedade e o potencial económico do potenciado urbano com os objectivos tributários de fiscalização dos proventos e do estado de conservação das casas⁵⁸.

De acordo com a classificação proposta por Segura i Mas, o conjunto destas *fontes* documentais poderá ser entendido como um tipo de cadastro que supera a mera finalidade decritiva fiscal de origem latina, indo mais além ao correlacionar a inventariação dos bens capitulares com o tipo de cadastro parcelário, ou seja, com o registo da propriedade. Por esta óptica temos de admitir que a correlação entre a finalidade fiscal e o registo da propriedade, valorizado no tipo de cadastro germânico, consagra individualmente estes documentos, senão até com carácter precursor. A verdade é que muitos dos cadastros iniciados no decorrer do Séc. XVIII por toda a Eu-

⁵⁷ Segura i Mas, A. - "Introducción General" (etimologia do cadastro) - in - *El Catastro en Espana* - Barcelona, MEH,1988, p18 (trad. Livre).

⁵⁸ Algumas das cláusulas do aforamento urbano implicavam que o enfiteuta procedesse a obras de manutenção e alguns casos até de benficiação das casas, Ver Rodrigues, Ana - "Os Prazos do Cabido de Braga nos séculos XIV e XV" - in Actas IX Centenário da dedicação da Sé de Braga, Vol II/I, Braga; UCP, FTB e CMPB; p470-471.

ropa, ficaram aquém das suas expectativas, precisamente por não conseguirem estabelecer satisfatoriamente uma relação directa entre os registos visuais da propriedade e os seus inventários descritivos.

Finalmente a leitura do frontispício da *folha de rosto* adverte-nos, entre os aspectos já focados, da inserção da obra no contexto mais vasto do laborioso trabalho de reorganização e inventariação dos registos dos bens pertencentes à Mesa Capitular. Podendo ler-se a propósito: ...*para que diante dos olhos de todos os cidadãos se encontrassem e, entre outros, a dedo indicassem [os bens] por enfiteuse pertencentes à Mesa Capitular*⁵⁹.

A instrumentalidade declarada é também confirmável através de uma observação minuciosa da *fonte* original, restaurada e conservada no ADB. Aí é possível perceber a funcionalidade suposta da sua forma, pelo modo como estão concebidas e dobradas as folhas e ainda, pelas evidentes marcas de intensa utilização nos pontos de viragem dos fólhos.

4.2. Contornos cartográficos

Numa outra perspectiva o MRB integra algo de racional no domínio da representação geográfica. Definitivamente este documento não é uma carta geográfica no sentido rigoroso do termo, senão uma imagem sincrónica que, completada pelo cruzamento de outras *fontes*, elegem-no como uma referência obrigatória de estudo da cidade de *setecentos*. Vimos antes que esta obra foi elaborada num contexto em que as técnicas de execução cartográfica estavam já amplamente divulgadas. A cartografia urbana tinha já conquistado o rigor e a utilidade que o surto urbanístico impôs. Seria então a sua forma de apresentação um capricho dos autores, onde estes se limitariam apenas a ilustrar os registos com particular perfeccionismo? Pela nossa parte temos as nossas reservas.

Uma observação mais atenta, revela-nos algumas subtilezas que deixam transparecer a estruturação implícita de uma visão global da cidade. O aparente isolamento de apresentação dos alçados parece relegar para segundo plano a visão proporcional de conjunto de um espaço geográfico que só a representação cartográfica é capaz de revelar.

Ao cartografarmos as ruas que estão representadas no MRB, como teremos oportunidade de revelar mais adiante, verificámos que estas obedecem a uma sequência lógica que está subordinada a um itinerário, com início no centro da cidade (rua do *Campo-iorl*) e, que se desenvolve em espiral numa trajectória centrífuga até à periferia. O percurso de representação das ruas trilha o *casco velho* partindo para as novas áreas de colmatação e cruzando os acessos radiais à medida que esta espiral os encontra.

O livro das ruas revela-nos pois uma estrutura cartográfica subtil, sem suporte espacial, que exprime uma "*consciência territorial*" global implícita, organizada de uma forma não convencional. Aliás, bastaria apenas uma

⁵⁹ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", p62.

pequena alteração na disposição dos alçados para suscitar a possibilidade de representação do espaço viário. A este propósito veja-se o esquema da figura nº3. Para isso bastaria inverter a ilustração da fiada de alçados inferiores (figura nº 3/b) de cada rua para induzir nos autores o registo do espaçamento das ruas. Infelizmente este recurso não ocorreu ou não se mostrou relevante, pelo que a solução apresentada somente sugere uma leitura linear e isolada dos alçados.

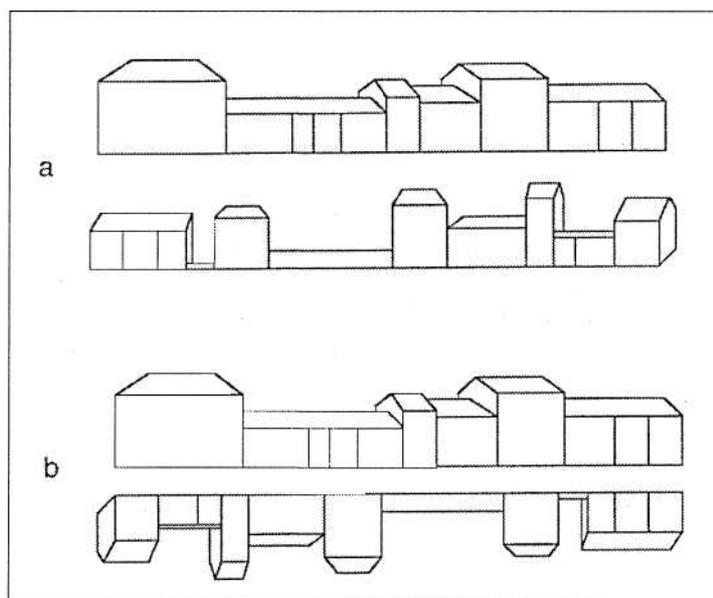


Fig. 3 — Disposição real (a) e ideal (b) do MRB

Neste caso, a intenção cadastral prevalecente no documento associada à representação iconográfica das casas, traduz uma instrumentalidade cartográfica que vai de encontro à opinião de Pereira de Oliveira quando este autor afirma que, o que contava para este período, era o valor da casa e não, como hoje, o valor do solo⁶⁰. O MRB confirma esta ideia, já que regista com especial fidelidade as confrontações das casas e propriedades vertentes para a rua, omitindo a informação referente à afectação da área construída. Por seu turno a terceira dimensão (altura), introduz um leque de variáveis informativas (tipologia, pisos, aberturas, varandas, materiais de construção, estado de conservação, etc), que conferem ao MRB a qualidade de representar a distribuição global do valor patrimonial urbano pertencente ao Cabido.

Orientação e escala são elementos inalienáveis de qualquer produto cartográfico.

⁶⁰ Ver Actas do Seminário "Evolução dos Espaços Urbanos", Coimbra, Mestrado em Geografia Humana, FLUC,1991.

O MRB indica também os pontos cardeais em todas as fiadas de alçados que representa, apoiando deste modo a visão referenciada e de conjunto que o documento pretende transmitir.

— Em busca de uma "escala oculta"

Longe da precisão trigonométrica da cartografia topográfica, a ausência de uma escala rigorosa, não impede, porém, a preocupação expressa pela consciência da proporcionalidade dos elementos. É um documento gráfico de particular valor qualitativo cuja riqueza informativa assenta na perceptibilidade imediata da escala de observação. No entanto, pese o facto do MRB não ter sido concebido à luz de um levantamento geométrico existe uma clara proporção entre as medidas aferidas no terreno e o registo nos fólhos. Neste sentido resolvemos testar a hipótese de existência de uma "escala oculta" cuja regularidade pudesse ser extensível à generalidade do MRB.

Considerámos algumas referências inequívocas da cidade, tais como edificações e troços de ruas que se mantiveram basicamente inalteráveis até aos nossos dias. Medimos na *fonte* original cada uma das representações anteriores, tendo confrontado os valores com as medições que entretanto efectuámos nas diversas cartografias resultantes de levantamentos topográficos rigorosos. Reunimos 5 cartografias em diversas escalas e de diferentes épocas⁶¹. Embora constatando que os valores de representação não eram inteiramente coincidentes, prosseguimos a análise, por verificarmos a preponderância da proporcionalidade de representação dos elementos.

No MRB escolhemos 8 aferições aleatórias⁶² dentro dos critérios já expostos. Deste modo, resultaram 37 amostras⁶³ nas quais os valores encontrados oscilavam entre os 1:218 e 1:372, rondando a média os **1:268**. Significa isto que se pode considerar a existência de uma escala? Será legítimo afirmar que um centímetro no mapa corresponde a uma média de 2,6 metros no terreno, para uma variação de amplitude com cerca de 1,5 metros?

E possível que esta amostragem não seja devidamente ilustrativa, ou mesmo que algumas das referências indicadas tenham sofrido alterações que neste contexto nos tenham passado despercebidas. De todo o modo pensamos que não é de menosprezar a presença subtil de um ritmo proporcional que, em abono da verdade, não merecendo o atributo de produto feito à escala, deixa contudo transparecer uma sensibilidade reveladora, consciente ou mais fortuitamente, da intencionalidade clara em elaborar um instrumento utilitário com elevado sentido de pormenor e rigor.

Assim, o MRB ultrapassa parte do reducionismo quantitativo do grafis-

⁶¹ As cartografias utilizadas na experiência vão identificadas em anexo seguinte à bibliografia

⁶² São: o Largo do Paço (largura), A Rua do Souto (entre a Rua da Misericórdia e a Rua de Janes), Porta Nova (largura), Rua de Maximinos/Praça do Pão (entre a rua da Vielinha e rua dos Açougues Velhos), casa n.º 2-MRB da rua D. Gualdim (larg.do alçado), Palácio dos Falcões /actual Governo Civil (larg.do alçado), casa n.º 1-MRB da Rua das Cónegas (larg. Alçado) e Rua dos Açougues Velhos (comp.).

⁶³ Não foi possível individualizar as 8 referências, em todos os cinco mapas.

mo cartográfico convencional, sem contudo precisar de utilizar qualquer simbologia específica e sem perder a manuseabilidade própria de um documento deste tipo. Das duas dimensões tradicionais (comprimento x largura), valoriza a terceira dimensão (altura), proporcionando, desde que confrontado com as plantas mais remotas, uma *fonte* capaz de reconstruir a morfologia da cidade.

4.3. Motivação Apologética e Estética

Existe todavia, uma outra razão que justifica a génese desta obra e que não sendo tão objectiva como as anteriores sobressai nos mais diversos pormenores. As representações do **MRB** transcendem a frieza geométrica da cartografia clássica. A complexidade e o labor postos na sua execução levam-nos a suspeitar estar perante um instrumento cuja finalidade ultrapassa o âmbito instrumental restrito. Se pousarmos atentamente o nosso olhar em cada uma das páginas do MRB somos induzidos a percorrer rua a rua, casa a casa, como viajantes da Braga do Séc. XVIII. Este "mapa", elaborado com o rigor e a minúcia próprias de quem é incumbido de registar e inventariar um património, deixa porém, transparecer preocupações mais lúdicas. Existe uma clara intenção estética de quem o concebeu. O frontispício é disso testemunho, quando nos apresenta o cónego responsável pela encomenda da obra, D. Francisco Pacheco Pereira, magnânimo em verdadeira pose teatral, envolvido por um cenário digno das óperas da época. O desfilar dos alçados num ritmo que individualiza cada rua como uma entidade distinta das outras, o jogo de luz e de sombra, a emoção que desperta no observador a descrição pormenorizada das fachadas opulentas e a rusticidade das casas térreas, a despreocupação em representar a profundidade das construções, exprimem a vontade de criar uma obra de arte, a mentalidade de uma época, e quiçá o Barroco.

Tal como os cenários de teatro, expressão artística tão popular na altura, também o **MRB** e a leitura dos índices nos sugere a recriação das cenas da vida quotidiana, das festas e dos dramas da antiga cidade de Braga.

Por outro lado, se atendermos ao suporte físico em que a obra nos é apresentada deparamos com um livro em que a pormenorização, empregue ao nível da concepção, sugere os famosos livros seiscentistas de cidades. Estes, desprovidos de preocupações utilitárias, serviam fundamentalmente para deleite de quem os folheava e de ostentação para quem os possuía. De resto, toda a cartografia em geral conservou uma função decorativa até finais do século passado. No caso deste livro, e pela semelhança com os referidos livros atrevermo-nos-íamos a afirmar que a finalidade é semelhante, só que, neste caso, em vez de cidades, temos ruas. Parafraseando Kish, também o **MRB** foi feito para *o prazer dos olhos*. Não nos esqueçamos que, na época em que ele foi executado viveu-se o período das mais acentuadas tensões entre Cabido e Arcebispo. O primeiro, cioso da sua dignidade e

influência não descuraria, sem dúvida, nas suas obras, o prestígio da *corporação*. E pois admissível supor que, nestas circunstâncias, a Mesa Capitular honrasse os seus pergaminhos procurando mais do que produzir *ferramentas* de gestão artesanais, cultivar, nas suas realizações, uma imagem digna das honras e privilégios que possuía.

5. Construção de um modelo cartográfico

A imagem global do burgo mais remota de que há notícia remete-nos para o final do Séc. XVI, mais concretamente 1594 (ver figura nº4). Trata-se da popular gravura atribuída ao não menos célebre e já citado gravador de Colónia, Georg Braun, e que tem sido impropriamente designada única e simplesmente como uma planta. Estudos recentes revelaram contudo, que as imagens *seiscentistas* das cidades portuguesas imputadas a este autor, pelo menos directamente, não lhe pertencem⁶⁴. Braun costumava pedir a mercadores e a outros viajantes que, ao percorrerem lugares distantes, lhe ilustrassem as cidades por onde passavam. Consta mesmo, que a imagem de Braga de 1594 é da autoria de um tal Manoel Barbosa⁶⁵.

Com efeito, segundo Wallis, estamos perante um tipo de *mapa*, próprio do período renascentista, que deve ser considerado como uma *vista geral* de acordo com o conceito introduzido por Martin, W. 1917 in *The early maps of London*⁶⁶, e que se caracteriza fundamentalmente, por um urbvionamento a partir de um ponto de observação oblíquo ao plano representado, tomando como pano de fundo a visão global da cidade e destacando desproporcionadamente os edifícios mais importantes (Ex. a Sé e o *Domus Municipalis*). É uma imagem de inequívoco valor documental que ultrapassa em riqueza informativa as panorâmicas medievais recortadas em silhueta, mas que fica aquém do rigor inerente a um produto cartográfico. A sua consideração não pode porém ser subestimada na nossa investigação, já que, além do MRB, só voltamos a encontrar representações gerais da cidade em meados do Séc. XIX⁶⁷.

Ao contrário de outras cidades europeias e portuguesas, Braga não dispõe de um relevante património cartográfico que nos represente a organização do espaço urbano em *setecentos*. Pese embora a referência a uma *carta colorida...* mencionada num documento coevo⁶⁸, desconhece-se até ao pre-

⁶⁴ Na verdade, se compararmos o traço da imagem de Braga, por exemplo com a de Colónia (cidade natal de Braun), é notória a dissemelhança do traço e da própria representação.

⁶⁵ Ver Dias, João José Alves - "Lisboa Medieval na Iconografia do Séc. XVI" in Actas. Jornadas de História Medieval (1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV e XV), Lisboa, *História e Crítica*, 1985, p239-244.

⁶⁶ Cit. por, Wallis, Helen "Cartografia Urbana...", p127-129.

⁶⁷ Entretanto, já depois de realizado este estudo, tivemos conhecimento de um *MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS*, cujo original se encontra na Biblioteca da Ajuda - Lisboa, datável do período aproximado em que foi realizado o MRB, assinada por *André Rybeiro S* (ilegível) *Sylva* (Arq. André Soares) e que se trata de uma *vista geral* em perspectiva da cidade.

⁶⁸ BNL, Cf. Códice nº682, "História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracarense...".



Figura 4 — Braun, Georg (execução atribuída a Manoel Barbosa) - nova Bracaræ Avgvste defcriptio — in Civitates Urbium Terrarum, Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto, Kholn, 1594, circa, planta n^o 3

sente o seu paradeiro ou mesmo a sua existência. Portanto, em face do que dispomos, somente podemos admitir o surgimento da cartografia geométrica de Braga no correr do Séc. XIX.

Pereira Caldas, ilustre lente de matemática bracarense, levanta uma planta da cidade em 1857⁶⁹ que, infelizmente, evidencia marcantes desacertos, sobretudo no traçado da malha urbana. Foi preciso esperar sensivelmente uma década para dispormos de cartografia levantada com rigor.

A consideração exclusiva do MRB revela-nos uma imagem fragmentada de Braga reduzida a uma amplitude de observação, onde o nível de generalização, não vai além de uma vertente de alçados por rua. Daí a necessidade inicial de dispormos de uma imagem global, que sabíamos só ser possível unicamente através da representação cartográfica da urbe. O que se

⁶⁹ Pereira Caldas - "Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte - Planta", Rio de Janeiro, litograf. de Brito e Braga, 1857, (67,5x55,2), escala de 1/1650 aprox., BPB.

nos propunha era proceder ao "encaixe" de cada uma das fiadas de alçados representadas no MRB num suporte cartográfico.

Tratou-se de encontrar a planta da cidade, cuja data de execução fosse a mais próxima da data do MRB e cujo rigor dos levantamentos não suscitasse dúvidas quanto à sua fidedignidade. Em simultâneo, essa carta, deveria assentar numa escala susceptível de contemplar a individualização das casas representadas no MRB.

Inicialmente contámos com a reprodução da carta atribuída ao Engenheiro Joaquim Pereira da Cruz levantada (ou ampliada de outra pré-existente) em 1868⁷⁰ e que parecia reunir estes requisitos. Com efeito, uma observação preliminar demonstrou estarmos perante um exemplar cuja genuinidade se confirmou nas comparações que executámos dos lanços de arruamentos que subsistiram até aos nossos dias. Todavia, há que apontar distorções na representação de algumas igrejas e edifícios importantes, que no entanto não afectam a leitura da estrutura fundamental da malha urbana.

Entretanto subsistia o problema - o único exemplar de que havia notícia era suposto encontrar-se no Arquivo de Obras da Câmara com cota desconhecida. Felizmente que, em boa hora, os serviços técnicos camarários reproduziram a respectiva planta da qual foi possível obter uma cópia⁷¹. Punha-se agora questão de confirmar a fidelidade da reprodução heliocopiada. Tal foi possível devido à existência de uma reprodução original pertencente ao Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral⁷². Esta carta bem referenciada, pese o facto de não estar datada e ter metade da escala, é praticamente decalcável na anterior. Adiantaríamos mesmo que esta obra, assinada pelos engenheiros militares B. J. Garcez e M. B. Maciel, é ligeiramente anterior a 1868, podendo como tal, ser considerada a carta rigorosa mais antiga de Braga de que há notícia. Para isso basta referir que a rua do Raio⁷³, em frente ao palácio do mesmo nome, ainda não está representada nesta carta, ao contrário da planta imputada a Pereira da Cruz (1868) onde surgem já registados a rua e largo fronteiro, bem como o encerramento da paralela cangosta da Palmatória.

— O Processo

Seleccionado o mapa de suporte, partimos para a concepção de um modelo cartográfico susceptível de proporcionar a reconstituição do espaço urbano de Braga em meados do Séc. XVIII - ver em anexo a "Reconstituição do Espaço Urbano de Braga - 1750" (REUB) (ver REUB/Folha-1).

⁷⁰ Pereira da Cruz, Joaquim - "Planta da Cidade de Braga" -, 1868, escala de 1/2000, AOCMB

⁷¹ Gentilmente cedida por Eduardo Pires de Oliveira

⁷² Garcez, Belchior José e Maciel, Miguel Baptista - *Planta da Cidade de Braga* -, escala de 1/4000, Lisboa, Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, 18— Autorizada a sua abertura conforme consta da deliberação camarária de 5-5-1863, ver *Livros de Actas da Câmara*, ACMB.

Numa primeira fase procedeu-se à construção de um ficheiro que reunisse todo o manancial de informação possível, referente a cada uma das ruas representadas no MRB (evolução toponímica, referências a obras públicas, diversas notas, croquis, etc). Paralelamente considerou-se, com base na *fonte*, as fiadas de alçados que compunham as vertentes das ruas, procedendo igualmente ao levantamento de outro ficheiro representativo das variáveis observáveis no MRB e que em nosso entender seriam fundamentais para a execução do modelo cartográfico. Seguidamente foram localizadas sobre o suporte cartográfico cada uma das ruas. Esta tarefa foi simplificada, pelo facto, do ordenamento das ruas no MRB obedecer a um itinerário descritivo, ordenado segundo uma espiral centrífuga. A contiguidade sequencial das representações imediatamente nos induziu da interligação dos espaços viários. Das 116 fileiras de alçados, apenas se detecta a interrupção do itinerário em dois casos⁷⁴.

A segunda fase teve por objectivo principal a implantação de cada um dos alçados representados no MRB na configuração do suporte cartográfico seleccionado. Neste sentido foi necessário considerar por um lado a representação dos alçados individualizados separados por uma linha de empeno evidente e, por outro, inventariar as medidas em varas, anotadas no rodapé de cada alçado, e convertê-las de seguida na escala em que foi concebido o suporte cartográfico.

Testámos cada um dos processos e optámos pelo segundo método. Não só porque em última análise este garantia uma maior fidelidade (os valores da vara resultavam da utilização *in loco* de uma medida padrão), como simultaneamente proporcionava a consideração de rectificações de traçado, nos casos em que os valores de "encaixe" extravasavam substancialmente a média padrão de cada um dos implantes. Neste sentido, foi necessário recorrer a um sistema informático do tipo *folha de cálculo*⁷⁵ que pudesse converter as 2650⁷⁶ referências indicativas dos valores dos espaçamentos (em *varas*) do MRB, em valores (milímetros) à escala do suporte cartográfico. Impunha-se antes de mais converter os valores expressos em *varas* em valores decimais. Com efeito, as medidas dos alçados aparecem indicadas em *varas* (v) e subdivididas em *palmos* (p)⁷⁷, surgindo diversas vezes cada

⁷⁴ No primeiro caso, a passagem da Rua Nova da Seara (n^o43), localizada no extremo leste da cidade, para as Ruas da Fonte da Cárcova (n^o44 A) e Carvalho (n-44 B), situadas no centro e que dão início a uma outra sequência. No segundo caso, entre a Quingosta da Escoura (n^o56), situada no final do ciclo itinerário anterior e a estrada de Real (n-57) que, como o nome indica, se trata de um núcleo desligado já da continuidade do espaço urbano. Merece ainda um apontamento, a última representação do MRB, a Quingosta da Rua das Agoas (n-60) que aparece desligada da sequência itinerária, sugerindo ter sido integrada na fase de conclusão da obra. Aliás, esta rua encontra-se referenciada nos IPC como Coangosta Que Vai Para Nossa Senhora a Branca sem contudo exibir qualquer referência ao Cabido no MRB.

⁷⁵ Excel - 2.2, Vers. Portuguesa, 1985 -1990.

⁷⁶ Corresponde às 2607 referências contabilizadas no MRB às quais foram adicionados os espaçamentos sem valor indicado na *fonte* e outras confrontações diversas (ex. largura das ruas).

⁷⁷ 1 vara está subdividida em 5 palmos, e cada um destes em 12 polegadas. Ver Marques, A. H.

um destes últimos, repartidos em *meio palmo* (6 polegadas). Confirmou-se indubitavelmente uma meticulosa aferição das confrontações. Deste modo converteram-se as aferições em valores decimais de acordo com os critérios expostos no seguinte quadro:

Quadro 1

<i>varas</i>	lv1/2	lv1p	lv 1pl/2	lv2p	lv2pl/2	lv3p	lv3pl/2	lv4p	lv 4pl/2
conv.deci	1,1v	1,2v	1,3v	1,4v	1,5v	1,6v	1,7v	1,8v	1,9v

Isto não significa que os espaçamentos atribuídos pelo autor do MRB tenham sido arbitrários e que a representação dos alçados tenha sido espontânea. Uma observação mais atenta dos traçados deixa transparecer uma estrutura de representação criteriosa, executada com instrumentos simples de geometria que conferem à representação dos espaçamentos dos alçados, ao comprimento da rua, às ruas interconectantes e à distinção dos pisos, uma preocupação de regularidade e proporção que não é descuidada (ver figura n^o 5).

Finalmente, concluímos o processo de construção da matriz cartográfica de suporte com uma terceira fase. Esta, visou fundamentalmente a composição e articulação dos espaços representados no MRB e as referências da carta de 1868. Com efeito, o MRB não representa a totalidade das ruas da urbe mas a sua grande maioria. Por outro lado parte das ruas, especialmente as que compreendiam os principais acessos, penetravam em vastos arrabaldes de contornos especificamente rurais, salpicados de inúmeras casas isoladas, também estas não representadas na *fonte*. Optámos então, por manter os numerosos caminhos desenhados no suporte de meados do Séc. XIX, bem como algumas referências cuja existência em 1750 é duvidosa, sem contudo deixar de fazer sobressair o principal objectivo do nosso trabalho - a cidade de Braga em 1750. Para isso, registámos devidamente tudo o que não estava representado no MRB contando que documentalmente estivesse comprovada a sua existência.

Ainda e por fim, não podíamos descuidar a importante e rica *fonte* que é a *folha de rosto* do MRB (ver figura n^o 6). Curiosamente, a visão que nos oferece esta imagem é complementar ao conjunto proporcionado pela informação colhida na obra. Na verdade, a maior parte do que aí se vislumbra não está levantado no interior do livro, permitindo assim um maior enriquecimento da informação entretanto obtida.

de Oliveira - "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*- Coord. Joel Serrão, vide art. "Pesos e Medidas" J.B.M., Porto, Iniciativas Editoriais, 1973, Vol. V, p68.

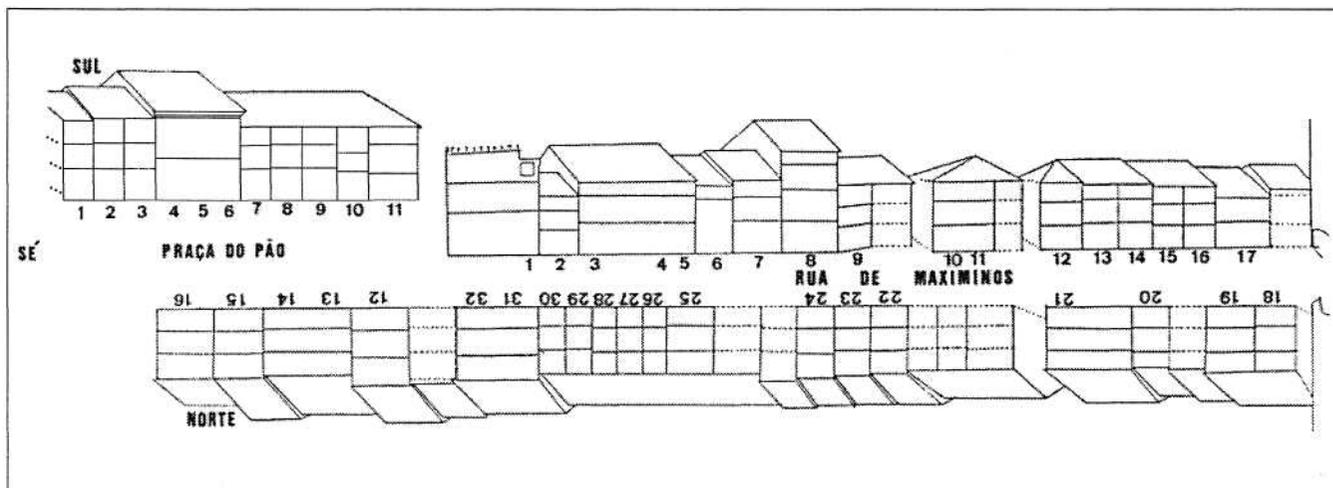


Fig. 5 — Reconstrução hipotética da Rua de Maximinos e Praça do Pão a partir do MRB, mantendo apenas a estrutura dos alçados com os respectivos telhados e pisos

6. Os Precedentes Evolutivos do Espaço Urbano

Ao abordar o espaço urbano de Braga durante o *Antigo Regime*, julgamos pertinente prefaciar uma breve sinopse ilustrativa dos pulsares cruciais, que definiram os parâmetros marcantes do urbanismo bracarense e identificar os locais, em torno dos quais, gravitou a vida da cidade nos mais diversos domínios.

— Do sítio e a questão das origens da cidade

De inúmeras povoações que, especialmente no Noroeste, coroavam os montes, transformaram-se em cidades as que juntavam às vantagens defensivas do sítio uma posição que dominasse as vias de trânsito. A proximidade de um rio reforça a protecção e assegura, ao longo do vale, a convergência de caminhos. Tal é a imagem das três principais cidades, nascidas todas do embrião de uma colina isolada de um retalho de planalto, ao mesmo tempo a mais inacessível e a mais próxima da margem.

Ribeiro, Orlando, "Cidade" - in -Dicionário de História de Portugal-
Dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol. II, p. 60.

No contacto entre o Noroeste montanhoso e a planície aluvial, fica a área onde se desenvolveu e afirmou a cidade de Braga. Assente numa plataforma entrecortada pela curva de nível dos 200m e polvilhada de pequenas elevações, o Norte da cidade, em consequência de uma ruptura de declive providencial, mascarava as vistas de quem navegava o Cávado. A Sul e a Nascente, a cidade ficou limitada por um envolvimento montanhoso de baixa altitude, que corresponde ao prolongamento da Serra da Cabreira, cujo o extremo Oeste apresenta a elevação da Falperra (561m). Este quadro iludirá o incauto observador quanto a uma inserção hidrográfica no vale do Cávado. Ao invés, a plataforma fecunda onde se estabeleceu a remota urbe, inflecte subtilmente para Sudoeste, indo, como que por ironia, instalar-se na Bacia do rio Ave.

A plataforma em que a cidade está apoiada é constituída por uma extensa mancha de granito, intervalada, apenas, por algumas faixas de xisto muito metamorfizado que, porém, não atingiam a cidade de então. O granito desde tempos imemoriais foi explorado nas pedreiras limítrofes, tendo revestido os pavimentos das ruas e incorporado os materiais das casas de Braga.

Exposta à penetração fácil dos ventos marítimos e suas conseqüentes ambientais, conjuga-se com a existência de uma malha hidrográfica densa e de solos profundos e férteis⁷⁸. Assim, entre Cávado e Ave, reuniram-se as condições mais generosas propiciadoras às primeiras fixações.

⁷⁸ Actualmente, pertencentes à unidade pedológica B - Cambisolos.

—Os Primórdios

Sem enveredar pela polémica árida das origens, diremos que já Estrabão e C. Ptolomeu se referiram à presença dos *Bracaros*, povos de presumível origem Galo-Céltica que ocupavam o território onde, recentemente, se encontraram vestígios que remontam ao Neolítico⁷⁹.

Não se pode afirmar que já existisse uma cidade, pese os relatos confirmados da presença de um elevado número de habitantes, mas sim, uma rede de castros disseminada pelas pequenas elevações pertencentes à plataforma *bracara*. Questões de natureza defensiva (a atalaia) e a proximidade ao Cávado (5Km), certamente a mais importante via de comunicação da altura, terão influenciado a organização do território.

—*Bracara Augusta*

Foi com a fixação dos Romanos, de acordo com a epigrafia mais remota em 27 A.C., que se fundou e institucionalizou a cidade. Talhada à imagem do modelo latino e inserida num Império cuja principal expressão civilizacional foi urbana, surgiu sob o domínio de Augusto, fruto sem dúvida, da *latinização de um topónimo existente*⁸⁰, aquela que viria a ser *Bracara Augusta*. A cidade estava integrada no sistema urbano-regional romano, no qual inicialmente, foi sede de um dos *conventus Terraconensis*, tendo posteriormente, por imperativo de Caracala, sido elevada a capital da província da *Gallaecia*.

Bracara era o centro político de uma vasta área, da qual partiam cinco vias, possuindo uma malha octogonal clássica evidente, cuja origem se especula se terá sido consequência de um acampamento militar ou exclusivamente edificação colonial. Estudos recentes parecem inclinar-se mais para que *Bracara Augusta teria assim perpetuado, na época romana, a centralidade que já possuía na Proto-História, tornando-se um dos epicentros fundamentais da rede viária do Noroeste*⁸¹.

Originalmente, o perímetro urbano seria um quadrado regular definido pelo *cardo* e *decumano* que se cruzariam aproximadamente onde hoje é o Largo de S. Paulo⁸². Posteriormente, a crescente importância da *civitas*, terá contribuído para o alargamento da área, conferindo uma forma oval à cintura de muralhas. Por analogia, pode-se conjecturar que o *Fórum*, centro cívico Romano, se localizaria próximo do eixo deste ovulóide, supostamente junto do actual Largo Paulo Orósio⁸³.

⁷⁹ Feio, Alberto (1956), - *Coisas Memoráveis de Braga* -, Braga, Universidade do Minho, B.P.B., Pub. 1984, p98.

⁸⁰ Id., p99.

⁸¹ Martins, M. e Delgadi, M. - *História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta*^ Braga, in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, Vol.6/7, 1989/90, p.11-39.

⁸² Corresponde no MRB ao extremo Sul da Rua de *Srª Maria, ou do Poço* (n^o14), no lugar do *Terreiro de S. Paulo*.

⁸³ Corresponde no MRB ao extremo nascente da *Quingosta de S. Sebastião* (n^o30), no *Terreiro de S. Sebastião*.

Com a decadência do Império Romano e consequente chegada dos povos vindos do Norte da Europa a urbe existente viria a alterar-se significativamente. Aos Suevos (411), que de Braga fizeram a capital do seu Reino, sucedem-se os Visigodos (456), tendo estes, alternado com os Árabes (715), num deambular de "fronteiras", de conquistas e reconquistas, suficientes para dissipar a cidade que Alhimiari, um cronista muçulmano, descreveu assim:

*Esta cidade de Braga, que remontava à antiguidade, foi uma das fundações romanas e uma das suas residências reais. Assemelhava-se a Mérida pela solidez dos seus edifícios e pela ordenação das suas muralhas. Está hoje quase inteiramente destruída e deserta: foi demolida pelos muçulmanos que expulsaram a população*⁸⁴.

O longo período que se seguiu ao império, entre finais do séc. III e inícios do séc. V, caracterizou-se por uma forte recessão urbanística, pese o facto de Bracara ter evidenciado sinais de ter prorrogado o seu vigor por um período mais longo do que a generalidade das cidades romanas peninsulares,

*a arqueologia permite-nos reconhecer [...] uma situação de progressiva estagnação da actividade construtora pública nas cidades e, simultaneamente, testemunha a reocupação de numerosos castros e o desenvolvimento de pequenos centros populacionais*⁸⁵.

A população espartilhou-se pelas imediações e reocupou os velhos *castros* alcandorados. Segundo Orlando Ribeiro,

*...as cidades sofreram um refluxo, retraindo-se ao âmbito de apertadas muralhas que deixaram de fora construções da época anterior (...), [sendo este o] inequívoco sinal de uma regressão urbana [onde] se poderá procurar o hiato que, na Península Ibérica, separa as cidades romanas das medievais*⁸⁶.

— A Cidade Primaz

Ainda sob o domínio Romano, após a conversão de Constantino, já os Cristãos se encontravam organizados. A emergente influência da Igreja, associada à adopção das delimitações romanas, proporciona a Braga, a preservação da sua importância ao longo dos períodos conturbados. Surgem entretanto as primeiras referências ao Metropolita de Braga no ano de 385. A conversão dos Suevos ao cristianismo, após o postulado de S. Martinho de Dume (Séc.VI), e, posteriormente, a expressão peninsular de S. Frutuoso (Séc.VII), no período Visigótico, foram factos determinantes, que estiveram na génese do estatuto *sui generis*: da Igreja bracarense. Esta vem a adquirir o título de Primazia, elevando-se à categoria de supermetropolitana, com direito a um rito litúrgico único.

Nem a presença dos muçulmanos demoveu o enraizamento religioso que

Mantas, Vasco Gil, "As Primitivas Formas de Povoamento em Portugal" in *Povos e Culturas*, - A Cidade em Portugal: Onde se vive -, nº 2, Lisboa, CEPCEP - UCP, 1987, p.55.

⁸⁵ Id., p.51.

⁸⁶ Ribeiro, Orlando, "Cidade" - in *Dicionário de História de Portugal*-. Dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol.II, p61.

a organização eclesiástica entretanto adquirira. O Bispo Odoário, *exilado* então em Lugo, vem finalmente a expulsar definitivamente os árabes, reapropriando-se do seu domínio espiritual e convertendo as terras em propriedade da Igreja. Na sequência destes acontecimentos, mais tarde, D. Henrique, fundador do *Condado Portucalense*, confirma o estigma de poder e influência da Igreja, ao doar o senhorio de Braga ao seu Arcebispo, confirmado mais tarde pelo seu filho D. Afonso.

O então denominado Príncipe-Arcebispo, que viria a intitular-se *Primaz das Hespanhas* (título que ainda hoje conserva), veio a matizar a posterior evolução da urbe, condicionando inclusive a fixação de nobres e das ordens religiosas, numa determinação que durou até ao Séc. XVI e que crivou a história de Braga.

— "Núcleo Duro" da Urbe e as *Hortas* do Paço

Com os alvares do milénio, o Bispo D. Pedro (1070-1091), na presença de outros bispos e do Legado do Papa, consagra a Sé Catedral em 28 de Agosto de 1089. Com este acto simbólico dá-se início àquele que poderá ser considerado o nascimento urbano da Braga medieval. O centro vital da cidade consolida-se em torno da Sé, recriando uma nova cidade antagónica à já então imemorial *Bracara Augusta*.

A turbulência das hordas conquistadoras terá *facilitado as modificações verificadas na topografia de muitas cidades, nomeadamente a deslocação dos centros para junto dos antigos locais de culto cristão*⁸⁷. Escavações recentes na cripta da Sé puseram a descoberto testemunhos votivos do culto à Deusa *ÍISIS*, sugerindo a existência de um mercado no local. Esta hipótese poderá ter algum fundamento, considerando a proximidade da provável porta da muralha romana e deste culto ser apanágio dos mercadores do Baixo Império. De facto, só com D. Henrique de Borgonha este pólo centralizador se imporá, ao aglutinar em seu redor, uma cintura de muralhas por este mandadas construir e, mais tarde, reforçadas respectivamente por D. Dinis e D. Pedro.

A transferência do centro da cidade para a Sé, delimita um espaço de intersecção, definido pelo cruzamento do traçado da muralha romana com a muralha medieval, criando uma área que designaríamos por "núcleo duro" de Braga (ver figura n^o7)⁸⁸. Esta área, a SW da Sé, popularmente conhecida por *bairro das travessas*, foi afectada simultaneamente pela ocupação romana e medieval, caracterizando-se pelo encaixe de uma malha viária reticular de aparente traçado latino. Neste local virão a instalar-se os ofícios e os mesteres, os mercadores, os clérigos e homens de leis, a criadagem do Paço e até uma judiaria⁸⁹. E um povoamento lento nas estreitas vielas

⁸⁷ Mantas, Vasco Gil, "As Primitivas Formas de Povoamento...", p52. ⁸⁸ Nunes, Henrique Barreto - "O Salvamento de Bracara Augusta", Lisboa, 1978. ⁸⁹ Situada primitivamente no lugar da actual rua D. Gonçalo Pereira, tendo depois de 1465 se transferido para a actual Rua de Sto. António das Travessas.

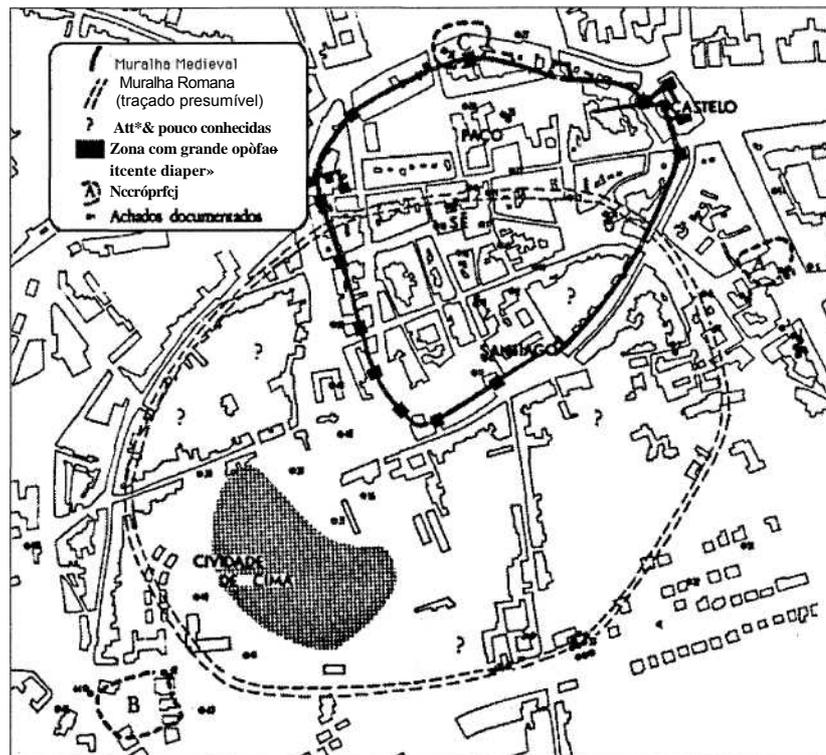


Fig. 7 — Nunes, Henrique Barreto - "O Salvamento de Bracara Augusta", Lisboa, 1978, opus cit.

ordenado segundo critérios corporativos, num conjunto edificado que raramente ultrapassa os dois pisos.

Por outro lado, a Norte do alinhamento da Sé, o eixo definido pela Rua do *Souto* (n^o6) separava uma vasta área desprovida de construções. Aí se encontravam as hortas e quintas do Arcebispo⁹⁰, importante reserva de espaços livres, que viriam a determinar a evolução futura da urbe. Recordemos que já em pleno Séc. XX foram ainda abertas duas artérias neste sector.

Arcebispo e Cabido repartiram as rendas Diocesanas em 1145, cabendo um terço dos bens ao Cabido, os quais incluíam a generalidade dos prédios urbanos.

— D. Diogo de Sousa, o Urbanista

A personalidade mais marcante de todo o urbanismo braguês foi, sem dúvida, o Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que estudou em

⁹⁰ "*Quintana domini archiepiscopi* ", ver Feio, A. - *Coisas Memoráveis...* - p106.

Florença e em Roma, e de lá se terá inspirado nos princípios do urbanismo renascentista que aplicou à cidade de Braga.

Apertada pelos muros e estrangulada por apenas quatro portas, tantas quanto os pontos cardeais, a cidadeurgia expandir-se. Disso se encarregou pessoalmente D. Diogo, ao ordenar e supervisionar a abertura de novas ruas, portas e praças, a propósito das quais se dirigiu por carta a El-Rei justificando as suas ausências na corte (...) *por eu fazer de hua aldeia cidade à custa do meu trabalho e fazenda* (.. J⁹¹.

O Príncipe-Arcebispo, desafogou a estrutura intramuros, ao promover a abertura diametral de um eixo rectilíneo Este-Oeste, prolongando a Rua do *Souto* (n^o6) até ao extremo oposto da muralha, pela via que viria a ter o seu nome (Rua Nova de Sousa - n^o2), tendo mandado abrir no dito muro uma porta nova. Exteriormente à muralha, envolveu a cidade com um conjunto de 7 *campos* (praças) amplos, ligados entre si por novas ruas, cujas grandes linhas orientadoras ainda hoje subsistem. São duas iniciativas que ilustram claramente a aplicação do doutrinarismo urbanístico do renascimento, procurando sobretudo responder às funções do tráfego. Internamente, *a rua principal rectilínea é uma inovação do Renascimento. Na maioria dos casos servia, contudo, de acesso às edificações e, frequentemente, mantinha conexões directas com as vias regionais de comunicação, mas a sua função principal era facilitar a mobilidade entre as partes da cidade, que de um modo crescente se estabelecia com a ajuda de carruagens*⁹². Por outro lado, as praças, denominadas no caso por *campos*, além de formar parte da rede principal de vias urbanas, usadas tanto por peões como por veículos de tracção animal, podiam também ordenar a edificação das novas instituições e espaços residenciais, configurando-se como locais de animação recreativa, servindo não raras vezes para fins estéticos e simbólicos⁹³.

De igual modo valorizou o Paço, ao estabelecer aí defronte um terreiro, bem como criou a rua de *S. João* (n^o9), onde vieram a fixar residência muitas das famílias de elite.

O seu empenho urbanístico passou também pela reorganização do abastecimento de água à cidade, pelos hospitais, criando ainda, estudos para a formação do clero. As freguesias exteriores aos muros (S. Vicente, Maximinos e S. Vítor) conheceram então um vigoroso surto expansionista.

A cidade que vamos encontrar em 1750 é ainda, e apesar de tudo, a cidade rasgada por D. Diogo.

⁹-* - Arq. Distrital de Braga, "Razões do Arcebispo Dom Diogo de Sousa a El-Rei [...]" -11 de Março de 1528, ms. ⁹² Morris, A.E. J. (1974), Historia de la forma urbana - desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial, Barcelona, 3^aed., col. Arquitectura/Perspectivas, Gustavo Gil, 1991, p179.

⁹³Id.p181.

7. Morfologia Urbana de Braga no Séc. XVIII

Está esta cidade situada em uma planície dentro dos seus muros, e ainda fora d'elles, por toda ella quasi um plano, sem subidas nem descidas. (...) o aspecto exterior, fora dos seus muros, é semelhante ainda, como fica notado, a uma aranha, por ter pequeno corpo e grandes pernas.

Senna Freitas, B.J. - *Memórias de Brapra* -, Braga 1890, Tomo I, p23

Assim se referia o cronista bracarense nas suas *Memórias de Braga* ao descrever o aspecto geral da cidade por volta de 1789⁹⁴. E uma imagem tanto ou quanto feliz, na medida em que sintetiza numa só metáfora o plano urbano da cidade.

O observador de então que subisse ao cume de qualquer das cercanias mais elevadas, tomaria de vistas com um corpo revestido de pináculos, obscurecido pela compacidade das suas edificações e estreiteza das suas vielas, do qual se desenvolviam extensos tentáculos de arruamentos que penetravam em todas as direcções no verde rural em que a cidade estava implantada. O corpo central estava constituído sob uma matriz medieva já muito alterada, mantendo porém uma estreita unidade resultante da delimitação imposta pela muralha. Cingida por *grosso e elevado muro*⁹⁵ cujo traçado final se estabeleceu na primeira metade do Séc. XIV⁹⁶, conforme ficou registado na gravura de Braun (1594), a cidade expandia-se ao longo dos seus principais acessos seguindo uma directriz de tipo radial. Na verdade, esta cintura possuía um perímetro de 1527 varas (1679,7m aprox.)⁹⁷ ao longo de um traçado arredondado enlaçando uma área que rondaria os 150 000 m².

Em 1750 a continuidade da muralha estava interrompida sem que o essencial da sua estrutura ainda subsistisse⁹⁸. A muralha em *setecentos*, constituía uma herança de quatro séculos desinserida já do contexto urbano, configurando-se então, como uma estrutura concentracionária, promotora do progressivo adensamento dos espaços construídos. Ao contrário de outras cidades e praças fortes portuguesas da época, talvez por se encontrar afastada do mar e longe da fronteira, Braga não beneficiou de qualquer iniciativa ou melhoramento no âmbito da arquitectura militar defensiva, que, como se sabe, proliferou nos Séc.(s) XVII e XVIII. Mas pese este facto, da cidade transparecia ainda uma imagem fortificada, repleta de ameias nos *panos* amuralhados, com as portas flanqueadas por torreões quadrangulares", alguns destes bem representados no MRB. Era a muralha rasgada

⁹⁴ É uma descrição válida para o período do MRB, já que até final do Séc.XVIII não se registariam alterações estruturais à malha urbana.

⁹⁵ Id., p23.

⁹⁶ Marques, José -" O Castelo de Braga -1350-1450", in *Mínia*, Braga, vol.8,1986, pp. 5-34.

⁹⁷ Senna Freitas, B.J. - *Memórias de Braga* -,Braga 1890, Tomo I, p23.

⁹⁸ Como se pode constatar na folha de rosto do MRB, o troço Norte, compreendido entre o castelo e o Seminário de S. Pedro no *Campo* da Vinha encontrava-se já desguarnecido. ⁹⁹ Descontando o complexo fortificado do castelo eram 7 os torreões existentes.

por oito aberturas (portas e postigos), das quais na sua maior parte irradiavam prolongadas vias. Por estas se consubstanciava o crescimento urbano e se estabeleciam os principais acessos (Ver REUB/ Folha-1):

- Rua *Direita* (n^o28) / Monte das Penas (SW), para qual drenava o tráfego das Portas Nova e de Maximinos em direcção ao Porto e a Guimarães.
- Rua dos *Pellames* (n^o32) (SSW), originária da Porta de Santiago com direcção privilegiada a Guimarães e estabelecendo a distância mais curta do centro da cidade ao rio *Este*.
- O alinhamento formado pelas ruas das *Agoas* (n^o36), *S. Lázaro* (n^o37) e *Ponte de Guimarães* (n^o38) / Santo Adrião (Sul), iniciando-se no *Rexio* da Porta do Souto, mas vindo a ser "capturado" no Largo de S. Lázaro pela Rua dos *Granginhos* (n^o35B)¹⁰⁰ que se desenvolvia a partir da Porta de S. João do Souto em direcção a Guimarães.
- Rua *Nova da Seara* (n^o43) / Goulladas (Este) no prolongamento exterior W-E que divide internamente a cidade, definido pelo trajecto intramuros, Porta Nova-Porta do Souto e que, saindo desta última, se instala no antigo traçado da Rua da Corredoura¹⁰¹, apontando em direcção à Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, e no geral, ao *hinterland* serrano.
- Rua de *Infias* (n^o55) / Tamanca (NE) seguindo aproximadamente a linha de cumeada do interflúvio que se desenvolve nesta direcção a partir da plataforma em que está assente Braga. Desenvolve-se a partir da área de S. Vicente, cuja segmentação viária tem origem na Porta do Souto através das ruas dos *Chãos de Baixo* (n^o45) e de *Cima* (n^o53).
- Rua das *Palhotas* (n^o54) (Norte) encaixada muito provavelmente na *Geira* romana que ligaria *Bracara Augusta* a *Astúrica Augusta* (Astorga), desenvolvia-se também a partir do espaço definido pela rua anterior mas, neste caso, inflectindo em direcção ao alto Cávado - Amares, Vila Verde, Serra do Gerês e Alto Minho interior.
- Rua das *Cónegas* (n^o58) / *Estrada de Real* (n^o57)¹⁰² (NW) desembocando a partir da Porta de S. Francisco, com direcção a Tibães, Barcelos, Viana do Castelo e a todo o litoral em geral.

A porta de S. Bento no extremo SW do *casco velho* e que abria para o *Campo* de S. Sebastião, tanto servia os acessos estabelecidos pela Rua *Direita* (n^o28) como pela Rua dos *Pellames* (n^o32), respectivamente através da *Quingosta de S. Sebastião* (n^o30) e Rua do *Alcaide* (n^o31). Por seu turno, a Porta de S. António¹⁰³ (a Norte) passou a ligar *Campo de Touros* (actual Largo do Município) com o amplo *Campo* da Vinha, também este aberto por

100 "Aberta por D. Diogo de Sousa(1505-1532)" in Oliveira, Eduardo Pires - *Estudos Bracarenses. I- As Alterações Toponímicas (1380-1980)* - Braga, ASPA, 1982, p58.

¹⁰¹ Id., p 36 - Rua anterior à abertura do Campo de Sant'Anna por D. Diogo de Sousa "Primeiramente da mão esquerda como vai para S. Victor" in Tombo, f.132.

¹⁰² Pequeno arrabalde absorvido pelo crescimento da cidade.

¹⁰³ Foi aberta no último terço do Séc.XVL

D. Diogo de Sousa. Excepto o caso das portas anteriores voltadas para as praças (Campos), todos os arruamentos, à medida que se distanciavam da cintura amuralhada se afastavam entre si penetrando em "*quintas, campos e quintaes*"¹⁰⁴. Braga obedecia, ainda e basicamente, a um modelo radioconcêntrico de crescimento urbano. Nesta perspectiva poderíamos inicialmente pensar que a planta geral da urbe denunciava então as características de uma cidade desenquadrada do doutrinário urbanístico que empenhava os projectistas da época. Mas se aumentarmos a escala de análise detectamos alguns desvios ao figurino do modelo que ajudam a compreender os particularismos modernos de então.

A alternância entre atitudes opostas, de intervenção concertada e de passividade urbanística, expuseram a cidade a intervenções que nalguns casos diríamos brilhantes, disputando outras de total apatia ou de mera interferência casuística.

Como já tivemos oportunidade de discorrer, o Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) foi o expoente de uma época dourada, recriando uma cidade que só tem sentido, falar se a referenciarmos em função do período da sua vigência. A cintura de *Campos* que envolvem o trajecto exterior da muralha resultou desta acção política, comportando-se ainda em meados do Séc. XVIII, como uma franja compensatória ao crescimento intramuros. Só assim é possível entender a manutenção da super estrutura radioconcêntrica nesta época, em simultâneo com a preservação da muralha medieval. Digamos que este "anel de praças" actuava como espaço de descompressão, permitindo a manutenção do crescimento linear já estabelecido.

Numa aproximação mais pormenorizada, poderemos entretanto verificar que é mais aparente do que real a descontextualização da cidade na época, ao descortinarmos a existência de estruturas espaciais reveladoras do leque de preocupações próprias do século em que foi executado o MRB.

7.1. A Configuração do Plano Urbano de Braga em 1750

A produção do modelo cartográfico de suporte permitiu reconstruir o espaço urbano de Braga em 1750 e elucidar-nos das grandes linhas estruturais que compunham o plano da cidade¹⁰⁵ (ver REUB/Folha-2). Este objectivo só foi possível a partir do momento em que foi possível cartografar o MRB e, como tal, chegar a uma imagem muito aproximada dos tipos de ocupação, ou seja, o modo como se conjugavam no terreno os espaços construídos com os espaços livres, e dentro destes, os espaços verdes e de circulação.

Já vimos porque razão não é possível recriar integralmente cada uma

¹⁰⁴ Senna Freitas, B.J. - *Memórias de Braga*.... p23.

"O plano urbano de uma cidade é a expressão concreta das relações posicionais dos espaços construídos, de circulação e verdes num dado momento" ver Oliveira, J. M. Pereira de - *O Espaço Urbano do Porto Condições Naturais e Desenvolvimento* -. Coimbra, Inst. Alta Cult., 1973, p347.

destas componentes. As limitações das *fontes*, por um lado, e os diferentes critérios de ilustração e valorização do património, por outro, assim o impedem. A inexistência de representação de algumas ruas, alçados e, especialmente, a omissão das confrontações no espaço interior dos quarteirões dificultou a percepção integral dos limites. De qualquer forma, o MRB, confrontado com o suporte cartográfico, permitiu verificar a relação posicionai entre os espaços construídos e os de circulação. Ao nível dos espaços verdes, tornou-se praticamente impossível proceder à sua delimitação, excepto nas situações em que estes contactavam com as vias de circulação. Permanece assim uma grande incógnita a organização dos espaços interiores, que desconhecemos até que ponto eram livres ou não, e cuja dúvida é ainda acentuada pela dinâmica inerente a um ambiente intramuros de meados do Séc. XVIII. Neste sentido, foi possível reconstituir com rigor a superestrutura urbana, ao longo dos segmentos de contacto entre os espaços construídos e de circulação. A análise do modelo permitiu-nos individualizar distintos padrões de organização espacial, isto é, encontrar diferentes arranjos esquadrihados pela conjugação dos espaços construídos, com os espaços de circulação e com os espaços verdes. São três vectores dinâmicos que designam as diferentes tipologias das estruturas espaciais urbanas. Com base neste critério, individualizámos cinco tipos de estruturas espaciais integradas, das quais as duas primeiras se encontram intramuros e as restantes no exterior.

- O "núcleo duro" - (Estrutura-A)

A primeira estrutura considerada corresponde àquilo ainda hoje é popularmente conhecido por *bairro das travessas* e nós designaremos metaforicamente por *núcleo duro* da cidade. Esta área está situada no sector SW do espaço amuralhado onde, curiosamente perdurariam os mais bem conservados vestígios da muralha¹⁰⁶ (Ver REUB/Folha-1). É um tipo de estrutura urbana encaixada numa malha recticular de prováveis antecedentes romanos. Com efeito, todas as reconstruções conjecturais da cidade *Augusta* levadas a cabo pelos arqueólogos que a ela se dedicam, têm como denominador comum esta ideia¹⁰⁷. Muito sinteticamente, diríamos que esta estrutura se encontra definida pela área resultante da intersecção dos perímetros amuralhados de Bracara Augusta com a Braga medieval (ver figura n^o 7). Também aqui e ainda por meados do Séc. XVIII, que vamos encontrar o principal reduto urbano da cidade medieval. As ruas estreitas e tortuosas evidenciam, em importantes troços dos seus alçados, uma configuração irregular das fachadas que, no entanto, não escamoteia o suposto recticulado

Garcez, Belchior José e Maciel, Miguel baptista - Planta da Cidade de Braga - . escala de 1/4000...

107 Ver artigos publicados em diversas revistas da especialidade durante o ano de 1978 referentes a " O Salvamento de Bracara Augusta " *Mínia*, " *Arqueólogo Português* " e " *Actas das III Jornadas Arqueológicas* " da AAP.

original latino¹⁰⁸. Não se pode afirmar que a topografia da área tenha constituído um entrave ao traçado, sabendo à partida que o urbanismo romano procedia aos devidos nivelamentos quando para tal fosse necessário. Mercê da plataforma em que assenta, a estrutura viária subsistiu ao longo do tempo sem grandes obstáculos. Este verdadeiro *núcleo duro* da cidade é o sector mais antigo e aquele que tem presenciado e participado do fio contínuo da história da urbe. Nele se acham sobrepostos e até visíveis os testemunhos das diversas épocas.

Ao contrário do que hoje constatamos, a hierarquia viária privilegiava a circulação Norte-Sul. As ruas de maior importância dispunham-se aproximadamente em paralelo, entremeando os quarteirões estreitos e longos, apenas interrompidos pelas *travessas*. Estas não obedeciam a uma sequência linear, apresentando antes o aspecto de uma linha alternadamente quebrada que inflectia de direcção nos pontos de cruzamento. A sua vocação subsidiária está patente não só na denominação toponímica que lhe é atribuída, em função dos demais arruamentos do conjunto, mas é ainda confirmada pela estreiteza dos seus traçados. As *travessas* orientadas preferencialmente sob um eixo Este-Oeste, só vêm a adquirir um relevo especial, no sistema de circulação da cidade, quando um alvará¹⁰⁹ em finais do Séc. XVIII, vier autorizar a abertura do arruamento que permitirá ligar, a sequência das *travessas* ao *Campo* de São Sebastião/Carvalheiras (extramuros). Daqui até às rectificações propostas um século depois vai um passo, já que, com esta ligação, passaria a haver uma alternativa de circulação E-W intramuros.

Nesta área vamos encontrar as mais antigas praças da cidade, algumas das quais onde em tempos mais remotos se desenrolavam feiras (p.ex. junto ao Largo de S. Paulo¹¹⁰). Tal como os denominados *ensanches* do país vizinho, também aqui encontramos alargamentos das vias, particularmente nos seus pontos terminais (ex. rua das Oucias). Por sinal, é a partir destes espaços que se estabelecem alguns dos planos de rectificação urbana do Séc. XIX, como bem testemunha o exemplo do alargamento da rua de *Maximinos* (n^o22) a partir do alinhamento da praça do *Pão* (n^o4)^m.

A conversão do MRB no modelo cartográfico permitiu-nos entretanto de-

Gaspar, Jorge - "A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média", Lisboa, in *Finisterra*, vol. IV - n^o8, 1969, p213.

¹⁰⁹ "jr,i apresentada a ordem do Provedor da Câmara de Guimarães por haver de responder esta Câmara Nob. e Povo ao Alvará de informa que Sua Magestade concedeu para haver de se compor aterro das águas e quintal de Plácido José de Sequeira para se abrir uma rua do sutão(?) e rua do Couto do Arvoredo para o Campo de S. Sebastião pela necessidade que nessa p- a passagem e serventia das Travessas e Mais ruas desta cidade cujo alvará foi passado em 18 de Setembro de 1792 por José Frederico Luduvici escrivão do Desembargo do Paco(...)", Ver Livro dos Acórdãos do Senado da Câmara do ano de 1791, assento de 8 de Junho - ACMB.

¹¹⁰ p.eio; Alberto - *Coisas Memoráveis de Braga*...p82,

¹¹¹ Bandeira, Miguel Melo - "Metamorfose de um Cenário Urbano - Contributo para o estudo evolutivo de uma rua de Braga dos sécs. XVIII ao XX", Braga, *Bragara Augusta*, Vol. XLIII, N^os 94/95 (107-108), Anos de 1991/92, p 197-222.

tectar certos aspectos que levantam algumas questões pertinentes nesta área. Por um lado, o registo de alguns traçados no suporte de 1868 releva a existência de "mexidas" na cidade medieval, que contradizem a perenidade exacta dos antecedentes viários pré-milenares; por outro, a inserção dos espaçamentos representados no MRB denota a prática de intervenções e modelações de traçado, efectuadas entre o período de concepção da *fonte* e a data de levantamento do suporte cartográfico (as de maior monta efectuaram-se em meados do Séc. XIX). Estas rectificações, embora não sejam tão profundas como aquelas que se vieram a fazer neste último período, são detectáveis na comparação efectuada entre os espaçamentos das ruas de intersecção, representadas no MRB, e o suporte de 1868. Igualmente os valores calculados à escala para o "encaixe" dos alçados confirmam este facto. A título exemplificativo, observe-se o desfazamento entre o MRB e carta de 1868¹¹² para a representação da *Travessa da rua do Forno para o a rua do Poço* (n^o12). Trata-se sem dúvida de um conjunto de questões que merecerão um maior aprofundamento futuro e que por agora não cabem inteiramente neste contexto.

Se para os espaços de circulação é possível discernir o essencial da sua configuração, no caso dos espaços construídos e espaços verdes, teremos de nos conformar com maiores limitações. Relativamente aos últimos, afirmaremos, pelas razões já invocadas que se torna muito difícil proceder à sua reconstrução, em especial, no interior dos quarteirões. Se bem que, para alguns destes, bastante estreitos e rebordados por edificações, fosse exequível advinhar o pouco peso das suas áreas, já o mesmo não se pode dizer para os maiores quarteirões que contactam o perímetro interior das muralhas.

São também mitigadas as notícias que temos da ocupação dos *Campos e Terreiros*, por estes estarem mal representados na *fonte*, pelo que só uma exaustiva recolha nos arquivos e a leitura das crónicas possibilitará compilar o rol de informações avulsas, necessárias para completar o quadro geral de ocupação dos espaços livres. Apenas nos casos em que as áreas verdes estão representadas no MRB por ausência de construções, como é o exemplo do *Couto do Arvoredo* (n^o21), o autor registou uma preciosa informação qualitativa ao ilustrar as diferentes espécimes vegetais que confrontavam os arruamentos, mas omitindo as dimensões e a forma real dos terrenos.

No seu conjunto esta estrutura é exaustivamente descritiva, sendo composta por 4 *travessas*, 10 ruas e 5 terreiros e pequenos *rexios*. Somente a viela junto à igreja dos Jesuítas (hoje encerrada) e o respectivo Largo do

Os valores encontrados para o troço Sul das ruas que cruzam esta travessa registam um débito no "encaixe", que obrigou da nossa parte a proceder a uma correcção susceptível de manter a variação de erro tolerada. A razoabilidade desta operação centrou-se na rectificação do alçado Sul da travessa, pelo que, neste caso, curiosamente foi confirmada a nossa suposição ao verificarmos que o alinhamento mais recente coincidia com o alçado recuado da casa n^o5 da citada via. Esta última conforme se pode ver confina com a travessa através de um pátio fronteiro.

Colégio adjacente (actualmente Largo de S. Paulo) não se encontram representados no MRB.

Apesar do desconhecimento geral das plantas do edificado, é possível avaliar que a compacidade urbana não seria tão elevada como a uma primeira vista faria supor. A reduzida área que disfrutavam os quarteirões, em especial aqueles que não contactavam directamente a muralha, conferiam contudo uma densidade relativa.

No que concerne a análise dos espaços construídos a informação de que dispomos realça a relação constante estabelecida entre os espaçamentos dos alçados e o número de pisos (ver REUB/folha-2). O comportamento destas variáveis, especialmente no que diz respeito aos valores médios,

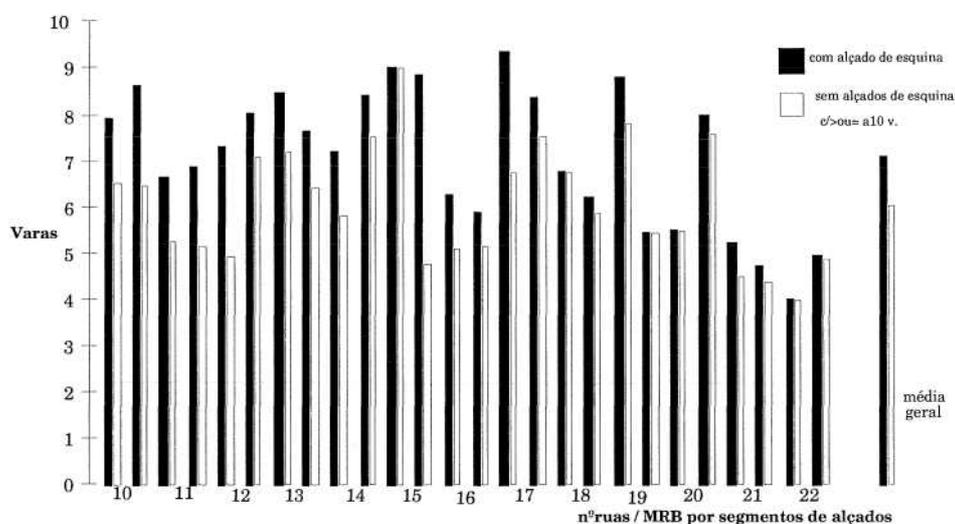


Gráfico 1 — Espaçamento médio dos alçados no "Bairro das Travessas"¹¹

revela uma apreciável uniformidade. Com efeito, os 26 segmentos de alçados representados no MRB que compõem esta área¹¹³, têm um valor médio de espaçamento por alçado de 7,14 varas, compreendidos numa banda que oscila *grosso modo* entre as 5 e as 9 varas (ver gráfico n^o1).

Apenas, a rua de *Maximinos* (n^o22) e a Rua *Verde* (n^o21) apresentam valores aquém do mínimo sem, contudo, descer das 4 varas. A este facto não será porventura estranho, estas ruas, constituirão ainda importantes eixos viários de circulação cujo trilhar era obrigatório para as direcções SW e poente. Por outro lado, a rua de *Maximinos* (n^o 22), antiga rua dos Burgueses, ostentava sem dúvida as marcas de um passado de grandeza, cuja inércia se perpetuava ainda na configuração das fachadas e no facto de constituir o acesso privilegiado à Sé Catedral.

Ao contrário, somente uma fiada de alçados a nascente da rua de *St-*

¹¹³ As praças e os largos representados no MRB estão incluídas.

Maria ou do Poço (n^o14) excede a média das 9 *varas*, não atingindo, porém, as 12 *varas*. Isto deve-se ao facto do troço a Sul da travessa, com a qual cruza, exhibir 3 edifícios de grande porte que subvertem os valores médios. Estes edifícios encontram-se já no enfiamento da viela do Colégio dos Jesuítas¹¹⁴ em cujas confrontações contactam já terrenos desta corporação.

Dever-se-á ainda apontar o caso, já mencionado, do *Couto do Arvoredo* (n^o17), que, como o próprio nome sugere, é um dos mais importantes *stocks* de espaço não construído na área, desenvolvendo-se no enfiamento meridional da rua *Verde* (n^o17) e comportando espaçamentos livres de valores elevados que naturalmente não foram contabilizados.

No que respeita ao número médio de pisos, verificamos que predominam as edificações com 2 e 3 pisos, respectivamente 48,9% e 45,9% do edificado, sendo praticamente inexpressivas as casas térreas e as de 4 pavimentos. Os 3 pisos só predominam francamente nas ruas de *D. Gualdim* (n^o16) e rua de *Maximinos* (n^o22), e também, por maioria, na rua de *St^o António* (n^o19). Nas restantes ruas, em especial as *travessas*, se exceptuarmos a que vai da rua do *Poço* para a Rua de *D. Gualdim* (n^o15), os valores predominantes andam próximos dos 2 pisos. Isto não significa porém, que se tratem, única e exclusivamente de casas modestas, antes pelo contrário, aquelas que apresentam grandes espaçamentos e não estão divididas por linhas de empeno, exteriorizam a sua vetustez nas fachadas. Curiosamente as casas, mais imponentes, localizam-se junto aos cruzamentos, tendo frequentemente serventia para mais do que um arruamento.

Em síntese um comprimento médio de 7,14 *varas* para uma média de 2,48 pisos no conjunto global não é, com efeito, uma relação que indicie uma elevada densidade de ocupação. Contudo, se subtrairmos os valores dos espaçamentos das edificações de esquina, desde que estes sejam superiores ou iguais a 10 *varas*, verificamos que a média geral dos espaçamentos nesta estrutura urbana baixa para as 6,1 *varas*. A diminuição de uma *vara* em média é tanto ou mais significativa, na medida em que as construções das extremidades aparentam ser as mais importantes deste conjunto.

Já sem o dinamismo que outrora possuiu, em especial no período medieval, local onde se concentrava toda a panóplia de mesteres e ofícios, inclusive da própria *Judearia* (velha e nova), o *bairro das travessas* em meados do Séc. XVIII já não reunia as sedes do poder político religioso, nem o grosso das actividades mercantis.

- A "coluna vertebral" (Estrutura-B)

Desde que o Arcebispo D. Diogo de Sousa mandou abrir a rua *Nova* (n^o2), e no seu enfiamento rasgou na muralha uma porta igualmente baptizada com o mesmo topónimo, Braga adquiriu uma espécie de "espinha dorsal" em torno da qual passou a convergir inúmeras das ligações internas e a agregar diversas funções centrais. Este eixo, a partir de então, foi de tal

Não está representada no MRB.

modo marcante que ainda hoje conserva¹¹⁵, nas devidas proporções, a importância urbana que, desde logo, passou a assumir.

O conjunto do alinhamento composto pela rua *Nova* (n^o2) (hoje D. Diogo de Sousa) e a rua do *Souto* (n^o6) constitui um eixo estruturante transversal que cruza o *casco velho* na direcção Este-Oeste (ver REUB/ Folhas-1), e que ilustra modelarmente, a importância que o urbanismo renascentista atribuía à circulação na cidade.

Paralelamente e num sentido genérico, estes arruamentos marcavam a "fronteira" entre os domínios eclesiásticos da Mitra a Norte e da "cidade civil" a Sul. O sector, a Norte do *debruado* construído que vertia para este alinhamento, tal como se pode confirmar na gravura de Georg Braun (1594)¹¹⁶, correspondia a um vasto espaço livre constituído por hortas e quintais pertencentes ao Paço. Somente a partir meados do Séc. XVI, quando se estima a abertura do *Campo de Touros*¹¹⁷ que, por consequência, correspondeu à primeira penetração de vulto neste sector, se estabeleceu um novo recinto público e simultaneamente se passou a dispor de um acesso directo e alternativo para o *Campo da Vinha* (através do postigo de St^o António). Com este facto, o alinhamento das vias *Couto do Arvoredado* (n^o21)/*Verde* (n^o21); *Çapateiros* (n^o23) e *Campo* (n^o1)¹¹⁸, até então, a principal e exclusiva ligação Norte-Sul intramuros, perdeu muito da sua importância. Dentro deste sector, as comunicações para setentrião apenas eram possíveis contornando o vasto quarteirão nos seus extremos - a Oeste pela rua do *Campo* (n^o1) e, no extremo leste, pelo *terreiro do castelo ILoura* (n^o7) (cerca de 380 metros sem cruzamentos).

Todavia, só bastante mais tarde, no principado de D. José de Bragança, com a construção da nova ala do Palácio Arquiepiscopal voltada para o *Campo de Touros* (actual Praça do Município) e a consequente transferência do Senado da Câmara, cujas obras do novo edifício se iniciaram em 1756 defronte do mesmo, se pode considerar constituído o novo centro de poder político da cidade. Com efeito, o processo de reorientação locativo do centro vital citadino acentua-se com o abandono dos velhos paços do concelho situados em frente à Sé Catedral¹¹⁹.

Concentrada a sede do poder político junto ao ponto intermédio do eixo-Souto/Nova com serventia pela rua dos *Gattos*¹²⁰, que adicionava também o

115 Fernandes, José Alberto e Martins, Luís Paulo - "A área central dos aglomerados urbanos do noroeste de Portugal" - Porto, Revista da Faculdade de Letras - Geografia, P série, Vol IV, 1988, p41-43.

" Ainda neste século, parte desta área, serviu de importante reserva de terrenos destinada à implantação de novas iniciativas urbanísticas, nomeadamente com a criação do conhecido *Ex-libris* Bracarense, jardim de Santa Bárbara e a abertura das ruas Justino Cruz e Eça de Queiroz.

' Em 1562 (Prelatura de D. Frei Agostinho de Jesus) é aberta a rua dos *Gattos* que permite o acesso ao campo do Arcebispo, ver, ver refs; Oliveira, Eduardo Pires - *Estudos Bracarenses...* - p67 e Ferreira, J. Augusto - *Fastos Episcopales ...* - Tomo III, pl04.

118 Correspondendo genericamente à actual rua Frei Caetano Brandão.

119 Bandeira, Miguel Melo, *opus cit.*

120 por sinal surge no MRB. como rua dos *Pattos* (?).

facto de estabelecer o principal acesso intramuros ao *Campo da Vinha*, o alinhamento em causa, veio reforçar ainda mais a sua importância no contexto urbano da cidade. A rua do *Souto* (n^o6) antiga via cuja origem exacta se desconhece, já fortemente concentracionária de actividades mercantis, passou ainda a ser o trajecto mais curto entre o novo centro de poder político e o acesso oriental da cidade. Por seu turno, no extremo deste alinhamento, precisamente no espaço compreendido entre o *rossio* da Porta do Souto e os *Alpendres* (Arcadas), avolumava-se um crescente polo atarctivo. Já em meados do Séc.XVIII este local¹²¹ representava o ponto central da cidade relativamente às novas áreas de expansão, bem como simultaneamente absorvia todos os acessos do quadrante Norte-Este-Sul, sendo ainda a área que aglutinava no seu seio metade das direcções estabelecidas com a cidade, reunindo todo o tráfego que trilhasse as Freguesias de S. Vicente, S. Victor e S. Lázaro. As *Arcadas* constituíam desde tempos imemoriais um verdadeiro interposto entre Braga e o seu *hinterland*. Junto funcionava a alfândega, mandada construir sob o arquiépiscopado de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) junto ao castelo para:

*os mercadores de fora poderem agazalhar-se a si e suas fazendas, sem pagarem outros direitos, além do aluguel dos pezos ou medidas por que vendiam, e que d^oele se pagasse ao alfandegueiro, para guardar tudo o que na alfândega entrasse*¹²²

Aí acorriam e se abrigavam feirantes e almocreves do interior serrano, convertendo esta área num verdadeiro sorvedouro de gentes e actividades, tendo os seus arcos sido edificados por D. Rodrigo da Moura Telles (1704-1728) no Ano de 1715¹²³.

Por conseguinte, os espaços viários que compreendiam as ruas do *Souto* e *Nova*, reuniam as condições mais favoráveis à fixação das actividades mercantis mais importantes da cidade. A observação minuciosa dos alçados representados no MRB sugere uma ocupação intensiva dos espaços, repartidos em estreitos e numerosos alçados, ilustrativos do valor locativo das edificações. De salientar, a profusão de portas amplas a toda a largura da casa e pisos térreos ocupados somente por estas, o que denota uma funcionalidade inerente à actividade mercantil, orientada para a exposição de produtos e adaptada ao movimento de pessoas e mercadorias. Das 153 casas contabilizadas nesta estrutura, 141 possuem portas à largura de todo o seu espaçamento, o que significa uma predisposição do piso térreo a este tipo de funções cujo montante é de 92,1%, dando um excelente exemplo de interrelacionamento morfo-funcional da estrutura.

É com efeito neste alinhamento que vamos encontrar o valor médio do

¹²¹ Área representada na folha de rosto do MRB.

¹²² Cunha, D. Rodrigo, Vid. Obr. cit., II, p411 in Ferreira, J. Augusto - *Fastos Episcopales*... - Tomo III,pl04

¹²³ ADB, Thedim, M. J. Silva, - "*Época dos Annaes e Memórias Bracarenses*" -, ADB, ms. 1054,(TomoI), p88.

espaçamento dos alçados mais baixo - (3,9 varas-alçado Sul do Souto). Para o valor médio global de 7,35 varas dos alçados intramuros, constatamos que os valores de espaçamento desta estrutura urbana estão substancialmente abaixo da média - (4,83 varas, sendo Souto-4,79 e Nova-4,87). Isto é, tanto ou mais significativo, na medida em que o conjunto destas duas ruas forma um espaço de grande unidade e, simultaneamente, regista o maior comprimento intramuros (cerca de 480 metros).

Por complemento, a análise dos pisos vem confirmar estarmos perante uma área de intensa densificação do edificado. Cerca de 80% das casas são compostas por 3 pavimentos sendo as composições inferiores inexpressivas face a um conjunto tão regular. As construções com 2 pisos estão dispersas e correspondem mais uma vez às casas mais ricas e de maior espaçamento. Julgamos não ser por acaso, notar que é no alçado Sul da rua *Nova* (n^o2) que registamos uma das maiores concentrações de habitações com maior número de pisos da cidade (4 pisos), chegando a ter um peso de 35,7% na respectiva fileira de alçados. Também aqui e à semelhança da estrutura urbana analisada anteriormente, embora sem o mesmo significado, também se verifica que os alçados dos extremos são aqueles que apresentam maiores valores de espaçamento. A rua *Nova* exhibe no extremo Norte, quer de um lado quer do outro da via, as edificações com maior largura. Existem duas edificações (extremo nascente da ala Norte) com mais de 14 varas de largo defronte ao complexo arquitectónico da Misericórdia, tendo, este também, mais de 20 varas. De resto, o edificado em geral que faz esquina com as ruas confluentes a este alinhamento, evidencia também valores acima da média. É o caso do cruzamento com as ruas de *Janes* (n^o8) (12 V.), das *Oucias* (n^o5) (7,8 V.), *Campo* (n^o1) (8,8 V.) e dos *Açougues Velhos* (n^o3) (8,3/10,4 V).

Na rua do *Souto* (n^o6) o valor médio dos alçados Norte é ligeiramente superior aos da ala Sul (Norte-5,6 e Sul-3,9). Na verdade, para além das extensões do Paço que contactam directamente a via (a principal tem 18 varas), excluindo naturalmente o espaçamento do próprio largo, é neste conjunto que encontramos o edificado mais imponente. A rua *Nova* (n^o2) tem uma média de espaçamentos idêntica nas duas alas, pese o facto de incorporar os valores mais discrepantes entre si.

Em síntese, diríamos que as Ruas do *Souto* e *Nova* (n^{os} 6 e 2) fazem parte da mesma estrutura urbana, podendo-se distinguir na primeira uma maior uniformidade tipológica.

Não podemos finalizar um estudo morfológico desta área, sem contudo, referir toda a carga simbólica que estes arruamentos representavam em meados do Séc. XVIII, sobretudo pelas implicações contextuais de uma época modelada na ambiência do *Barroco*. O espaço-palco que estas artérias representavam na vida da cidade está bem patente na tipologia dos alçados. Braga era uma cidade de festejos e procissões. Os Arcebispos dos inícios da segunda metade de *setecentos* fizeram da cidade uma peque-

na corte¹²⁴ onde as animações se sucediam em frequência e duração. Á entrada da Porta Nova, a cidade recebia os seus Antístites em cerimónias opulentas e complexas, entregando-lhes as chaves da cidade, pelo que depois seguiam em vistosos préstitos pela rua *Nova* até à Sé Catedral¹²⁵. Por este eixo desfilavam as cerimónias públicas e religiosas mais importantes da cidade. Houve mesmo um Prelado que mandou construir uma sumptuosa janela no Paço, avançada sobre rua, para melhor e mais comodamente assistir às procissões¹²⁶. Não é pois por acaso que estes arruamentos registam uma das maiores concentrações de varandas, gelosias e em geral de janelas. Há efectivamente uma exteriorização funcional das fachadas, que confere a este espaço uma imagem semelhante a uma imensa galeria de camarotes convertida num lugar de espectáculo a céu aberto,

- Um "anel" de *campos* (Estrutura-C)

Ao identificarmos o conjunto de praças exteriores à muralha, como uma estrutura urbana, estamos uma vez mais a reconhecer a profunda intervenção de D. Diogo de Sousa no desenho urbano de Braga. Em termos estruturais diríamos que a cintura de *Campos* e *Terreiros* interligados, envolvendo exteriormente a cidade amuralhada desde o Séc XVI, correspondem ao cerne da obra deste Arcebispo, na medida em que viriam a condicionar determinantemente o desenvolvimento subsequente da cidade. Sem menosprezar outras obras assaz fundamentais, é de salientar o efeito perdurador que ainda hoje mantém esta estrutura urbana na organização do espaço interno de Braga.

A intercomunicação destes espaços de circulação permite estabelecer um circuito contínuo (ver REUB/Folhas-1). Assim, começando a Norte e em sentido retrógrado, temos o *Campo* da Vinha, rua dos *Biscainhos* (nº59), *Campo* das Hortas, *Em Frente do Assougue* (nº25) (actual rua de S. Miguel-o-Anjo) (W), *Campo/terreiro de S. Sebastião* (nºs25/30), rua do *Alcaide* (nº31), *Campo de Sãotiago* (nº33A) (S), rua do *Anjo* (nº33B), *Campo* dos *Remédios* (nº35A) (actual Largo Carlos Amarante), rua de *S. Marcos* (nº35A), *Campo de SanfAnna* (nº41) (actual Av. Central) (E), rua *Fonte da Cárcova* (nº44A) (actual rua dos Capelistas) e novamente *Campo* da Vinha (actual Prç. Conde Agrolongo).

Independentemente da maior ou menor responsabilidade executiva do Arcebispo na delimitação de cada um destes espaços, a ideia que perdurou na abertura e no seu ordenamento, salientam uma visão urbanística de grande alcance, que conferiu à cidade uma estrutura expansiva orgânica, caracterizada basicamente, pela disposição de espaços amplos defronte dos acessos às portas da cidade e, simultaneamente, a intercomunicação

¹²⁴ADB, cf. Peixoto, Inácio José - "Particularidade das festas ", in - Memórias Particulares...- ADB, Ms 888 (Ed.no Prelo).

¹²⁵Ferreira, J. Augusto -ver "Entrada Triunfal do do Arcebispo D. José de Bragança em Braga" - Fastos Episcopais ... -, Tomo III,p279-280.

¹²⁶Ver MR] R_u do Souto(nº6), ala esquerda do Largo do Paço.

directa entre cada uma destas áreas.

São amplos espaços de circulação que estão pobremente representados no MRB. Com efeito os critérios de representação desta *fonte* não favorecem à partida a ilustração das áreas, em especial as de grandes dimensões. Por outro lado, o MRB não exhibe qualquer edificação que esteja acoplada exteriormente à muralha. Este facto, torna necessariamente incompleta qualquer abordagem morfológica das referidas áreas tendo unicamente em conta a *fonte* documental de partida. Neste sentido, e dada a importância que este tipo de estrutura tem para a cidade de 1750, resolvemos abordar como exemplo, o conjunto formado pelo *Campo de Santiago* (n^o33A) e a rua do *Alcaide* (n^o31) que lhe está adjacente.

O *Campo de Santiago* (n^o33A) representa um dos muitos exemplos de espaços que contribuíram para desafogar o velho burgo murado. Está ligado ao *Campo dos Remédios* (n^o35A), a Este, através da rua do *Anjo* (n^o33B) e alternativamente a Sul do mesmo *campo* através da *Quingosta das Cruzes* (n^o34). Meridianamente é cruzado pelo acesso que sai da porta Sul da muralha com o mesmo nome e se desenvolve no limite poente, do dito *Campo*, pela rua dos *Pellames* (n^o32) em direcção ao rio Este. Por seu turno, liga a poente com o *Terreiro /Campo de S. Sebastião* (n^os30/25) ao longo da rua do *Alcaide* (n^o31).

Tanto o *Campo de Santiago* (n^o33A) como a rua do *Alcaide* (n^o31) apenas estão representados no MRB pelos seus alçados Sul. No primeiro caso a reconstituição afigura-se plausível na medida em que todo o alçado Norte era ocupado, como hoje ainda o é, pela fachada Sul do complexo arquitectónico que compunha o então Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus¹²⁷.

Em meados do Séc. XVIII, o conjunto encontrava-se já devidamente colmatado. A semelhança de outros *Campos* da cidade, também este era ocupado por edifícios e complexos arquitectónicos de grande afectação volumétrica pertencentes a importantes instituições e a moradias de famílias de elite. Estão neste caso, o Colégio de S. Paulo e a casa dos Falcões Cotta (casa n^o1, actual Governo Civil), ilustre família *setecentista* da freguesia da Cividade¹²⁸. Esta casa, de fachada ricamente trabalhada, media de frontaria mais de 37 *varas*, ou seja, mais do que a Misericórdia ou a extensão da Praça do *Pão* (n^o4), ocupando aproximadamente 1/3 do conjunto do edificado Sul da praça.

No domínio dos espaços verdes, a partir do suporte atribuído a Pereira Cruz, é possível visualizar o imponente jardim traseiro que pertencia ao referido palácio, informando-nos, ao contrário da profusão generalizada de hortas e quintais, a existência de espaços verdes interiores devidamente

Onde anteriormente funcionaram nas imediações os primeiros *Estudos Públicos*, fundados por D. Diogo de Sousa que, segundo rezam as "memórias" de Inácio José Peixoto, teriam sido fundados no início de 1531. Ver -Ferreira, J. Augusto - *Fastos Episcopales...* - Tomo II, p385-388.

¹²⁸ Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa - *Nobiliário de Famílias de Portugal* -, Braga, Ed. de Carvalhos de Basto, 1989, Tomo XIII, foi. 75-91.

jardinados, o que aliás, veio a ser recentemente reforçado pela divulgação do MCP¹²⁹.

A média geral de espaçamento dos alçados é de 8,8 *varas*. No entanto, é de salientar, que se trata de um valor distorcido pela inclusão do referido palácio. Se o ignorarmos, a média de espaçamentos das restantes dez casas baixa para as 6 *varas*. Comparando com outros espaços do mesmo tipo de estrutura detectamos a mesma realidade. Para o segmento Sul do *Campo de SantAnna* (n^o41) situado entre a rua das *Agoas* (n^o36) e a *Quingosta da Palha* (n^o60), a média dos espaçamentos é distorcida, neste caso, pela presença, ao tempo ainda em construção, do Convento dos Oratorianos (actual CEFOPE-UM). De igual modo desconsiderando este valor, a média cai para as 5,2 *varas*. Também a rua dos *Biscainhos* (n^o59), fronteira ao terreiro exterior da porta de S. Francisco, no extremo oposto da cidade, embora parcialmente representada, permite-nos avaliar a provável distorção que o palácio do dito nome introduz no valor médio dos alçados.

Relativamente à rua do *Alcaide* (n^o31), que está indissociavelmente ligada ao *Campo de Santiago* (n^o33A), as características do espaço construído acentuam a realidade anterior. Porém, e neste caso, a regularidade das construções é maior. No que respeita à média dos alçados, verificamos que aqui é substancialmente superior - 10,2 *varas*.

A rua do *Alcaide* (n^o31), pela configuração dos seus alçados exprime nitidamente uma outra orientação funcional face às demais estruturas anteriormente consideradas. É uma rua aparentemente residencial e supostamente pertencente a um nível social elevado. A observação das edificações regista uma notável uniformidade tipológica, reflectida no tipo de janelas e portas que nos informam, ao longo de toda a rua, da robustez das construções. Se compararmos com a rua de *S. João* (n^o9) intramuros¹³⁰, inequivocamente uma rua residencial de elevado nível social, confirmamos as semelhanças. Dos 21 fogos detectáveis, a média dos espaçamentos dos alçados é a maior de toda a cidade - 15 *varas* para 2,3 pisos.

Por seu turno, no conjunto formado pelo *Campo de Santiago* (n^o33A) e rua do *Alcaide* (n^o31), predominam as casas com 2 pisos. Na rua do *Alcaide* (n^o31), apenas o alçado do extremo nascente e o n^o5 (com sobrado) têm 3 pisos, enquanto que no *Campo de Santiago* (n^o33A) existe uma proporção de 7 casas com 2 pisos para 4 com 3. Porém, atendendo ao facto do palácio dos Falcões ocupar 1/3 do conjunto, devemos admitir a prevalência dos 2 pisos para a globalidade do traçado.

Em síntese, a estrutura urbana composta pelo *Campo de Santiago* (n^o33A) e Rua do *Alcaide* (n^o31) consubstancia-se claramente pela associação tripartida entre os grandes espaçamentos de alçados (9,54

¹²⁹ Este documento afigura-se como uma excelente *fonte* de estudo dos jardins e espaços verdes interiores da cidade *setecentista*.

¹³⁰ Também aberta sob os auspícios de D. Diogo de Sousa, ver Ferreira, J. Augusto - *Fastos Episcopais*...-. Tomo II, p394.

varas), o reduzido número de pisos e a existência de fachadas com elementos arquitectónicos trabalhados em pedra. É uma estrutura urbana que traduz uma realidade consistente e plenamente integrada na cidade, caracterizadamente marcada pela existência de amplos espaços de circulação e por uma menor densificação do espaço construído, composto por grandes volumes pertencentes a instituições religiosas e casas senhoriais.

- Os "tentáculos" (Estrutura-D)

Se o cronista Senna de Freitas quisesse referir os longos espaços viários de acesso à cidade, utilizaria sem dúvida esta expressão. Tal como os membros de uma aranha, dispostos em forma radial, por estas vias se processava o crescimento urbano espontâneo, de forma que os espaços livres iam sendo colmatados pelo enfileiramento de novas construções ao longo da estrada.

A principal característica desta estrutura urbana é o forte cunho rural da envolvente onde estão instaladas as ruas. Assim, à medida que se desenvolviam do centro para a periferia, penetravam num espaço predominantemente ocupado por quintas e campos de cultivo. Diríamos que a paisagem rural das traseiras contrastava com o movimento citadino da fachada das casas, constantemente cruzadas por tráfegos indistintos de rua e de estrada.

Estes espaços de circulação são de fundamental importância para a compreensão da cidade de então, por se tratarem das vias mais extensas e por elas se processar o tráfego entre a cidade e a região. Apesar do seu comprimento eram segmentos de circulação contínua, sendo raras ou mesmo inexistentes as interrupções do seu traçado, podendo surgir amiúde mais bifurcações que cruzamentos.

O caso da rua das *Cónegas* (n^o58) (actual rua da Boavista) é bem elucidativo deste tipo de estrutura (ver REUB-Folhas-1). A totalidade do edificado pertencia ao Cabido da Sé, espelhando assim a relação directa com topónimo. Supostamente instalada sob a antiga estrada romana (via XVII) em direcção a *Lucus Augusta*¹³¹ (Lugo), a rua das *Cónegas* (n^o58) exhibe a maior extensão de todas as ruas representadas no MRB. Este alinhamento é tanto ou mais considerável na medida em que se prolonga na estrada de *Real* (n^o57), também representada na *fonte* e que confere sem margens para dúvida, o atributo de poder ser designado o maior espaço viário de Braga em 1750. A fiada de alçados Norte media 601,5 *varas* e a fiada Sul, ligeiramente mais curta, compreendia 588,4 *varas*. Além disso possuía um desnivelamento pronunciado (descendente no sentido SE-NW), de cerca de 13,5%, constituindo o acesso exclusivo de Noroeste a Braga.

Ao contrário das restantes estruturas urbanas consideradas, são frequentes as interrupções de continuidade do espaço construído. A medida que nos afastamos do centro da cidade, a compacidade do edificado vai

¹³¹ Oliveira, Eduardo Pires - *Estudos Bracarenses...* - p32.

diminuindo, sendo progressivamente interrompida pela presença de quintais e campos, até chegar ao extremo da rua onde espaços livres substituem os espaços construídos.

Considerado o comprimento da rua, se exceptuarmos naturalmente os espaços verdes murados, podemos admitir a homogeneidade dos espaçamentos dos alçados. O total das confrontações directas dos espaços verdes é de 331 *varas*, o que significa 27,8% do conjunto do traçado, dos quais 104,3 v. no alçado Norte e 226,7 v. no Sul. Só o derradeiro espaçamento, do lado Sul no extremo Oeste, mede 130 *varas*. A média do total dos espaçamentos, incluindo as áreas não construídas é de 6,2 *varas* no alçado Norte e 8,78 *varas* no Sul. Mas, se descontarmos os espaços livres, verificamos que as médias baixam bruscamente para as 5,4 *varas* a Norte e 5,8 *varas* a Sul. Estes valores podem ser considerados baixos se compararmos com outras áreas da cidade. Somente 4 alçados em 59 a Sul e 3 alçados em 90, a Norte, ultrapassam o valor de 10 *varas*.

No referente ao número de pisos, 59,7% das casas tem 2 pisos e 34,2% são casas térreas. Contudo, o número de pisos e a qualidade das construções vai diminuindo do topo da rua para a base. Os parques 5,3% de casas com 3 pisos concentram-se no trecho mais elevado da rua, desaparecendo à medida que caminhamos para o extremo periférico. Ao invés, as casas mais modestas de um único piso e os campos, aumentam de frequência no mesmo sentido. Se completarmos a nossa observação prolongando o olhar pela estrada de *Real* (n^o57) que está no mesmo enfiamento, confirmamos esta tendência.

Também é de salientar a disposição desordenada dos alçados que atribuem um traçado irregular à via, sem contudo alterarem a orientação geral SE-NW. Uma exploração minuciosa releva um elemento digno de nota - os alargamentos viários existentes nos arruamentos. Não é, com efeito, a rua das *Cónegas* (n^o58), o melhor exemplo ilustrativo para apreciarmos estes pequenos terreiros, referenciados muitas vezes por terem no centro um cruzeiro ou fontenário. Todavia, podemos observar um exemplo ténue, no espaço que defronta o acesso à casa das Hortas (à esquerda da casa n^o28). Os restantes acessos radiais à cidade são mais pródigos em evidenciar este tipo de forma urbana. Eles derivam de rectificações casuísticas, decalcados em torno de pequenos terreiros e bifurcações de caminhos rurais, com origem mais ou menos indeterminada. Como melhores exemplos, temos o largo dos Penedos; entre as ruas dos *Chãos de Sima* (n-53) e de *Baixo* (n^o45); o Eirado, no extremo Sul desta última; o largo de *S.Lázaro*, na confluência da rua (n^o37) com o mesmo nome e a dos *Granginhos* (n^o35B), bem como outros mais ou menos evidentes para o conjunto dos acessos à cidade.

Em síntese, o tipo de estrutura urbana em análise caracteriza-se morfológicamente por possuir longos espaços de circulação contínuos, com bifurcações sem constituírem cruzamentos, instalados em áreas onde predominam os espaços verdes. O edificado margina os segmentos viários diminuindo de

qualidade e quantidade em direcção à periferia. A generalidade das construções é modesta exprimindo uma associação directa entre alçados estreitos e edificado pouco elevado.

- Uma nova forma urbana (Estrutura-E)

A última estrutura urbana seleccionada corresponde à Praça do *Gavião* (n^o48)¹³² e a todo o conjunto de ruas adjacentes que se encontram organizadas sob a sua centralidade (ver REUB/Folhas-1). É interessante notar que, apesar da sua modernidade, a praça, ao contrário das ruas conectantes, é daqueles lugares que, mais e variadamente, sofreu alterações toponímicas. Desde *Gavieira* ou lugar do *Reduto*, passando pelo inquestionável *Quinteiro* e também *Campo Novo*, ainda hoje é motivo de equívocos, por se designar Praça Mousinho de Albuquerque e popularmente ser conhecido por *largo D. Pedro V*, em virtude de ostentar no seu centro uma estátua do dito monarca.

A estrutura, em causa, está encaixada intersticialmente entre dois dos acessos radiais que apontam o leste e o nordeste, sob uma pequena rechã rochosa¹³³ que interrompe a maior elevação da cidade - N- S- de Guadalupe (233m alt.). Esta forma de relevo é o extremo avançado da linha de cumeada que inrrompe na urbe e que mais drasticamente separa as bacias do Cávado e do Ave dentro da cidade. Situa-se na base SE desta elevação e verte com suavidade para Sul. Aqui contacta descendentemente, através da rua de *S. Gonçalo* (n^o49) (c/46 *palmos* de largo)¹³⁴, com o *Campo de Sant' Anna* (n^o41). A Oeste o acesso é feito a partir da rua de *St^o André* (n-46) (47 el/2 p.larg.)¹³⁵ que contacta as ruas dos *Chãos* (n^os45 e 53) nas imediações do largo dos *Penedos*. Por seu turno a ligação a Norte é estabelecida através da rua da *Oliveira* (n^o51) (47el/2 p.larg.)¹³⁶, na qual corria anteriormente um pequeno fio de água procedente de um olival. Finalmente, para leste, tínhamos a rua de *N- S^o de Guadalupe* (n^o50) (46 p.)¹³⁷ instalada na vertente da já referida elevação. Trata-se de uma das ruas de maior pendor de Braga e que hoje em dia assenta sob uma ampla escadaria. Ainda dentro da estrutura, embora não directamente associadas à Praça central, temos ainda a rua de *S. Barnabé* (n^o47) que interrompe o alçado Norte da rua de *St^o André* (n^o46) e a Rua *Em Frente de N- S- de Guadalupe* (n^o52A) perpendicular ao topo da rua com o mesmo nome. De todo o modo, tratam-se já de ruas subsidiárias às principais vias do conjunto.

A estrutura urbana está instalada num suporte topográfico e litológico dos mais ingratos da cidade, quer pela superfície irregular em que assenta,

³ Este topónimo resulta do nome do seu 1^o enfiteuta - António Barreto Gavião.

¹³³ *yer Livro rfe Eegisto de 1755 a 1766 e ss*, ACMB, *Plano de Obras onde refere a consistência litológica da dita Praça*, Cit. por Capela, José Viriato - "O Município de Braga de 1750 a 1834, Braga, *Sep Brocara Augusta*, VolXLI, N^os 91-92, 1991, pl55.

¹³⁴ Id.,pl52.

¹³⁵ Id. ibid.

¹³⁶ Id. ibid.

¹³⁷ Id. ibid.

quer pela abundância de afloramentos rochosos onde está instalada, sendo por contraste o conjunto mais regular e proporcionada do desenho urbano de Braga. Com efeito, o elemento mais interessante da estrutura em análise, reside na expressão evidente de levar avante um projecto urbano harmonioso e concertado numa área com condições físicas adversas.

O complexo do *Campo Novo*, como também passou a ser conhecido, transmite um novo conceito urbano, uma nova maneira de pensar a cidade. Esta iniciativa representa para a época uma intervenção com vasta amplitude inovadora e que imprime uma ruptura no sistema espontâneo de crescimento da cidade.

A forma urbana corresponde basicamente a uma *armação* resultante da abertura de uma praça central quadrangular, com 5250 m² e de cujos vértices se desenvolvem ortogonalmente quatro arruamentos com espaços substancialmente mais amplos que os demais existentes na cidade de então.

O "*casal dos chãos*"¹¹, como de início era designado, serviu de palco a uma nova experiência do urbanismo bracarense. Pelo menos, desde 1725, data da celebração do seu *Praço* mais antigo, iniciou-se a obra sob os auspícios de D. Rodrigo da Moura Teles (1704-1728). A envergadura da iniciativa, pese até ao momento a inexistência de notícias mais detalhadas sobre o arranque dos trabalhos, não pôde deixar de reunir amplos consensos imprescindíveis à consecução e encaminhamento de tão vasto projecto. Lamentavelmente, não se conhece o autor ou autores que ajudem a esclarecer melhor a origem, o estilo e as preocupações subjacentes desta iniciativa. Mais do que um projecto de autor isolado em si mesmo, a singeleza do traçado e o sistema normativo de condicionantes é claro quanto à manifestação expressa de uma visão urbana determinada. É muito possível até, que a ideia possa ter sido importada, pois o desenho, enquadra-se perfeitamente nos parâmetros do urbanismo *Barroco*. Embora muito aquém da magnificência e complexidade de outros expoentes paradigmáticos da época, a Praça do *Gavião* (n^o48) e particularmente a rua de *St^e André* (n^o46), não ostentam propriamente a monumentalidade, as perspectivas exaltadoras e o triunfo de uma obra que vive em função de si própria, que reverte tudo a seu favor. A praça constituindo o centro geométrico da área não está orientada para reter os transeuntes. A inexistência de galerias cobertas e mesmo a densidade ténue de afectação inicialmente prevista, dotou intencionalmente este espaço de uma funcionalidade pluriprivada, vocacionada mais para a ocupação residencial do que propriamente para um espaço público e espectacular, destinado a actividades cívicas e públicas.

Após 25 anos da sua presumível abertura, ou pelo menos da imposição do traçado, cerca de metade deste conjunto urbanístico, excluindo as ruas de *St^e André* (n^o46) e *S. Gonçalo* (n^o49), encontravam-se ainda por preencher. O MRB exhibe um verdadeiro loteamento, em que estão já determinados os *chãos* sob os quais se viria a estabelecer o futuro edificado. A este respeito vejamos os seguintes valores:

Quadro II — Relação entre a quantidade de alçados construídos e lotes livres no *Campo Novo*

ESPAÇOS VIÁRIOS	ALÇADOS	LOTES/chãos
R.DE SANTO ANDRÉ (n°46)	48	3
R.DE S. BARNABÉ (n-47)	23	13
PRÇ. DO GAVIÃO (n°48)	9	27
R.DE S. GONÇALO (n°49)	26	1
R.N° S° DE GUADALUPE (n°50)	17	18
R.DA OLIVEIRA (ri-51)	22	13
R.EM FRENTE ⁸ GUADALUPE (n°52)	7	3

Como se pode verificar, a Praça do Gavião é o espaço mais ralo de edificações do conjunto. Significa isto que a delimitação da praça seria posterior à definição dos arruamentos? Estamos em crer que não, já que o sucesso da harmonização do "*Bairro da Gavieira*" dependeu da concertação de todo o conjunto. Será que haveriam restrições ou condicionantes de ordem económico-social? É uma questão que, por agora, deixamos em aberto.

De facto, a preocupação normativa na concepção do edificado, sobretudo na praça, é evidente, não só pela regularidade imposta na delimitação dos espaçamentos dos alçados - 6 *varas* -, mas também na regularização tipológica das casas representadas. Não existe na cidade outro espaço que patenteie semelhante regularidade nos espaçamentos¹³⁸. O ritmo uniforme das fachadas obedece sem margem para dúvidas, a posturas condicionadoras, designadamente no tipo de aberturas, das linhas niveladoras dos pisos e até da sua contingentação. O alçado Norte da Prç. do *Gavião* é constituído por habitações térreas, provavelmente regulamentadas em função do pendor descendente da praça para Sul, permitindo com esta condicionante tolerar 2 pisos no alçado Sul de molde, supostamente, a manter a unidade morfo volumétrica da praça.

Em conclusão, o Quinteiro ou também conhecido *Campo Novo* e suas confluências concentram parte do crescimento da cidade, contribuindo a partir de então para estancar, ou pelo menos refrear, o crescimento linear e casuístico das vias radiais. Trata-se de um projecto urbano que denota já a preocupação em racionalizar o governo da cidade, a população ia aumentando e com ela a vida urbana tornava-se mais complexa de gerir.

A urbanização do *Campo Novo* não é uma estrutura monolítica uniforme, talvez por isso os documentos não associem este projecto a um autor, ele é aceitável mais como consequência de múltiplas iniciativas individuais, que contudo, actuaram dentro de um quadro formal de construção rigidamente regulamentado. Diríamos que o *Campo Novo* é uma ideia colectivamente aceite que reflecte uma vontade superior determinada.

Os tipos de estrutura seleccionados procuram, antes de mais, reflectir o plano urbano de Braga em 1750. São espaços integrados que se articulam entre si e que sinteticamente podemos compará-los a partir da relação en-

¹³⁸ Nenhum alçado da praça do Gavião apresenta confrontações desdobradas em polegadas. 156

tre os valores médios de espaçamento dos seus alçados com o número de pisos (ver gráfico n^o 2 e Quadro III)¹³⁹.

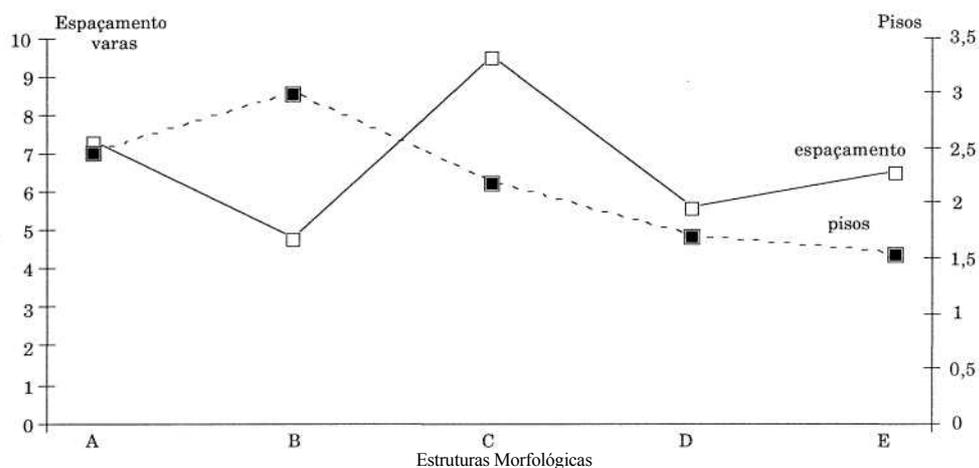


Gráfico 2 — Relação entre os valores médios, de pisos e espaçamentos, dos alçados por Estruturas seleccionadas

Quadro III - — Valores encontrados nas Estruturas Morfológicas

	Estrutura - A	Estrutura - B	Estrutura - C	Estrutura - D	Estrutura - E
	"Núcleo Duro"	"Coluna Vertebral"	"Anel de Campos"	"Tentáculos"	"Nova Forma Urbana"
	"Bair. Trav. V	Ruas Souto/Nova	Alcaide/Santiago	Rua da Cónega	Campo Novo
N- de Fogos	363	157	32	152	143
N- de Fogos do Cabido	217	66	32	152	141
N ^o de Casas	266	149	32	152	139
Medições/varas (registos)	289	151	32	160	222
Espaç.méd.dos alçados*(varas)	7,14	4,83	9,54	5,64	6,57
Média de Pisos por Fogo	2,48	3,01	2,19	1,72	1,55

* não contém os espaços livres: a 1 sílaba deste quadro não dispensa a consulta do RFI IR/Folhas-1 2 e 3

7.2. Os Números do MRB

O MRB é uma *fonte* exaustiva mas não integral para a reconstituição da cidade de Braga em meados do Séc. XVIII. A razão deve-se ao facto da entidade promotora da obra, na qual o documento se insere, constituir a principal proprietária urbana. Todavia, o Cabido da Sé reparte a generalidade do restante senhorio com um número variado de instituições. Mesmo assim, a Mitra Primacial, o Senado da Câmara, as principais Confrarias, Irmandades, as Comendas, Obras Pias, conventos e o Hospital usufruíam de um património considerável.

A imprescindibilidade do MRB no reconhecimento da Braga *setecentista* deve-se não só à forma particular como a representa mas, sobretudo, ao manancial informativo que evidencia, destinando-lhe o papel chave em

¹³⁹ ver valores discriminados em anexo n^o 2.

qualquer reconstituição da cidade que se leve a cabo. Por outro lado redobra de valor se considerarmos a insuficiência locativa e até informativa dos registos procedentes das restantes instituições senhoriais da cidade. O MRB nem sempre ilustra com um critério uniforme e sistemático as suas representações de índole formal. De todo o modo, com omissões pontuais, prevalecem quatro tipos de registos elementares que são de considerar em qualquer inventário que façamos:

- fogos
- casas
- lotes/espaçamentos delimitados por uma linha de empeno
- registos indicados em *varas*.

São variáveis que não apresentam valores coincidentes, mas cuja consideração contribui para uma apreciação multivariada do MRB (ver anexo n^o1). A frequência com que encontramos mais do que um registo numérico para cada casa do Cabido faz-nos supor da importância que implicava o subdivisionamento das casas. E, por conseguinte, muito difícil avaliar com precisão um valor global neste domínio, tanto mais que não estão indicadas as repartições internas das casas não pertencentes à Mesa Capitular.

Partindo do princípio que cada número poderia corresponder à celebração isolada de um *Prazo*, entendemos considerar, a par do somatório dos fogos, o montante dos registos indicativos da propriedade do Cabido. Com efeito, o desfazamento detectado entre as notícias da população existente para a época¹⁴⁰ e as contabilizações que têm sido efectuadas, levamos a admitir como mais realistas critérios maximizadores de contagem.

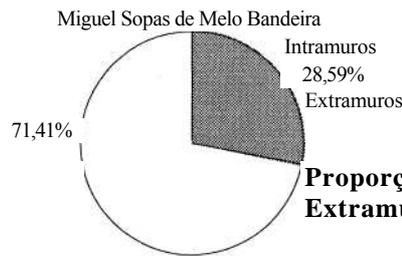
A contabilização do número de casas é um critério que interessa preferencialmente a uma análise morfológica, na medida em que contribui para a desagregação do espaço construído mas que fica por valores muito aquém daqueles que seriam necessários para proceder a uma recriação social e económica da urbe. No caso particular é um indicador limitado para averiguar por si só os quantitativos demográficos da cidade. Nesta perspectiva, é possível, pelo menos, contabilizar 2536 fogos (gráfico n^o3) em 2384 casas individualizáveis no MRB.

Trata-se de números que sugerem uma grandeza relativa e são susceptíveis de aumentar se acrescentarmos outro tipo de valores que, por ora, nos são desconhecidos, nomeadamente:

- os desdobramentos internos das casas não pertencentes ao Cabido
- as ruas e alçados não representados no MRB
- as casas isoladas do perímetro urbano, dispersas por hortas e quintas.

Por outro lado e a outro nível, contabilizámos os valores referentes aos espaçamentos individualizáveis por linhas de empeno, bem como ao número de registos indicativos das confrontações levantadas para a elaboração

¹⁴⁰ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", p8.



**Gráfico 3 —
MRB Intra e**

**Proporção dos fogos do
Extramuros**

do MRB. São valores que se aplicam objectivamente para fins de análise estatística e que nos elucidam dos montantes globais que implicaram a execução da *fonte*. Estão representadas no MRB 2607 referências indicativas das confrontações levantadas, sob as quais acrescentámos mais 52¹⁴¹, que contabilizam um total de 17 930,15 *varas* ($\pm 19 719,26$ metros) (ver gráfico n^o4). Estas correspondem a cerca de 70 topónimos subdivididos em 116 fiadas de alçados¹⁴².

No que diz respeito ao interior amuralhado, ou seja 25,7% (4624,1 *varas*) (ver gráfico n^o5) praticamente tudo figura na *fonte*, com a excepção do *Campo de Touros* (actual Praça do Município), o alçado entre a Igreja de S. João do Souto (ver rua n^o8) e a Porta de S. Bento, o Largo e a Viela do Colégio dos Jesuítas e, curiosamente, o complexo arquitectónico da Sé Catedral.

Ao invés, o mesmo não se poderá afirmar das representações extramuros onde os hiatos se acentuam. Neste aspecto merece especial destaque a omissão sistemática que o MRB faz dos alçados compostos pelas casas que estão acopladas à face exterior da muralha. Estas estão ausentes entendemos, pelo facto da maior parte delas pertencerem ao Senado da Câmara¹⁴³. Também não estão patentes alguns troços adjacentes das fiadas de alçados representadas — ex. rua de *Infias/Sul* (n^o55), rua do *Carvalho/Norte* (n-44B) e *Fonte da Cãrcova/Sul* (n^o44A), bem como o rebordo construído de alguns dos principais *Campos* (ex. *Campo de Sant'Anna* (n^o41), *Campo da Vinha*, *Campo das Hortas*, Remédios, etc. — e cuja existência do edificado é confirmável documentalmente.

O comprimento médio das ruas ronda as 139 *varas*, sendo a diferença entre o exterior (179,8 *varas*) e o interior (98,38 *varas*) deveras acentuada. A este facto, não é estranho o modelo radioconcêntrico da cidade que

⁴¹ Medidas referentes a confrontações omitidas, larguras de ruas, gavetos, etc, calculadas proporcionalmente com base nas confrontações confinantes.

Nem todos estes espaços estão integralmente representados.

⁴² "Os moradores da rua do Anjo fizeram declaração a este Senado que o muro da cidade nas traseiras das suas casas se acha caído nos mesmos quintaes (...) nos informaram que para haver de se tornar a levantar, era obra de muito custo por ser necessária pedra de mayor [...] do que a que se acha caída (...) se mandasse desentulhar os ditos quintaes por os moradores pagarem foro ao Senado ", ver *Livro dos Acórdãos e Posturas da Câmara* de 1756, AMB, assento de 12 de Março.

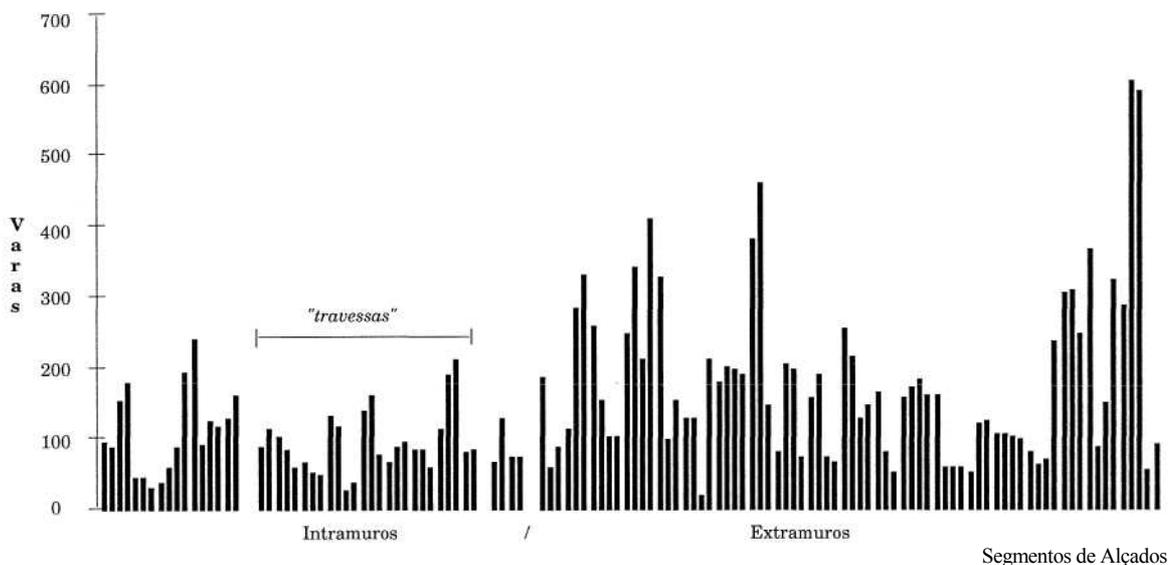


Gráfico 4 — Comprimento (em varas) dos segmentos de alçados do MRB



acentua a extensão das vias radiais.

No que concerne à relação dos espaçamentos dos alçados com o número de pisos, encontraremos alguns confrontos dignos de nota. Braga de 1750 é uma cidade com edificado constituído por alçados medianamente espaçosos - 6,6 varas - e com um número reduzido de pisos. Convém no entanto salientar a grande discrepância de valores. Se é verdade que existem casas muito estreitas, da ordem das 2 varas (e até menos), outras há que ostentam 30 e mais varas de alçado corrido (ver gráfico nº6). Todavia o mais surpreendente é que os valores médios intramuros são mais elevados do que no exterior (respectivamente 7,3 para 6,2 varas)¹⁴⁴.

Relativamente ao número de pisos é constatável a homogeneidade da urbe (ver REUB/Folha-3). Com efeito o número máximo atingido para toda

¹⁴⁴ É de notar que os grandes edifícios das instituições não foram contabilizados (Ex. Conventos, Igrejas, etc).

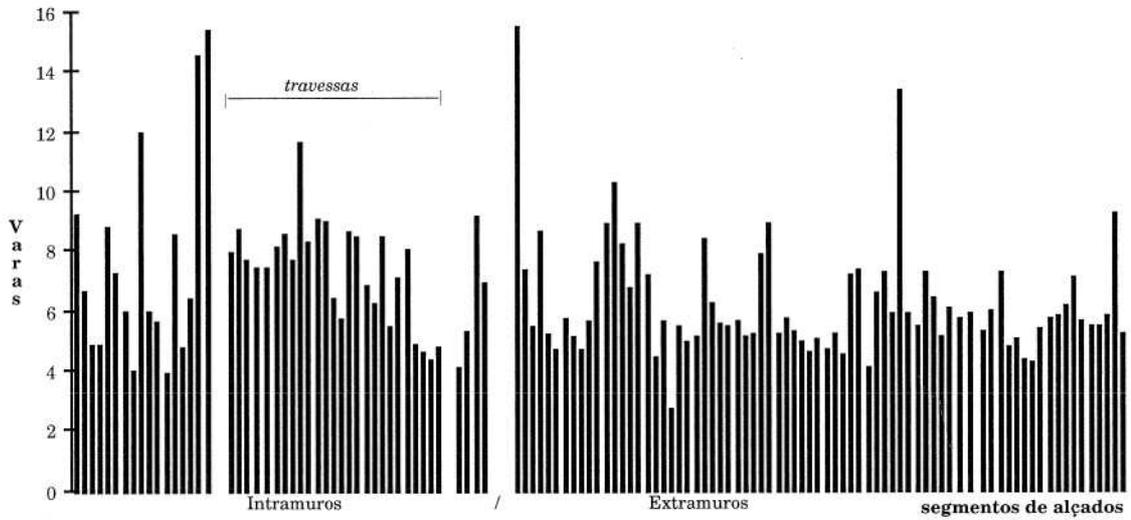


Gráfico 6 — Média de espaçamento dos alçados (em varas) por segmento de alçado (não inclui os conventos, Igrejas e esp. livres)

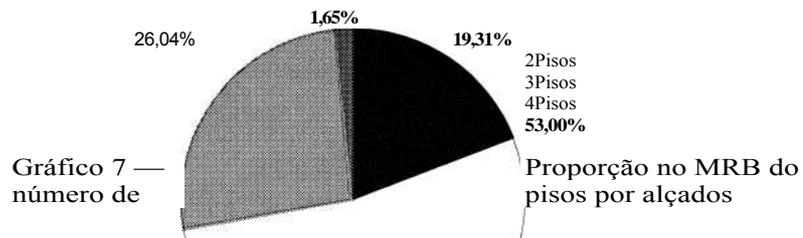


Gráfico 7 — número de

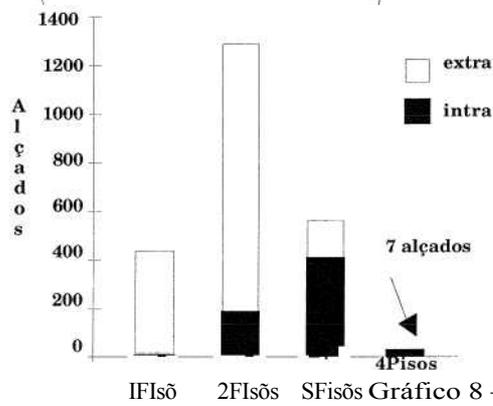


Gráfico 8 — Número de alçados por pisos - Intra e Extramuros

cidade é de 4 pisos, representando estes apenas 1,6% do total. Mais de metade dos prédios têm 2 pisos (53%), configurando uma média global de 2,1 pavimentos (ver gráfico nº7). No que respeita à cidade intramuros, a relação é de 59,2% casas com 3 pisos para 33,8% com 2 pisos. Externamente a situação muda de figura ao estabelecer-se uma relação 60,5% de casas com 2 pisos para, apenas 12,9% com 3, sendo 26% composto por casas térreas (ver gráfico nº8).

Em síntese, a relação entre o espaçamento médio dos alçados e o número de pisos, permite-nos estabelecer os princípios conducentes à percepção dos contornos morfovolumétricos da cidade.

Em termos abstractos, poderíamos definir o alçado tipo da cidade com dois pisos e 6,6 *varas* de espaçamento, sendo dentro de muros de 7,3 *varas* para 2,6 pisos e, fora portas, de 6,2 *varas* para 1,8 pisos.

8. Um olhar sobre a sociedade portuguesa de *setecentos*

Em contraste com as civilizações altamente industrializadas, não apenas os povos subdesenvolvidos mas ainda os povos com estruturas persistentes de Antigo Regime; alguns, em vias de desenvolvimento, outros, recusando a modernidade para cuja eclosão até tinham contribuído.

Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* - Lisboa, 2-ed, 1975, p. 72.

Ao contrário dos países do Norte da Europa, a tríade feudal, Clero, nobreza e povo, prorrogou o seu *status quo* na Península Ibérica até finais do Séc. XVIII. Como afirma Silbert para o princípio deste século, "*não há em Portugal uma crise social grave, pois o regime feudal era de um modo geral aceite*"¹⁴⁵.

A sociedade do *Antigo Regime*, perspectivada politicamente através da monarquia absoluta, encontrava-se estruturada sob uma hierarquia social rígida que gratificava a origem e o privilégio. Não sendo possível falar então de classes sociais, mas ainda e contudo em ordens sociais, a Europa do Norte assiste a uma progressiva demarcação interclassista, liderada pela proeminente burguesia.

Em Portugal, "*o burguês não possuía no Séc. XVIII a força nem o prestígio que adquirira na Europa contemporânea*"¹⁴⁶. A quebra da independência nacional e o esboroar do monopólio comercial ultramarino, em simultâneo com a concorrência interna desencadeada pelas classes privilegiadas, que passaram a intervir mais directamente nas actividades económicas e financeiras, produziu uma "aristocracia mercantilizada", votando a burguesia nacional, desde meados do Séc. XVIII, ao declínio. Para este

¹⁴⁵ Cit. por Bernardino, T. - *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)* - Lisboa. INCM, 1986, p40.

¹⁴⁶ Id., p72.

estado de coisas, contribuiu também a Inquisição que, através das suas actividades persecutórias, arredou os cristão-novos da potencial concorrência que representavam. A este respeito, Callahan¹⁴⁷, afirma que o principal objectivo da actividade inquisitorial espanhola entre 1720 e 1730 visava sobretudo os comerciantes portugueses aí estabelecidos.

Neste contexto, digamos que se instalou uma promiscuidade social tendente a esbater a relação entre a pertença social e a actividade exercida, permitindo a revisão e o aumento dos privilégios dos estratos senhoriais. Nesta linha, Bernardino acrescenta, «*o nobre quer ser mercador e este quer ser nobre, o lavrador quer ser fidalgo e o fidalgo quer ser proprietário da terra (...) as classes sociais (...) queriam exercer aquilo que parecia caber às outras*»¹⁴⁸.

Por seu turno, a burguesia mercantil, que se distinguia do povo em geral pela riqueza que vinha adquirindo, estava longe do arrojo próprio dos grandes investimentos. Mais do que produtiva, a sua ambição pouco ia além das pretensões nobiliárquicas e das aquisições ostentatórias.

Não existe pois, um antagonismo abertamente conflitual entre as diversas ordens sociais em Portugal. Estas não são estanques entre si, plasmando ao invés, em ciclos rítmicos de «*permanência e mudança (...) de flexibilidade e interacção*»¹⁴⁹.

Durante o *Antigo Regime* a promissora burguesia mercantil não chega por si só a romper as estruturas sociais vigentes, deambulando sem rumo determinado, até pelo menos, ao consulado de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782).

As tentativas precursoras de finais de *seiscentos*, protagonizadas pelo Marquês da Fronteira (1633-81) e o 3^o Conde de Ericeira (1632-1690), no esforço de aplicar em Portugal as teorias mercantilistas, especialmente no que concerne ao incremento das indústrias manufactureiras, saíram goradas, em parte, devido à reorientação da prosperidade gerada pelas consequências da descoberta das minas de ouro no Brasil (1693-95). Os contingentes de metal precioso enviado foram abundantes indo *muito além de todo o (quantitativo) que Portugal jamais recebera de África e da América espanhola no Séc. XV*¹⁵⁰. Os montantes obtidos ao longo de quase um século serviram para manter a balança comercial próspera. Contudo, o país foi incapaz de reter e aplicar o ouro em investimentos nacionais, tendo apenas servido de interposto à sua passagem, de tal modo, que este se esvaiu nas economias de Inglaterra, Holanda, Génova e outras regiões da Europa.

As incipientes tentativas de industrialização encetadas em finais do Séc. XVII não resistiram à feroz concorrência motivada pelo consumo preferencial das manufacturas estrangeiras e ao desleixo geral de todo o sistema

¹⁴⁷ Callahan, W. J. - *Iglesia. Poder v Sociedad en Espana-1750-1874*. Madrid, Nerea, 1989, p39.

¹⁴⁸ Bernardino, T. - *Sociedade e Atitudes*,.- p40.

¹⁴⁹ Id., p42.

¹⁵⁰ Marques, A. H. Oliveira - *História de Portugal- II Vol-Lisboa*. Agora, p530.

produtivo. Em consequência, revalorizaram-se algumas das tradicionais exportações agrícolas (vinho, azeite), e o comércio específico de determinados produtos coloniais (açúcar e tabaco). O estado geral da economia portuguesa, foi ainda acentuado pela celebração do tratado de Methween (1703), que privilegiou o monopólio das trocas comerciais com a Inglaterra.

Como afirma Oliveira Marques, *comércio e agricultura voltaram a dar as mãos*¹⁵¹, desta vez numa aliança funesta que condenaria definitivamente a débil indústria nacional ao ostracismo.

No decorrer da primeira metade do Séc. XVIII a estagnação económica e a semicolonização que caracterizaram Portugal encontravam-se camufladas pelo ouro brasileiro e pelo esplendor da corte de D. João V, o rei Sol português¹⁵². Surgiram sinais indicadores de uma vasta depressão económica, os investimentos começaram a diminuir, a circulação monetária tornou-se menor e o tráfego na maioria dos portos afrouxou¹⁵³. A sujeição bilateral com a Inglaterra, ou seja, a dependência do nosso comércio externo ao principal mercado financeiro da época -Londres-, constituía para Portugal o aspecto mais alarmante da crise económica. *Dois terços das necessidades (portuguesas) eram fornecidas pela Inglaterra*¹⁵⁴. Este panorama revestia-se de contornos alarmantes, a avaliar pela simultaneidade de diversos factores negativos que, em conjunto, contribuíram para agravar a situação: o alastramento monocultural vinícola, os sinais de esgotamento do filão brasileiro, a sucessão de maus anos agrícolas e, como se já não bastasse, o catastrófico terramoto de 1755.

O advento do *Pombalismo* a partir de meados de *setecentos* e a emergência do *despotismo iluminado*, iniciou o processo irreversível de pulverização das estruturas feudais em Portugal.

No ano em que é produzido o MRB - 1750 -, sobe ao trono o rei D. José I que ainda nesse mesmo período nomeia para o governo o futuro Marquês de Pombal.

A personalidade deste ministro e a sua política foram de tal forma marcantes que, com algum exagero, tem-lhe sido apodado demasiado protagonismo. De todo o modo é insofismável a influência da sua acção na sociedade portuguesa da segunda metade de *setecentos*, especialmente a partir do terramoto.

Entretanto a baixa do ouro brasileiro começara a fazer-se sentir por volta de 1742¹⁵⁵. A aristocracia fundiária tinha prosperado à sombra dos efeitos do *Tratado de Methween* e das exportações que este garantia. Por

¹⁵¹ HL, p521.

¹⁵²Sideri, Sandro-*Comércio e Poder - Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*- Lisboa, Cosmos, 1978,p95.

¹⁵³ Id.,p99.

¹⁵⁴Smith, J. A. -*Memoirs of Marquis of Pombal*-. London, 1843,1, 114, Cit. por Sideri, Sandro - *Comércio e...*- p144.

¹⁵⁵ Macedo, J. Borges - "Pombal" - in -*Diccionario de História de Portugal*-. Dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1973, Vol. V, p115.

outro lado, a rigidez da economia não acautelou as consequências nefastas dos maus anos agrícolas, atingindo profundamente os estratos de agricultores socialmente mais débeis.

Finalmente, o terramoto proporcionou as condições ideais para o Marquês fazer desabrochar as suas intenções, apercebendo-se desde logo que os maiores obstáculos à sua política seriam os estratos sociais privilegiados.

A grande nobreza, ligada à administração colonial e por isso incontornável nos seus arbítrios, a aristocracia e o Clero, possuidores de grandes domínios fundiários, auferindo de privilégios feudais, e a poderosa influência mental e política do Clero secular e das grandes ordens regulares, constituíram o objectivo prioritário dos ataques e das perseguições do Marquês. Estas "classes" sorviam os principais benefícios da situação económica altamente desfavorável para o país e, concomitantemente, obscureciam a centralização do poder real despótico. No dizer de Teresa Bernardino o «*aparelho de Estado dirigia o comércio ultramarino mas os seus proventos destinavam-se à nobreza dirigente*»¹⁵⁶.

A progressiva centralização do poder originou o crescimento e complexificação do governo. Necessidades diplomáticas, jurídicas e militares, solicitaram a substituição do tradicional valor da procedência no exercício de altos cargos, pelo valor da eficácia. Neste sentido e dada a conjuntura da época foi necessário proceder a novas nobilitações, recorrendo, para o efeito, à segunda nobreza, aos altos funcionários e aos comerciantes de relevo.

Dois novos grupos emergem - o magistrado e o militar. No primeiro caso devido às tarefas de administração e fiscalização do Estado exigidas pelas políticas de centralização e, nomeadamente, pelo incentivo e protecção dos monopólios entretanto criados, de que são exemplo as grandes companhias reais. No segundo, pela evolução das técnicas de combate então desenvolvidas, que impunham ao oficialato elevada preparação técnica, quer na defesa da integridade do nosso território metropolitano face às invectivas Hispano-Francesas por força do nosso alinhamento internacional com os Ingleses, quer pela necessidade de preservar a nossa soberania nos extensos territórios ultramarinos. A necessidade de premiar a competência em detrimento do nascimento - o próprio Sebastião José era procedente da baixa nobreza - justificou que, em 27 anos, fossem criados 23 novos títulos e extintos outros tantos, num total de 70 titulares existentes em 1750¹⁵⁷.

No respeitante ao comércio, o esforço do Marquês foi no sentido de diminuir a dependência portuguesa face ao estrangeiro, em particular à Inglaterra. Em 1770 o comércio é declarado oficialmente profissão nobre, necessária e lucrativa¹⁵⁸. Todavia, é apenas o ramo dos transportes com as colónias (especialmente com o Brasil) que consegue prosperar, pese a concorrência que sofre dos comerciantes estrangeiros. Mas são sobretudo, e

¹⁵⁶ Bernardino, T. - *Sociedade e Atitudes...* -, p42-43.

⁵ Marques, A. H. Oliveira - *História de Portugal- II Vol-Lisboa*. Agora, p540-541.

¹⁵⁸ Id. *ibid.*

mais uma vez, os grandes comerciantes que beneficiam destas circunstâncias. O pequeno comerciante inúmeras vezes é confundido e perseguido como traficante e contrabandista, não resistindo à concorrência das companhias monopolistas e dos grandes mercadores.

No domínio da agricultura reproduziu-se em parte o que se passava noutros sectores. Foi promovida a reconversão da vinha através de medidas impositivas e até violentas, nomeadamente através do arranque compulsivo em regiões pouco propensas à cultura ou que, de algum modo, opusessem qualquer tipo de concorrência à *Real Companhia dos Vinhos do Douro*.

Por outro lado, foi ainda neste consulado retomada a política de industrialização. Iniciada em 1770¹⁵⁹, pretendia ir além das medidas precursoras do Conde da Ericeira, baseadas sobretudo em incentivos fiscais. A perspectiva do Marquês foi a de «*augmentar largamente o papel do Estado no processo e controlo do desenvolvimento*»¹⁶⁰. A semelhança do que aconteceu anteriormente, o nosso atraso face ao exterior impediu que estas medidas fossem além das expectativas iniciais.

O esforço de modernização encetado neste período, não teve praticamente expressões de relevo no povo: a "arraia miúda", essa massa informe, pouco ou nada beneficiou destas transformações. Sobre ela - pequenos camponeses e artesãos, criados, assalariados e todo o *exército* de mendigos e dependentes da misericórdia pública e privada - assentava o âmago da exploração social. Sobrecarregados de numerosos impostos e serviços, eram ainda, estes que, suportavam a quota mais pesada dos serviços sociais - a guerra. Em inícios do Séc. XIX, constituíam ainda e segundo, Gomes Freire de Andrade¹⁶¹, 74% da população.

Com a morte de D. José I e a subida ao trono de sua filha D. Maria I, Pombal foi substituído, passando de perseguidor a perseguido, o que, doravante, não passou despercebido aos inúmeros apaniguados e detractores que deixou.

O espírito da sua política foi inicialmente contrariado, naquilo que viria a ser popularmente conhecido pela *reviradeira*. Os antigos estratos senhoriais *terratenentes* e a velha aristocracia, altamente cerceados nos seus anteriores privilégios feudais, reocuparam neste período algumas das posições chave na sociedade. No entanto, foi "sol de pouca dura", já que as novas franjas emergentes tinham obtido conquistas irreversíveis. Um conjunto vasto de direitos e garantias estavam já consignadas na vida social. Porém, só com a publicação da Lei de extinção das donatárias em 19 de Julho de 1790, no reinado de D. Maria I, e mais incisivamente com o desfecho resul-

¹⁵⁹ Sideri, Sandro-*Comércio e Poder* ..., p150.

¹⁶⁰ Id. *ibid*.

¹⁶¹ Andrade, Gomes Freire de - *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército relativo à população, agricultura e defesa do país* -. Lisboa, 1806, p16. Cit. por Bernardino, T. *-Sociedade e Atitudes* ..., p53.

tante das *lutas Liberais* já no Séc. XIX, a sociedade portuguesa foi erradicada dos estigmas medievais. A lei de 1790, de inspiração *Pombalina*, desferiu um importante revés nas últimas estruturas territoriais feudais - os Senhorios.

Ora, sendo Braga um senhorio eclesiástico que usufruía de condicionamentos ímpares, as consequências desta lei vieram afectar as estruturas sociais do Arcebispado, razão pela qual a Igreja e o Clero em geral merecem da nossa parte uma abordagem particular, na medida em que disfrutavam de uma inequívoca supremacia social. Lembremo-nos que nem o próprio Marquês de Pombal, durante o seu consulado, ousou interferir directamente no feudo do *Primaz das Hespanhas*.

- A Igreja e a Sociedade

Poucas nações da Europa viveram tão profundamente o movimento da *Contra-Reforma* como as da Península Ibérica.

Foram numerosas e diversificadas as implicações sociais, políticas e mentais que este contexto histórico matizou, conferindo especialmente à Igreja um papel e uma projecção tais que não é possível abordar consistentemente o desenrolar do Séc. XVIII em Portugal, sem tomar em consideração que, mais do que um agrupamento de instituições congéneres, mais do que uma ordem social, a Igreja representava uma das dimensões mais abrangentes e complexas da sociedade de *setecentos*. Como diria Callahan ao referir-se à Igreja espanhola, cujo paralelismo com a portuguesa só divergia na dimensão, a «*igreja do Séc. XVIII era omnipresente, nada escapava à sua influência*»¹⁶².

Desde as franjas mais ignorantes do campesinato na qual exercia uma *influência quase mágica*¹⁶³ até ao domínio exclusivo do ensino, como aconteceu em Portugal com os Jesuítas até à sua expulsão, a Igreja constituía a principal matriz modeladora das mentalidades das sociedades da Península Ibérica na época. No dizer de Magalhães Godinho, o Clero *constituía o primeiro braço do reino*¹⁶⁴, possuindo uma hierarquia interna cuja autoridade máxima se repartia entre o rei e o Papa, dependendo em última instância do segundo. Ao contrário das restantes ordens sociais, o conjunto de instituições e homens que constituíam o Clero regia-se segundo o Direito Canónico, estando, portanto, sujeitos a um foro próprio. Contudo, este "estado" conservava ainda e durante o *Antigo Regime* inúmeras prerrogativas originárias no «*modelo medieval de relações entre o poder temporal e espiritual*»¹⁶⁵. De acordo com A. M. Hespanha, os traços dominantes do estatuto político-institucional da Igreja e dos seus membros são três:

¹⁶² Callahan, W. J. - *Iglesia. Poder v Sociedad* ...-. p12.

¹⁶³ Id. *ibid*.

¹⁶⁴ Godinho, V. Magalhães - *Estrutura da Antiga* ...-» p85.

¹⁶⁵ Hespanha, A. M. - *As Vésperas do Leviathan - Instituições e Poder Político* - (Portugal - Séc. XVII), Polic., Tes. Dout., 1986, Vol. I, p105.

- «*Isenções da Igreja e dos seus membros em relação ao Direito comum do reino*»¹⁶⁶

O âmbito das isenções abarcava nomeadamente os domínios tributários, militar em geral, os do foro civil *"mesmo nas matérias temporais, nomeadamente das causas patrimoniais e penais"*¹⁶⁷. Relativamente aos impostos estavam totalmente isentos, excepto em situações extraordinárias para o qual foram solicitados, carecendo, todavia, de prévia autorização papal. Era-lhes ainda reconhecido o direito de asilo nos lugares eclesiásticos que estavam imunes às justiças seculares.

- «*autonomia jurisdicional no que respeita à sua disciplina interna*»¹⁶⁸

A igreja possuía uma autoridade exclusiva em matéria de fé, mesmo em questões referentes a outros credos. A importância disciplinar que auferia no seio dos crentes, advinha-lhe do poder normativo e valorativo que disfrutava para os assuntos respeitantes à formação da consciência social. Tratava-se de uma esfera de influência que *«abarcava tanto a moral individual como a moral social, integrando os comportamentos sexuais, as crenças e as atitudes culturais, as práticas políticas e a deontologia comercial»*¹⁶⁹, em suma o quotidiano, desde o mais prosaico da vida até ao mais simbólico e ao mais complexo.

As medidas penalizadoras que dispunha, como a excomunhão e outras penas espirituais, eram dissuasoras para os homens do *Antigo Regime*, sendo *«muitas vezes mais temidas do que as penas físicas do poder temporal»*¹⁷⁰.

- «*prerrogativas jurisdicionais em matérias não espirituais ou disciplinas*»¹⁷¹

Não fossem já bastantes, à Igreja eram-lhe reconhecidas *prerrogativas jurisdicionais exigidas pelo seu múnus sobrenatural*¹⁷². A Igreja tinha poderes de regulamentação em questões que importavam simultaneamente ao foro temporal e espiritual (ex.blasfémia, sacrilégios, usura, comportamentos sexuais marginais, jogo, etc.)

O domínio testamentário pertencia ao foro misto, consignando à Igreja um importante poder no âmbito privado.

No plano financeiro, a natureza e proveniência dos rendimentos do Clero é muito diversa. De todos estes, o mais importante, e que subsistia já desde o Séc. XII, era a *Dízima a Deus*, ou seja, uma décima parte dos rendimentos régios revertia para a Igreja. Por esta razão, já de si importante, os *dízimos podiam "enfeudar-se" em comendas, unir-se a catedrais,*

¹⁶⁶ Id., p436.

¹⁶⁷ Id., p441.

¹⁶⁸ Id., p436.

¹⁶⁹ Id., p448.

¹⁷⁰ Id., ibid.

¹⁷¹ Id., p436.

¹⁷² Id., p452.

mosteiros (.. J¹⁷³ tornando estes proventos gratificantes e garantidos.

No dizer de historiadores contemporâneos, a Igreja e o Clero em geral, eram como que um estado dentro de outro estado, assente no privilégio e na hierarquia. Pese algumas exceções, o Clero reproduzia no seu seio o peso dos restantes estados sociais.

O alto Clero, ligado à corte, às grandes estruturas fundiárias e aos grandes privilégios era recrutado nos filhos segundos da alta Nobreza que, em consequência dos processos de sucessão, não possuíam bens próprios. Como Oliveira Marques refere, «*Cardeais, bispos, cónegos, Deões, Etc, formavam uma numerosa aristocracia eclesiástica, pouco diferente da alta Nobreza. As mais elevadas dignidades da Igreja reservavam-se para os nobres, como dantes*»¹⁷⁴.

O baixo Clero ao invés, disperso em grande parte pelas áreas rurais de parcos recursos financeiros, engrossava os vastos contingentes que compunham a Igreja do *Antigo Regime*.

No primeiro terço do Séc. XVIII existiam 477 conventos com cerca de 100.000 monges¹⁷⁵, vindo sempre a aumentar até aos finais do mesmo. Estes valores, porém, adquirem maior significado se considerarmos que, ao aumento da opulência monacal, correspondia um aumento dos dependentes não religiosos que gravitavam em torno dos mosteiros. Já em meados do Séc. XVII há uma média de 1 religioso, ou pouco menos, para cada 36 habitantes¹⁷⁶.

São inúmeros os relatos de viajantes estrangeiros que, nas suas crónicas coevas, atestam estas impressões. Contudo, caem muitas vezes no exagero, já que raramente conhecem pouco mais do que algumas cidades, em especial Lisboa e Porto, inferindo daí generalizações precipitadas e distorcidas.

Na verdade, a poderosa Igreja *terratenente* de *setecentos*, vivendo sobretudo dos proventos originários dos seus vastos domínios rurais, residia, na sua grande maioria, nas cidades e seus arredores. São frequentes, neste período, as petições de paroquianos rurais queixando-se aos bispos das respectivas dioceses não usufruírem de serviços religiosos por consequência do absentismo ou inexistência do Pároco.

Apesar de não ser globalmente produtiva, a sua função tinha uma ampla aceitação popular, «*desde o mais modesto camponês ao mais orgulhoso fidalgo, todos queriam que os seus filhos envergassem uma dignidade eclesiástica regular ou secular*»¹⁷⁷.

Se é compreensível admitirmos que muitos dos clérigos professavam vocacionadamente as funções, a dimensão atingida pela instituição, alberga-

¹⁷³ Godinho, V. Magalhães -*Estrutura da Antiga* ...-. p87.

Marques, A. H. Oliveira -*História de Portugal- II Vol*-Lisboa. Agora, p544.

¹⁷⁵ **Id.,p542.**

¹⁷⁶ Godinho, V. Magalhães -*Estrutura da Antiga*...-. p86.

¹⁷⁷ Bernardino, T. -*Sociedade e Atitudes*...-. p47.

va tantos outros que por "*preguiça ou interesse*" apenas pretendiam "*assegurar um cargo, rendas, uma carreira. Por vezes era a única maneira de ter alguma instrução ou escapar à rude vida da terra, ou de não morrer à fome*"¹⁷⁸.

Falámos já na *Dízima*, mas torna-se necessário considerar as inúmeras variedades e procedências dos rendimentos eclesiásticos, para melhor compreendermos o poder temporal da Igreja. Os proventos consubstanciavam-se em diferentes modalidades podendo ser em dinheiro, géneros, bens e até serviços.

Desde as contribuições necessárias à manutenção do culto público, através de legados, doações, dispêndios gerais que incluíam as diversas celebrações do culto (baptizados, casamentos, funerais), passando pelas inúmeras missas de sufrágio pelas almas, oblações pias, ofertas graciosas pela administração dos sacramentos, até aos *votos, virtualhas*¹⁷⁹ *primícias*¹⁸⁰, emolumentos vários, etc, etc

Por outro lado os *aforamentos*, as *prebendas*, os *laudémios*, etc. contribuíam no seu todo para que a Igreja fosse considerada um verdadeiro potentado económico, justificando até que, na vizinha Espanha não fizesse sentido falar em Igreja, mas sim nas "Igrejas espanholas"¹⁸¹. Como resultado de toda esta tentacular e complexa multividência, a Igreja acumulou bens e recursos numa prática económica que lhe conferia o atributo de "estado" mais rico. Pensava-se durante o *Antigo Regime* que, na Península Ibérica, só o Clero auferia cerca de um terço da "renda" total global¹⁸², repartindo em proporções iguais com a nobreza e a Coroa. Em Espanha, só uma minoria do Clero secular, aproximadamente 22.000 num total de 60.000 sacerdotes ordenados, se dedicava a trabalhos pastorais. A maioria sobrevivia graças aos benefícios¹⁸³.

Todavia, é importante registar que, no campo da misericórdia e da assistência, a Igreja constituía um importante factor social compensatório. Inúmeras dignidades eclesiásticas distribuía, em alguns casos, abundantes esmolas, arregimentando multidões de mendigos que acorriam com regularidade aos frequentes e generosos actos caritativos.

Nestas circunstâncias a Igreja Ibérica dos finais do *Antigo Regime* tornava-se demasiado poderosa face aos ventos de mudança que sopravam do Norte da Europa.

As *luzes* e o *racionalismo* atingiam as camadas mais esclarecidas, contribuindo assim para a difusão de uma nova mentalidade nas esferas que gravitavam o poder e as escolas. O *espírito do Séc. XVIII era de dúvida, de*

¹⁷⁸ Chantal, Suzanne -*A Vida Quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*-Lisboa.Liv. do Brasil,p150.

¹⁷⁹ oferta de um jantar.

¹⁸⁰ p,jeiros géneros recolhidos.

¹⁸¹ Callahan,W. J.-*Iglesia. Poder v Sociedad*...- p17.

¹⁸² Godinho, V. Magalhães -*Estrutura da Antiga Sociedade*...- p89.

¹⁸³ Callahan,W. J.-*Iglesia. Poder v Sociedad*...- p18.

*impiedade de ateísmo*¹⁸⁴. Longe iam os tempos heróicos e místicos¹⁸⁵ dos espiritualistas dos finais do Séc. XV e XVI que produziram uma Santa Teresa de Ávila, um S. João da Cruz e um Santo Inácio de Loyola. A riqueza e acumulação de privilégios afrouxou a disciplina e a espiritualidade. Os clérigos competiam em ostentação, exibindo ricos trajes com sedas e outros adornos, diluindo-se num "*mundanismo crescente*"¹⁸⁶. Também "*a prosperidade dos regulares ocultava a sua inércia, rotina estéril e falta de vitalidade intelectual e espiritual*"¹⁸⁷.

A partir de meados do Séc. XVIII os estratos mais elevados do Clero e sobretudo as poderosas ordens religiosas representam uma ameaça ao poder absoluto do rei. A influência, os rendimentos e as isenções de que disfrutavam afiguram-se como entraves aos projectos de modernização. O Clero de benefícios feudais incompatibiliza-se com os ideais dos reformistas, representados por Pombal no caso português. Este, sem pretender aplicar o anticlericalismo que soprava do estrangeiro, promoveu a ideia de que a Igreja deveria contudo subordinar-se ao superior interesse do Estado.

Os desenvolvimentos históricos subsequentes externos e internos vieram contribuir para o acentuar de um declínio que já então se vinha perfigurando.

9. O Senhorio de Braga ou a República Bracarense

O Senhorio de Braga é uma entidade territorial cuja história se confunde com origem de Portugal. A sua criação faz parte do processo de independência encetado pela Igreja Bracarense fundamentado nos seus direitos ancestrais de *primazia das Hespanhas* e que remontam ao longínquo período de cristianização da Península romana. É um território que tem mantido ao longo dos tempos uma admirável identidade histórica e cultural. Desde então até 1790, ano em que foi extinto, o Senhorio de Braga variou nos seus limites tendo, porém, mantido as amplos privilégios e prerrogativas, neste caso ainda mais aprofundadas por se tratar de um senhorio eclesiástico. O particularismo conferiu-lhe o merecimento de ter sido designado por um autor anónimo do Séc. XVIII como o "*Paiz Bracarense*"¹⁸⁸.

Braga era a sede de uma vasta arquidiocese cujas delimitações sofreram frequentes flutuações. Desde a restauração em 1070 sob a égide do Bispo D. Pedro, o seu território de influência veio diminuindo até aos nossos dias.

Primeiramente e no plano externo, em consequência directa dos processos de consolidação do reino de Portugal, vários diferendos opuseram a arquidiocese de Braga aos bispados de Orense e Astorga, tendo sido sanados pelo tratado de Alcanices (1297- no reinado de D. Dinis). A partir daí, a

¹⁸⁴ Marques, A. H. Oliveira -*História de Portugal- II Vol*-Lisboa. Agora, p541.

¹⁸⁵ Callahan, W. J.-*Iglesia. Poder v Sociedad...*- p11.

¹⁸⁶ Marques, A. H. Oliveira -*História de Portugal- II Vol*-Lisboa. Agora, p542.

¹⁸⁷ Callahan, W. J.-*Iglesia. Poder v Sociedad...*- p30.

¹⁸⁸ BNL, Códice n°682, "História Ecclesiástica ...".

Norte e a Nascente, os seus limites coincidiriam com a fronteira do reino¹⁸⁹.

Seguidamente, no plano interno, após a restauração da diocese do Porto, (1113 ou 1114)¹⁹⁰ desencadeavam-se a Sul, *intensos e morosos litígios*¹⁹¹ nas demarcações, em particular, quanto ao traçado interior entre a foz do rio Corgo e o rio Ave. Esta questão só ficou *definitivamente encerrada pela Bula Gravissimum Christi Ecclesiam de 30 de Setembro de 1881*¹⁹², passando para o Porto os *"tão disputados territórios entre Tâmega e Ave"*¹⁹³.

Em meados do Séc. XVI, Paulo III, ao criar a Diocese de Miranda do Douro, amputou a maior parte do vasto território transmontano pertencente à Mitra Primacial, passando a arquidiocese a estar confinada, a partir daí, aos territórios de entre Ave e Lima e estendendo-se a leste até aos domínios daquela que viria a ser a diocese de Vila Real, já no Séc. XX¹⁹⁴.

O Senhorio de Braga, segundo A. M. Hespanha¹⁹⁵, pertence à categoria dos senhorios eclesiásticos que se distinguem dos laicos pela natureza jurídica da sua confirmação.

Os senhorios eclesiásticos, no Portugal do *Antigo Regime*, podiam estar ou não sujeitos à correição régia¹⁹⁶. O de Braga encontrava-se no segundo caso, distinguindo-se ainda dos demais senhorios eclesiásticos, por constituir *"um caso impar quanto ao âmbito dos poderes senhoriais, pois os bispos tinham aí todos os direitos reais de jurisdição, incluindo a correição, o conhecimento definitivo (salva a revista) das apelações e agravos, o julgamento por acórdão em relação"*¹⁹⁷. Sendo senhor de um vasto domínio espiritual, o Arcebispo também exercia o senhorio temporal de um dos maiores territórios nesta situação, integrando um conjunto mais vasto de territórios que ocupavam 8% das terras do reino¹⁹⁸.

Compreendia o senhorio temporal de Braga:

*"15 coutos, catorze - distribuídos pelo Minho e Trás-os-Montes - da ouvidoria da Mitra e um (Cervães) encravado na ouvidoria de Barcelos. Quase todos tinham uma extensão diminuta, salvo o couto de Braga, o de Dornelas, ao Sul do Barroso e S. Mamede de Riba Tua, no Douro"*¹⁹⁹. Em meados do Séc. XVII, a ouvidoria de Braga incluía 14 terras no Minho e Trás-os-Montes,

¹⁸⁹ Marques, José - *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV* - Lisboa, INCM, 1988, p240.

¹⁹⁰ Santos, C. A. 1973, Cit. por Marques, J. (ver nota anterior), p242.

¹⁹¹ Id., p242.

¹⁹² Id., p243.

¹⁹³ Id., p247.

¹⁹⁴ Sobre sete assunto ver as seguintes obras: Ferreira, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja primacial de Braga. Séculos IH-XX*. 4 vols., Braga, 1928-31-32-35 / Costa, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 vols., Coimbra 1959 / Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, 1988.

¹⁹⁵ Hespanha, A. M. - *As Vésperas do Leviathan...* - Vol. I, p570.

"A comarca ou correição, corresponde ao distrito de jurisdição de um corregedor. As terras isentas de correição régia integravam-se em ouvidorias, distritos correspondentes à jurisdição do ouvidor senhorial a que estivessem sujeitas", ver Hespanha, A. M. (ver nota anterior), p137.

¹⁹⁷ Id., p571.

¹⁹⁸ Id. ibid.

¹⁹⁹ Id. ibid.

*perfazendo um total de 269 Km²*²⁰⁰ⁿ.

Por estes motivos foram múltiplas e variadas as tentativas de intromissão da coroa nos domínios da Mitra, tendo o rei na maior parte dos casos, perdido as contendias. Houve mesmo um interregno de 70 anos (1402-1473) em que a Coroa se assenhoreou do Arcebispado, sendo a ordem tradicional reposta depois por mútuo acordo.

Excluindo o Couto de Cervães, originariamente pertencente a um Convento Beneditino, os restantes tinham origem em doações de D. Afonso Henriques²⁰¹.

Estas razões, no seu conjunto, contribuíam para que Braga e o território sob sua tutela, adquirissem um peso e uma projecção inequívoca no panorama português de *setecentos*. Em suma, não se poderá dizer que o Senhorio de Braga auferisse da independência política que outros pequenos Estados usufruíam na época. Contudo, a consignação de diversos poderes políticos e administrativos conferiam-lhe a justeza de poder ser considerado um estado dentro de outro estado. A sua estrutura dirigente estava assente numa hierarquia rígida, composta por numerosos corpos e instituições com elevado sentido corporativo.

9.1. O Cabido da Sé de Braga

- Origem e Natureza

O Cabido é a instituição arquiocesana que, pela sua natureza e continuidade, maior relevo assumiu na história do Senhorio de Braga. Tão antigo como a Sé de Braga, antes mesmo que houvesse reis de Portugal, a origem deste corpo eclesiástico está associada à restauração da diocese pelo bispo D. Pedro nos *últimos anos do terceiro quartel do Séc. XI*²⁰². Quando a instituiu, este Prelado aplicou as principais resoluções dos Concílios de Coiança (1050) e de Compostela (1060-63) *que prescreviam aos bispos a obrigação de viverem em comum com os seus clérigos da catedral*²⁰³. Os cônegos, não sendo desde início exclusivamente regulares, distinguiam-se dos monjes por não estarem vinculados por votos, dispondo por isso da possibilidade de disfrutar de bens patrimoniais, podendo inclusivamente negociá-los e legá-los a quem bem entendessem.

Este tipo particular de *irmandade* que adoptou inicialmente em Braga a *Regula Sancti Gregorii* ou *Regula Canónica*²⁰⁴, foi evoluindo no sentido de uma progressiva secularização.

O Cabido representava para o Arcebispo um verdadeiro *senado*, cujas fi-

²⁰⁰ Id., p138.

²⁰¹ Id., p571.

²⁰² Marques, José - *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*- Lisboa, INCM, 1988, p321.

Costa, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 vols., Coimbra 1959, VI, p40-41. ²⁰⁴ Marques, José - *A Arquidiocese ...*- p322.

nalidades principais se repartiam pela intervenção nos serviços litúrgicos da catedral de forma a acentuar o esplendor do culto, e pelo auxílio ao Prelado nos assuntos respeitantes à administração espiritual e temporal, que uma vasta arquidiocese como a de Braga impunha. De igual modo, o *capitulum*, como também era inicialmente conhecido, substituiu o arcebispo nos períodos de *Sé vacante*, sendo por isso uma reserva potencial da mais alta autoridade do senhorio.

Desde os momentos de afirmação inicial, passando pelo comprometimento com a fundação da nacionalidade, a Sé de Braga auferiu de amplos benefícios e doações que a tornaram *senhora* de uma extensa área de influência e depositária de avultados bens. O seu crescimento implicou uma progressiva diversidade de funções e tarefas para quais foi necessário distribuir pelos seus membros.

Por determinação do II Concílio de Latrão (1139) ficou estabelecida a divisão das rendas da Sé pelas mesas capitular e da Mitra, *na proporção de dois terços para o Prelado e um terço para o Cabido*²⁰⁵. Em 1145, Braga procedeu a esta divisão por iniciativa de D. João Peculiar (1138-1175), tendo servido de modelo às demais dioceses do País.

A Instituição que nasceu sob o espírito comunitário foi afectada pela crescente complexidade da vida urbana, tendendo, à medida que se ia expandindo, a acentuar uma maior individualização da vida privada. Os cônegos passaram a viver em casas individuais, acompanhados dos seus familiares, reunindo-se somente para os ofícios litúrgicos do coro e quando convocados para decidirem assuntos de seu interesse. Nestas circunstâncias, a vida comunitária consumou-se, tendo sido extinta em 1173²⁰⁶.

A privatização da vida dos cônegos evoluiu ao ponto dos bens da mesa capitular serem distribuídos individualmente, sob a forma de *prebendas* ou *benefícios*, que garantissem a sustentação dos seus membros. Por outro lado, a composição interna do Cabido diversificou-se e hierarquizou-se numa multiplicidade de dignidades, cujas funções por um lado acompanharam o alargamento do leque de rendas e benefícios e, por outro, atendeu às solicitações cada vez mais complexas que exigiam dos cônegos maior erudição e especialidade. Surgiram entretanto outras funções subsidiárias e secundárias que originaram novos postos, associados por seu turno a outros atributos e rendimentos, como por exemplo os *Porcionários* ou *Tercenários*.

O poder do Cabido e o seu património aumentaram constantemente, atingindo níveis que faziam passar despercebidos os períodos críticos e os anos agrícolas mais ingratos.

Integrar o Cabido era uma honra e um privilégio só acessível a alguns. Lembremo-nos que o acesso ao canonicato resultava de um processo altamente selectivo, ao qual só praticamente as individualidades de elevada procedência e ilustração podiam aspirar. Era avaliada a "pureza do

²⁰⁵ Id., 324.

²⁰⁶ Ferreira José Augusto, *-Fastos Episcopais...-*. Tomo I, p299.

sangue" em *inquirições de genere* que rebuscavam na profundidade das gerações alguma "mácula" que fosse indigna de tal serviço. Por outro lado, eram analisados os antecedentes e a conduta moral dos candidatos, bem como os seus conhecimentos e capacidades. Assim, eram

"recrutados os capitulares entre as melhores famílias do reino, cérebro, olhos, braços e pernas da Igreja de Braga, como auxiliares imediatos e directos que eram dos Prelados, o canonicato era o caminho normal para os lugares cimeiros, assim eclesiásticos como civis"^{207*l*}.

Conscientes do seu poder e cientes da eficácia da sua coesão, a prática do Cabido, com raras excepções, foi pautada por um elevado espírito de corpo, sustentado na efemeridade dos arcebispos e monarcas face à confiança perene da sua corporação. A este propósito é bem sintomático o pacto interno celebrado em 1334, onde os cónegos se comprometem a dotar na íntegra os rendimentos de qualquer dos seus membros que incorresse na ira régia ou arcebispal desde que, para tal, recorresse da pena junto do cabido ou de alguns dos seus membros²⁰⁸.

A semelhança do que se passava nas diversas dioceses, o fio condutor da História eclesiástica de Braga, foi sobressaltado por frequentes demandas entre o Arcebispo e o corpo capitular, disputando entre si, as fronteiras da autoridade do Prelado e dos privilégios dos cónegos, degladiando os limites da inovação e da tradição. Raros foram os Arcebispos mais proeminentes que não andaram em litígios com o Cabido.

- O Poder Temporal do Cabido

O Cabido era já de si uma instituição poderosa à nascença. Desde a sua origem comunitária em que privou com o Prelado, passando pela importante "fatia" que repartiu com a Mitra, até à individualização dos benefícios, a corporação acumulou *Legados, Doações, bens e privilégios*, que fizeram desta instituição a mais temporal das instituições eclesiásticas do senhorio.

O Cabido contava nos seus cadeirais os membros das famílias mais ilustres e poderosas da cidade. Para estas, e para todas em geral, tratava-se de uma verdadeira aspiração que, obtida, significava *um ascendente de peso na vida social e cívica*²⁰⁹. Os capitulares representavam as mais altas instâncias da sociedade *"nobiliárquico-eclesiástica"*²¹⁰, constituindo uma antecâmara onde eram recolhidos os mais proeminentes dignatários da Igreja.

Como *Senado* do Arcebispo, constituíam a reserva de poder instituído, governando nos períodos de *vacatura* e nas ausências temporárias do Prelado. Com frequência, ocupavam os mais elevados cargos da hierarquia, nas diversas instituições religiosas (confrarias, misericórdias, etc), nos tri-

²⁰⁷ Vaz, A. Luís -*O Cabido da Sé de Braga-1071 a 1971-* Braga, Ed. JDC, 1971,p23.

²⁰⁸ Marques, José -*A Arquidiocese...*- p326.

²⁰⁹ Araújo A. Sousa -"O Cabido"- in "Braga e a sua Catedral-Caderno Informativo",Braga, Ed. CSC e outro, p,118.

²¹⁰ Godinho, V. Magalhães -*Estrutura da Antiga Sociedade...*- p110.

bunais, na administração e na política. Os cabidos das dioceses e arquidioceses ibéricas da primeira metade de *setecentos*, reflectiam e acentuavam ao mais alto nível, as características da Igreja da época, fortemente imbrincada nos ideais da *Contra-Reforma* e exteriorizada sob os princípios estéticos do Barroco.

O seu ascendente social assentava em bases consistentes de poder económico. Disfrutando de rendas próprias que lhes deram grande autonomia, conservavam por seu turno, *um exagerado sentido de dignidade corporativa*²¹¹ que, associada à longa acumulação de privilégios procedentes da coroa e do Papa ao longo dos séculos, os tornava praticamente autónomos em relação aos seus prelados.

À medida que os Cabidos iam crescendo a sua organização e administração tornavam-se mais complexas. Muitas das dádivas e legados, a princípio voluntárias, converteram-se em prestações obrigatórias e permanentes.

O esplendor empregue na concepção dos serviços litúrgicos excedia as preocupações da fé e da estética, *"Nisso consistia essencialmente a razão de ser da sua existência e da existência de rendas destinadas à sua manutenção"*²¹². São então abundantes os legados por sufrágio, as dádivas, a celebração de uma multiplicidade de ofícios religiosos encomendados pelos crentes que contribuem para o seu maior perfeccionismo, exuberância e frequência na actividade do culto nas catedrais. Esta importância está bem patente na numerosa documentação existente no arquivo capitular da Sé de Braga, ilustrativa da fiscalização da assiduidade ao coro. Dir-se-ia que as potenciais benesses dos crentes, no futuro, dependeriam do rigor e empenho dos oficiantes nos serviços do presente.

Em meados do Séc. XVIII, o Cabido da Sé de Braga disfrutava do sucesso e da exuberância próprios do lugar que lhe cabia no contexto da Igreja na Península Ibérica. A diocese de Braga contava no final desse século com as mais elevadas taxas de concentração eclesiástica (1794, Braga-0,6% da População e Viana 1,4%)²¹³ em Portugal, mas o clero concentrava-se nos principais aglomerados populacionais. De todas as instituições e corpos religiosos, os Cabidos são os mais urbanos *inter pares*. Os capitulares diocesanos raramente abandonavam as suas sedes catedralícias.

A Igreja da Península Ibérica do Séc. XVIII é fundamentalmente urbana, embora o seu poder e sustento assente no mundo rural. O sector eclesiástico proporcionava transferências contínuas de rendimentos e bens do campo para a cidade. O Cabido e as mais altas dignidades em geral, eram

²¹¹ Callahan, W. J. - *Iglesia. Poder v Sociedad...* - p.23.

²¹² Araújo, A. Sousa - "O Cabido" - in "Braga e a sua Catedral...", p.117.

²¹³ Capela, J. Viriato - "Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos. Dízimos e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo regime", Braga, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (actas), VolIII/2, 1990, p.423, based. dados colig. in - *Geografia e Economia do Minho em finais do SécXVIII* publ. por António Cruz, Porto, CEH da FLUP, 1970.

RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BRAGA

1750

RENDIMENTOS ENFITÉUTICOS POTENCIAIS POR FOGO

W- l*

LEGENDA MODELO

MODELO PARA OCAIAMENTO DA MAPA 1750
BASE DE CARTOGRAFIA DO PAVILÃO DA CIDADE DE BRAGA - 1888 ATUAL
LIMITE DO EST.
ARREBITADA DE 1848 (VER ANEXO)
ESTRUTURA URBANA
RECADOS VERIFICADOS DA MAPA
LIMITE DE ANA
Acesso individual para instalação de comércio
LIMITE DO ZONAMENTO CONTIGUO
ALCANTARAS SEM POSIÇÃO, DATA
ALCANTARAS COM POSIÇÃO DE COLEÇÃO SEM DATA REPRESENTADA
INDICAÇÃO DE ALCANTARAS DE TANCADO SÉCULO (M 1848)
PARO DE SANTA LUZ
INDICAÇÃO DE ALCANTARAS
DE
1848 LP
ESTRUTURA
INDICAÇÃO
INDICAÇÃO DE ALCANTARAS DE TANCADO SÉCULO (M 1848)

LEGENDA TEMÁTICA Folha 1

Requerimentos enfitéuticos potenciais por fogo

Requerimento

0 - 200	200 - 500
500 - 1000	1000 - 2000
2000 - 3000	3000 - 4000

Óscaros

□	1ª ordem
□	2ª ordem
□	3ª ordem
□	4ª ordem

Substituição (anexo)

em relação ao de 1750, na primeira metade do século XVIII

os principais usufruidores dos benefícios provenientes das áreas rurais. Em contrapartida as regiões deprimidas, além de carentes em sacerdotes, estavam genericamente reservadas ao clero mais baixo que, "*para sobreviver [tinha] de cultivar também os seus bens e os da igreja, regatear ofícios, [sem que] o seu modo de vida se afast [asse] do do camponês*"²¹⁴. O Cabido, entre outros, contribuía para delapidar os poucos recursos do clero mais baixo das zonas rurais. As urbes tornavam-se assim em verdadeiros sorvedouros que deixavam à míngua as vastas áreas rurais deprimidas. Daí que os senhores eclesiásticos, nomeadamente o clero residente nas suas sedes, fossem tanto ou mais poderosos conforme a extensão e a riqueza das suas possessões. Quanto a este aspecto, Callahan²¹⁵ refere que a igreja espanhola de *setecentos* domina vastos territórios, os quais estão todavia fragmentados e dispersos, impedindo deste modo o aproveitamento pleno da riqueza fundiária e a criação de economias de escala. Relativamente a Braga não podemos seguramente, por agora, estender tal generalização. No entanto o estudo que até ao momento dispomos do Professor José Marques²¹⁶ permite já observar a dispersão do património capitular em finais do Séc. XV.

Como é natural, este património regista maior concentração na cidade e couto de Braga, distribuindo-se o restante pelos concelhos confinantes com o actual concelho da cidade (excepto Barcelos), incluindo ainda Vieira do Minho, Fafe e Póvoa do Varzim (este no Distrito do Porto), bem como outros pontualmente dispersos em outras áreas do País.

Relativamente aos *Dízimos das Searas e Votos*, para o mesmo período, é interessante verificar a sua concentração espacial, em contraste com a procedência das restantes rendas²¹⁷. As freguesias "*dizimeiras e voteiras*" estão agrupadas ao longo do Vale do Cávado, a montante de Braga, naquilo que hoje designaremos por *Médio-Alto cavado*. Registe-se ainda um núcleo no concelho de Barcelos.

Resumindo diríamos que os proventos de natureza espiritual eram mais cercanos e concentrados que os bens de natureza temporal mais longanos e dispersos.

Segundo Capela, "*em termos económicos*", nos finais do Antigo Regime, o Cabido era, no seu conjunto, o corpo indiscutivelmente mais poderoso do arcebispado e o seu poder económico não deixou de crescer pelo menos até 1820²¹⁸. Os seus rendimentos ultrapassaram mesmo os da Mitra. Pese as diversas e múltiplas modalidades donde procediam os seus rendimentos - dádivas, rendas dos casais, Dízimas, votos, géneros, foros, serviços litúrgicos, etc. - o maior volume provinha dos *Dízimos*. Só em 1750, constituíam 90% do total

²¹⁴ Id., p423.

²¹⁵ Callahan, W. J. - *Iglesia. Poder y Sociedad*... - p45-53.

²¹⁶ Marques, José - *A Arquidiocese*... - p404.

²¹⁷ Id., p418.

²¹⁸ Capela, J. Viriato - "Igreja, Sociedade e Estado ...", p434-435.

dos réditos globais²¹⁹, não parando de aumentar até cerca do primeiro quartel do Séc. XIX, em que praticamente atingiram 96% do cômputo geral. Os dados da décima atribuem-lhe uma participação no conjunto dos rendimentos gerais à volta dos 10%²²⁰.

Quadro IV — Receitas do Cabido da Sé de Braga em 1750²²¹

Ano	Dizimo	Votos	Ofertas	Juros	Quintas e Casais	Casas da Cidade	Colheits, Coutos e Assentos	TOTAL (em Reis)
1750	90,05%	1,8%	0,1%	5,6%	1,09%	0,6%	0,5%	17 713 170

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Livros de contas gerais da mesa capitular.

A comparação do valor total das receitas a partir dos registos exarados nos livros de contas, que não incluem na íntegra todos os ingressos, elucidados todavia, do potencial económico do Cabido da Sé face aos rendimentos das demais instituições e comarcas da região. Em 1749, o Cabido da Sé de Braga era constituído por 13 dignidades, 29 cônegos e 12 tercenários²²² o que, só por si, reflecte o poder económico em que se sustentava. A distribuição dos rendimentos variava consoante as dotações estipuladas e de acordo com a hierarquia, sempre cabendo, independentemente desta, uma boa colecta²²³.

10. Os prazos das casas - referencial dinâmico da organização do espaço urbano

O *Prazo* ou *foro*, é um dos mais antigos e perenes *Institutos* jurídicos que se manifestaram ao longo da nossa história. Só há bem poucos anos a esta parte foi definitivamente irradicado da terminologia e prática do direito português contemporâneo. Designado também por *emprazamento*, *aforamento* ou *enfiteuse*²²⁴, as suas origens imbricam no direito romano, tendo a partir daí, evoluído no âmbito da "*doutrina romano-canónica e [sidol] enquadrada num certo substracto tradicional (...) manten[do-se] na, seqüência das nossas leis, durante mais de três séculos, sem alterações de fundo*²²⁵".

²¹⁹Id.,p440.

²²⁰ Id.,p434.

²²¹ Id.,p440.

²²² Vaz, A. Luís -O Cabido da Sé ...- p21.

²²³"o rendimento global - mínimo e máximo entre 1750 e 1820 - de cerca de 13 e 33 contos às dignidades e 10,5 e 27 aos cônegos (...) só desta origem " ver Capela, J. Viriato -"Igreja, Sociedade e Estado..." , p436.

"A sinonímia não obsta, tradicionalmente, ao emprego de cada um dos termos com significado especial: por emprazamento, aforamento ou enfiteuse designa-se sobretudo o contrato, enquanto que prazo é o imóvel sobre que ele se constitui e foro representa o cãnon a satisfazer ao senhorio ", ver Costa, Mário Júlio Brito de Almeida -Origem da Enfiteuse no Direito Português- Coimbra, Coimbra Editora, 1957, pi.

-*"Do ponto de vista etimológico, não surge qualquer dúvida quanto à origem das palavras emprazamento e aforamento (...). A dificuldade que se levanta é antes a de averiguar se estas designações correspondem, de início, a duas categorias de contratos, depois fundidas numa única".* Ver Costa, Mário Júlio Brito de Almeida, "*Enfiteuse*" in Dic. Hist. Portugal, Coord. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol.II, p381. ²²⁵ Costa, Mário Júlio Brito de Almeida -Origem da Enfiteuse no Direito Português- Coimbra,

Em Portugal, as concessões de carácter enfitêutico, iniciam-se a partir dos princípios do Séc. XII como prática jurídica²²⁶, conforme se pode constatar através de referências em documentos coevos. Só com as "*Ordenações Afonsinas*, em meados do Séc. XV, a *enfiteuse* surge, como figura perfeitamente autónoma e com regulamentação própria²²⁷", tendo posteriormente sido sujeita a ligeiras alterações com as ordenações *Manuelinas* e *Filipinas*.

De acordo com o Código Civil de 1867, no seu artigo n.º 1653:

*Dá-se o contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada, a que se chama foro ou cânon*²²⁸.

Trata-se de um compromisso estabelecido entre um senhorio e um *enfiteuta* regulamentado por um sistema de obrigações e direitos dificilmente compreensíveis à luz dos parâmetros actuais. Este instituto jurídico estava eivado de "*elementos feudais*"²²⁹ resultantes de práticas consuetudinárias que se foram desenvolvendo lentamente em consonância com a evolução das prerrogativas e privilégios senhoriais, sobretudo de origem nobliarquico-ecclesiástica.

Os grandes proprietários *terratenentes* rentabilizavam os seus vastos domínios ao celebrarem contratos de emprazamento, evitando simultaneamente que os seus bens ficassem ao abandono e que inclusivamente pudessem ser preservados e valorizados. Daí que inicialmente os *Prazos* fossem perpétuos e hereditários, ou pelo menos vitalícios, passando mais tarde, após o Séc. XII - em Portugal - a ser concedidos em "vidas". As razões desta prática, prendem-se com condicionalismos resultantes do processo de *reconquista*, em que subjazia a necessidade política de incrementar a colonização e fixação de populações nos territórios conquistados aos árabes. Integrou-se, deste modo, num dos "*conceitos-base do direito medievo (...) do princípio da conquista da propriedade pelo trabalho*"²³⁰.

Ao contrário do actual processo de arrendamento, que aliás vai beber parte das suas raízes ao aforamento²³¹, os *Prazos* estão entre a propriedade e o arrendamento. Com efeito, já Paulo Mereia ao referir-se a estes, os designava como "*uma espécie de propriedade imperfeita*"²³².

Os direitos que o *enfiteuta* adquiria sob o prédio que aforava, revestiam-

Coimbra Editora, 1957, p2. ²²⁶ Soares, T. de Sousa - "aforamento" - in Diccionario de História de Portugal-. Dir. Joel

Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol. I, p51. ²²⁷ O autor sugere a consulta do Livro IV, Tít. 77-80 das respectivas *ordenações* ver Costa,

Mário Júlio de Almeida - "*enfiteuse*" -, in Diccionario de História de Portugal -, Vol. II, p.381.

²²⁸ Id., p379.

Costa, Mário Júlio Brito de Almeida - *Origem da Enfiteuse* ...- p3.

²³⁰ Costa, Mário Júlio de Almeida - "*enfiteuse*" - in Diccionario de Hist...-. Vol. II, p.379. ³

Marques, A. H. de Oliveira - "Foro" - in Diccionario de História de Portugal-. Dir. Joel

Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, Vol. III, p59. ²³² Cit. por. Soares, T. de Sousa - "aforamento" - in Diccionario de Hist...-. Vol. I, p51.

se de uma apreciável continuidade de usufruto e de amplos benefícios sucessórios. Os bens aforados ficavam, mediante pagamento de um censo, inúmeras vezes perpetuamente vinculados ao concessionário, o qual obtinha também o direito, mediante certas restrições, de transaccionar o seu uso.

A maior expressão da *enfiteuse* cabia aos prédios rústicos, casais e em geral ao território susceptível de aproveitamento agrícola. Contudo, também a água para os engenhos hidráulicos, as pesqueiras, os moinhos, os prédios urbanos, etc, eram objecto do mesmo processo.

Os *Prazos* urbanos eram geralmente celebrados em "vidas", sendo de *três* a modalidade mais frequente. Daí que, em consequência de um normativo do tempo de D. Afonso III, ficasse invariavelmente registado nos contratos, o nome do conjugue do foreiro que, em caso de sucessão, constituía a "2- vida"²³³. O facto de não existir conjugue como segundo outurgante não impedia, porém, que à falta deste último um *Praço* pudesse subsistir na mesma linha ao longo de três gerações²³⁴.

A renovação do *Praço* constituía aliás, uma das garantias do foreiro, devendo este através do direito de *nomeação*, designar o seu sucessor, quando não fosse possível determiná-lo por linha directa. Este processo resvestia-se de particular importância, na medida em que decorria sob o princípio da indivisibilidade. Segundo Almeida Costa, "o *prédio não comporta fraccionamento (...) Não havendo acordo, numa decisão tomada por maioria, o prédio tem de ser vendido ou escambado, dentro de seis meses ulteriores à morte do testador*"²³⁵.

Além das anteriores prerrogativas, assistia ainda ao foreiro a capacidade de *subemprazar* a terceiros, desde que ressalvasse os direitos do senhorio. Era uma prática corrente, embora até o próprio Código Civil não referisse "*norma alguma disciplinadora da subenfiteuse*"²³⁶.

Só reunidas estas condições foi possível patrocinar a construção e beneficiação de prédios urbanos nas cidades, satisfazendo os senhorios e incentivando os foreiros.

Quanto aos tipos de *Prazos*, "*a diferença entre a enfiteuse dada pelo Estado ou por simples particular é mínima*"²³⁷, a grande distinção reside na separação entre *Prazos* seculares e eclesiásticos. Estes últimos, estavam condicionados por preceitos determinados pelo direito canónico, limitando entre outros os seguintes aspectos²³⁸:

²³³ "*Marido e mulher contavam-se por duas vidas*", ver Costa, Mário Júlio de Almeida - "*enfiteuse*" - in -*Dicionário de Hist.*,-. Vol.II, p.381.

²³⁴ "*Nos emprazamentos de vidas, determina a lei que o foreiro alienante seja a primeira pessoa, contando-se à sua morte, a segunda vida no adquirente, seguindo depois os termos do contrato*" in Costa, Mário Júlio Brito de Almeida -*Origem da Enfiteuse* ...-, p186.

²³⁵ Id., p180-181.

²³⁶ Id., p194.

²³⁷ Id., p197.

²³⁸ Simoncelli.-*Scritti Giuridici*- cit.,II,p529 e seg., Cit. por Costa, Mário Júlio Brito de

- a escritura era requisito da essência
- a observação de regras na fixação da cânon
- o *comisso*²³⁹ por mora bienal em vez de trienal
- o *comisso* expresso por deterioração do prédio
- a redução por caso fortuito não podia ultrapassar um sexto da renda
- normas especiais sobre a sua duração

No que diz respeito a este último ponto é bom lembrar que o direito canônico proibia a celebração de *Prazos* perpétuos, pese o facto de existirem frequentes excepções²⁴⁰.

Assim podemos concluir que os *Prazos* eclesiásticos, em geral acarretavam um normativo mais restritivo e menos aliciante para os foreiros que os restantes senhorios.

O cânon ou foro, segundo Oliveira Marques "*é representado por uma prestação certa ou variável em géneros ou em dinheiro*"²⁴¹. A pensão de foro, como também se designava, era saldada anualmente pelo fim das colheitas, não raras vezes pelo S. Miguel, ou então durante outros períodos festivos. Já as *Ordenações Afonsinas* prescreviam que "*os contratos de empraçamento de casas ou terrenos para edificar, o foro tinha de ser fixado em dinheiro ou em aves*"²⁴². Esta será provavelmente a razão pela qual uma grande percentagem dos pagamentos processados no nosso estudo são indicados em dinheiro com um complemento geralmente em aves (galinhas e capões).

Todavia, as rendas não constituíam exclusivamente os benefícios dos senhorios. O *laudémio*²⁴³, conhecido desde o direito romano, apenas é mencionado, pela primeira vez, em meados do Séc. XVI, nos contratos de aforamento em Portugal (*Ordenações Manuelinas*), passando a ser oficializado em começos do Séc. XVII (*Ordenações Filipinas*), como obrigatório para os casos de venda ou escambo de *Prazos*.

De acordo com Oliveira Marques, o *laudémio* habitual sobre os prédios urbanos, a partir do Séc. XV, oscila entre os 40% e 50% do preço de venda, podendo em casos mais raros baixar a 20%. De igual modo era exigida uma *entrada* na renovação dos *Prazos*, consistindo habitualmente numa soma em dinheiro entregue ao senhorio.

Com o decorrer do tempo o processo enfiteutico acumulou inúmeros vícios e exageros que vieram a colidir com os intentos reformadores iniciados na segunda metade do Séc. XVIII. No reinado de D. José I, a política encetada

Almeida -*Origem da Enfiteuse* ...- p3.

zây "*É*)evolução do prédio ao proprietário, por falta do cumprimento das obrigações impostas ao enfiteuta", Id., p178.

²⁴⁰ As constituições dos Bispados, elaboradas nos Séc.s XVI e seguintes proibiam como regra, a *enfiteuse* por mais de três *vidas*, id., p198.

²⁴¹ Marques, A. H. de Oliveira - "Foro" - in -*Diccionario de Hist...*- Vol.III, p59.

²⁴² Costa, Mário Júlio Brito de Almeida -*Origem da Enfiteuse*...- p172.

Termo (...) usado para designar a pensão que se paga ao senhorio directo de qualquer prédio aforado, quando o foreiro aliena todo ou parte do prazo, por título oneroso " ver Marques, A. H. de Oliveira - "Foro" - in -*Diccionario de Hist...*- Vol.III, p439.

visava diminuir os privilégios auferidos pelo Clero e Alta Nobreza fundiária, neste caso materializados nos benefícios provenientes das rendas senhoriais. Consentâneamente, por intermédio de Pombal, são publicadas várias leis²⁴⁴ que "*introduzem alterações consideráveis no regime tradicional de enfiteuse, apesar de não traduzirem um pensamento definido acerca do instituto, nem reflectirem uma autêntica política reformadora, dentro dos princípios do Séc. XVIII*"²⁴⁵.

10. 1. Distribuição dos Prazos e Subemprazamentos na Primeira Metade do Século XVIII

Os IPC do Cabido, constituem o ponto de partida, ao encetarmos a reconstrução possível da ocupação funcional do espaço urbano de Braga na primeira metade do Séc. XVIII. Consubstanciados em quatro volumes, inserem-se no âmbito da mesma empresa que deu origem ao MRB. Como referimos no início deste texto, a complementaridade entre ambos os documentos é evidente, apesar de não ser inteiramente decalcável,

A numeração convencional exibida no roda-pé dos alçados representados no MRB constitui o elemento comum de referência que permite estabelecer a relação directa entre os prédios urbanos do Cabido em 1750 e o registo da informação relativa aos foros celebrados. O cruzamento destas fontes é, por conseguinte, o denominador comum que congrega o universo considerável de informações susceptível de proporcionar uma visão social e dinâmica imprescindível ao entendimento da cidade representada no MRB.

A informação contida nos IPC assume especial relevância no domínio urbanístico, na medida em que permite localizar com precisão a extensão e distribuição do senhorio capitular urbano, a diversidade social de quem o utiliza e o modo como o dispõe e, ainda, o rendimento potencial que esse mesmo património representa.

A iconografia representada no MRB apenas permite uma percepção visual parcelar cujo âmbito mais vasto não se estende além do conjunto de casas que compõem uma rua. O nosso estudo pretende obter uma imagem ao mesmo tempo globalizante e pormenorizada da cidade. Neste sentido, procedemos ao enriquecimento e sistematização da informação referente ao património capitular de molde a enquadrá-lo no conjunto das representações patentes na fonte e, simultaneamente, no âmbito geral da forma urbana comprovadamente existente (ver REUB/Folha-2). Tal objectivo foi possível pela utilização das virtualidades do modelo cartográfico que elaboramos ao permitir-nos visualizar, a diversas escalas, diferentes leituras temáticas, passíveis, inclusive, de criar um instrumento útil a futuros estudos.

²⁴⁴ De entre as quais se destaca, a carta de lei de 4 de Julho de 1768, declarado Alvará em 12 de Maio do ano seguinte, onde se combate a consolidação dos Prazos das Igrejas e das corporações de mão-morta e se proíbe o aumento do foro e do laudémio na renovação.

²⁴⁵ Mereia, Paulo, *Opus cit.* por Costa, M. J. B. de A., in "*enfiteuse*", - *Dic de Hist.....* Vol. II, p382.

A imagem sincrónica do MRB, tal como a impressão fotográfica, não recomenda a consideração da evolução foreira para um período muito distante da data em que foi levantado. Neste caso, como já tivemos oportunidade de referir, adoptámos a recolha efectuada por M. A. Vasconcelos²⁴⁶, que reúne informação relativa aos foros celebrados na época de execução do MRB. No entanto, com o objectivo de estender o mais amplamente possível a informação a um maior número de fogos expressos, tomámos a iniciativa de acrescentar os foros e subaforamentos posteriores ao ano de 1700. São cinquenta anos de contratos enfiteúticos - pese um pequeno período de interrupção em que nenhum foi celebrado²⁴⁷ - nos quais se pode disfrutar de uma panorâmica maximizadora da informação geral contida nos IPC que não desvirtua, no essencial, a cidade exibida no MRB.

Um dos aspectos mais interessantes que o confronto das *fontes* pode proporcionar é a detecção daquilo a que poderemos designar por "ruas traseiras". Com efeito, a leitura dos IPC revela-nos a predisposição de determinados espaços viários, quase que exclusivamente justificados em função das serventias de quintais traseiros, do acesso aos "miolos" interiores dos quarteirões e até como *cangostas* de passagem para "encurtar caminho". Pelo que, assim se torna possível proceder a uma hierarquização funcional dos espaços viários. Embora estas ruas se encontrem, mais ou menos dissimuladas, no espaço intramuros - Ruas de *Janes* (n^o8) (Norte) e *Vielinha* (n^o24) (Este) - com elevado número de traseiras, pertencentes respectivamente à rua do *Souto* (n^o6) (Sul) e dos *Çapateiros* (n^o23) (Oeste), é sobretudo no exterior que encontramos a maior parte delas. Neste caso, a sua existência ajuda-nos, em particular, a compreender a propagação do espaço construído e, em geral, a perceber os vectores de expansão da cidade.

Citemos os exemplos mais importantes representados no MRB:

- *Quingosta de S. Sebastião* (n^o30) (Norte) subsidiária da Rua *Cruz de Pedra* (n^o27) (Sul)
- *Quingosta das Cruzes* (n-34) (Norte) traseira da rua do *Anjo* (n^o33B) (Sul)
- Rua dos *Granginhos* (n^o35B) (Este), especialmente no seu troço Sul, subsidiária da rua de *S. Lázaro* (n^o37) (Oeste)
- Rua de *S. Barnabé* (n^o47) (Oeste), no troço Norte, traseira da rua dos *Chãos de Sima* (n^o53) (Sul)
- *Quingosta da Escoura* (n^o56) (Sul), subsidiária também da anterior, só que no seu alçado Norte.

A observação do REUB/Folha-2, permite-nos detectar a distribuição do espaço representado no MRB face ao conjunto do edificado omissa na *fonte*, e dentro desse, à distribuição dos prédios foreiros ao Cabido (estes repre-

²⁴⁶ Vasconcelos, M^o da A. - Mapa das Ruas de Braga - Braga, ADB, Vol.II, p45-171.

⁷ Período compreendido entre **1745-1761**, por ironia, *aproximadamente* coincidente com a Prelatura de D. José de Bragança (1741-1756), que lembremo-nos, foi caracterizado por fortes litígios entre o Arcebispo e o seu cabido a propósito das contas capitulares da *vacatura* que o precedeu.

sentados a negro). A imagem dá-nos imediatamente a percepção do poder senhorial da instituição. E possível, pelo menos, contabilizar 2536 fogos dos quais 1561 (61,5%) (ver gráfico nº 9) ostentam a numeração de referência, indicadora da dependência directa ou indirecta ao senhorio do Cabido. Ressalve-se porém que, se à priori fosse possível conhecer o subdivisionamento das restantes edificações representadas, não pertencentes ao Cabido, o peso relativo dos fogos desta instituição diminuiria de valor. Todavia, se verificarmos a diferença entre o quantitativo das casas individualizadas pertencentes ao Cabido (1445) e o seu subdivisionamento foreiro (ou seja, mais 116 referências), e generalizarmos esta diferença ao restante património representado, podemos aventar que a dissimelhança percentual não seria substancialmente alterada.

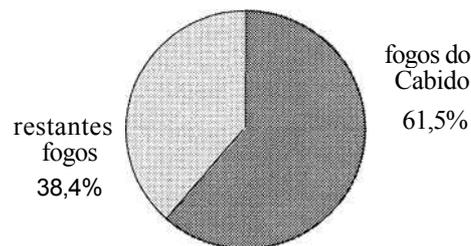
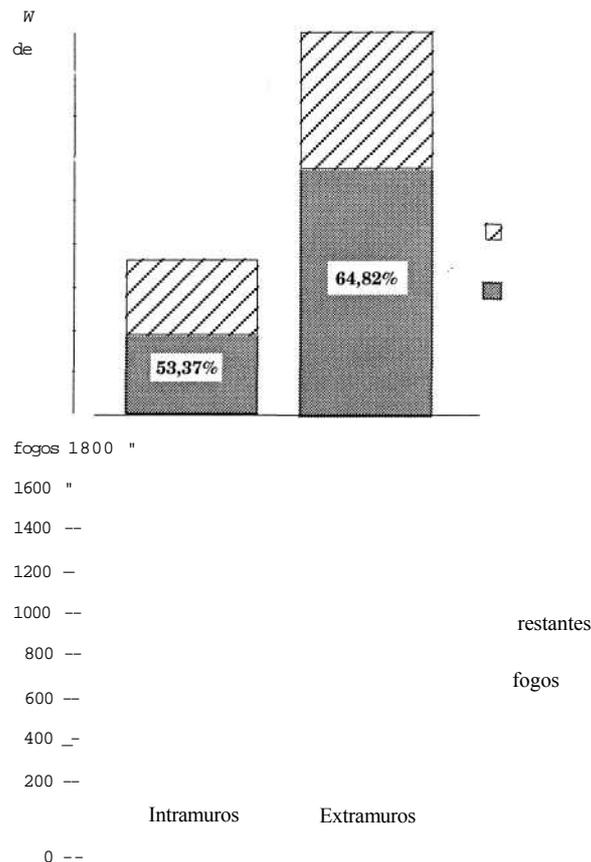


Gráfico 9 — Proporção dos fogos do Cabido no MRB

No tocante à sua distribuição, cerca de 1/4 (24,8%) do senhorio urbano do Cabido situava-se intramuros (387 fogos), estando os restantes localizados no exterior (1174 fogos). Esta "fatia" é especialmente relevante se tivermos em conta que representa 53,3% do edificado ilustrado, e que a *fonte* representa praticamente na íntegra os arruamentos pertencentes a esta área (ver gráfico nº 10).



**Gráfico 10 — Proporção dos fogos do Cabido no MRB,
Intra e Extramuros**

184

|



No que diz respeito à cidade extramuros, o peso relativo do Cabido é de 64,8% face ao total do património representado (ver gráfico n.º 11). É um valor aparentemente mais elevado, porém, e em contrapartida, o quantitativo de representação omitido é também maior. Na realidade, a importância da propriedade capitular extramuros não seria tão relevante como a estatística parece querer sugerir. Ainda que duas das ruas representadas não ostentem qualquer relação enfitêutica com o Cabido - a rua *Direita* (n.º28) e rua do *Beco* (n.º29) - existem tramos de edificado substanciais que não constam do **MRB**.

A consulta dos "primeiros" *Tombos do Senado da Câmara de Braga* (1772 e 1773)²⁴⁸ regista os *Prazos* das casas pertencentes a esta instituição. Estes registos não apresentam como seria desejável as confrontações ou outro elemento de referência susceptível de proceder à localização e dimensionamento deste património. Apenas nos é permitido quantificar, e nem sempre, o número de casas que a Câmara traz aforadas. Trata-se de um dos mais importantes senhorios, localizável somente ao nível de cada rua, constituindo-se como um complemento ao conhecimento da propriedade capitular.

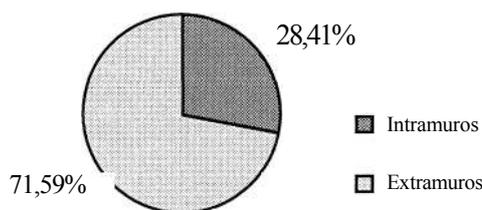


Gráfico 11 — Enfiteuse Urbana do Cabido na 1- metade do Séc. XVIII - (Prazos e Subemprazamentos intra e extramuros)

De acordo com uma contagem efectuada por J. V. Capela²⁴⁹, é possível contabilizar 150 *casas* nos pontos de maior concentração, ou seja, em todo *anel* viário envolvente à muralha (mais a rua dos Chãos). O REUB/ Folha-2 permite-nos inferir a correspondência entre o edificado coalescente à face exterior da muralha e o património em causa. Contudo, surgem diversos *Prazos* com a indicação imprecisa do seu número e outros dispersos pelas demais ruas da cidade.

O *Senado da Câmara* é um dos principais proprietários urbanos, possivelmente o segundo em grandeza de património, pese embora os valores detectados se quedarem muito áquem dos exibidos pelo Cabido.

O senhorio capitular urbano apresenta-se-nos sob duas modalidades distintas, se bem que complementares, de contrato enfitêutico - o *emprazamento* e o *subemprazamento*.

²⁴⁸ Arquivo Municipal de Braga.

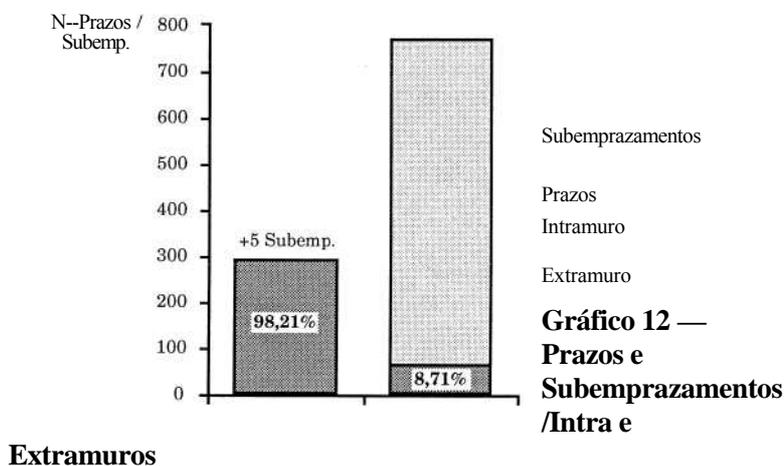
²⁴⁹ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750 a 1834 - O Governo e a Administração Económica e Financeira"- Iª parte, Braga, in *Bracara Augusta* - CMB,p283.

A *enfiteuse* constitui um privilégio quer para os proprietários, quer para os próprios Foreiros. A propriedade está concentrada num número restrito de senhorios que auferem de vastos rendimentos e privilégios, estando por seu turno os foreiros capacitados de *subemprazarem* os foros e beneficiarem dos seus amplos direitos sucessórios.

E de notar que os 1561 registos expressos no MRB, correspondem a 1063 *Foros e Subaforamentos*. Muitas das casas, fogos e propriedades numeradas no MRB, estão reunidas num só contrato enfiteutico. Embora haja claramente uma tendência para a crescente unificação dos foros²⁵⁰, a verdade é que esta dinâmica se estabelece em ambos os sentidos, conferindo um grau de complexidade merecedor de um estudo específico. Por outro lado, as casas de esquina, especialmente situadas dentro de muros, apesar de ostentarem mais do que uma referência no MRB e várias serventias, dependem frequentemente de um só foreiro ou, até de um *subenfiteuta*.

Deparam-se-nos, aproximadamente, um milhar de contratos enfiteuticos que nos transmitem, por si só, a dualidade urbana intra e extramuros. Com efeito 71,5% (761) destes contratos distribuem-se no exterior, por oposição aos 28,4% (302) localizados no interior da cintura amuralhada (ver gráfico nº11).

Os *sub emprazamentos* predominam inequivocamente sob os emprazamentos. São cerca de 2/3 do total de contratos (ver gráfico nº12). A relação directa ao Cabido (aforamento) é mais concentrada no espaço interior da cidade, com 80,6% (275) dos foros celebrados, que no exterior, apenas com 19,3% (66) dos foros contabilizados. No que diz respeito ao total dos 696 *subenfiteutas* inventariados, 5 estão intramuros, dos quais, três estão localizados na Rua Nova (nº2).



²⁵⁰ Ver o processo de evolução do Aforamento nos IPC-ADB, para as áreas novas de expansão da cidade. Ex *Campo Novo*.

Os registos do Cabido revelam uma cidade amuralhada directamente aforada, por oposição ao extramuros, inteiramente dominado por subaforamentos. Estes, na sua grande maioria, estão reunidos em torno de um parco número de *Prazos* sediados nas denominadas "Cabeças de Casal" que, por sinal, muitas vezes não passam de mera referência, já que não são necessariamente as casas mais vetustas. Assim se verifica que a maior parte do senhorio não está na dependência directa do Cabido. Esta realidade traduz uma das principais limitações da informação veiculada através da *enfiteuse* - os foreiros e os *subenfiteutas* não são necessariamente os locatários das casas que trazem *emprazadas* ou *subemprazadas*. Como tal, se considerarmos o maior nível de desagregação enfitêutica, poderemos conjecturar a existência de uma relação *residência-enfiteuta*, que a ser verdadeira, seria mais provável manifestar-se em relação aos foreiros no intramuros e aos *subenfiteutas* no extramuros.

De todo o modo, a ausência de indicadores sociais e económicos alternativos, passíveis de uma localização precisa para esta época, impede que descuremos este rico manancial informativo. Assim sendo, consideraremos a distribuição dos *Prazos*, no mínimo, como um indicador, da dinâmica socio-económica da urbe de então. Diríamos, que o processo de aforamento, pelas vantagens que contém, pode ser interpretado como uma forma de "investimento" para época, que ajuda a destrinçar um determinado padrão espacial de organização dos diferentes estratos sociais da população bracarense.

- A Estrutura Profissional e Social dos Foreiros

- *Officium e Status*

Em termos liminares pode-se dizer que a estratificação social, até aos finais do *Antigo regime*, assenta na hierarquização das funções sociais exercidas²⁵¹. O desempenho das funções sociais reflectiria ainda, o estigma tripartido dos três estados medievos com representação nas cortes.

Em Portugal, já as *Ordenações Afonsinas*²⁵² distinguem como consequência da vontade divina, o mundo dividido em *oradores*, *defensores* e *mantenedores*, isto é, o clero, a nobreza e o povo. No entanto, este ordenamento mais ou menos hermético vai-se esbatendo à medida que a sociedade se torna mais complexa, em especial com a diversificação e especialização de novas actividades em meio urbano. A ideologia nobiliárquica responde, valorizando a estratificação hereditária das funções exercidas, da qual "o *cabal desempenho de um ofício social exige qualidades que se encontram naturalmente nas pessoas que, pelo sangue, pelo exemplo dos seus maiores, e pelo desejo de os*

⁵¹ "O pensamento social do Antigo regime considera a sociedade como um todo ordenado (...) em função da diversidade e hierarquia dos "ofícios sociais", ver Hespanha, A. M. - A História das Instituições...- p220. ²⁵² Id, p223, ref.(I, 63,pr).

*suplantarem, estão ligados ao desempenho desse ofício pela tradição familiar*²⁵³.

A ligação ofício-estado, como concluí ainda A. M. Hespanha, persiste na época moderna em Portugal com o fundamento de impedir a mercantilização da nobreza e promover a nobilitação dos letrados, permitindo assim, que a função continue a ser o elemento matizador do *status* social.

Mercê dos inúmeros privilégios e isenções, o clero e a nobreza monopolizavam as funções de direcção e administração, ocupando os cargos mais elevados da sociedade de então. A estes contrapunha-se o *terceiro estado*, progressivamente mais complexo, que no dizer de V. M. Godinho, se compunha originariamente a partir de quatro grupos: os *agricultores e pescadores, os mercadores e negociantes, os mestrais e oficiais mecânicos* e por último, os *serviçais*²⁵⁴. Os primeiros, desde que proprietários, conjuntamente com os mercadores e negociantes, assumiam a supremacia social deste estrato, distinguindo-se daqueles que se dedicavam às actividades de "condição vil", ou seja, os manufactureiros e os criados em geral, que estavam inibidos de exercer cargos públicos que extravasassem a organização mestral a que pertenciam. Apenas se diferenciavam dos "cristãos novos", judeus e escravos, por serem considerados de "sangue limpo" e, como tal, estarem sujeitos a um menor conjunto de limitações sociais e cívicas.

Todavia, a crescente demarcação interna do *terceiro estado*, não só se manifestou em profusas alterações legislativas, como através do desimpedimento do acesso a certos cargos, da nobilitação de novas actividades e até de outras modalidades, como sejam as distinções devidas às diferentes formas de tratamento.

Segundo alguns autores surgiu assim aquilo que pode ser designado por "estado do meio". Designação esta que abrange:

*aquelas pessoas que desempenham profissões originariamente consideradas como mecânicas (boticários, cirurgiões, escrivães, livreiros, escultores e pintores), mas que tinham sofrido um processo de ascensão social que as colocara junto da nobreza ou a par de outras profissões que já eram consideradas nobilitadoras*²⁵⁵, de que os letrados são um bom exemplo.

Juristas, escrivães e até os próprios lavradores proprietários, eram considerados nobres, à luz da doutrina *seiscentista*²⁵⁶.

No mundo urbano, os mercadores e os homens de negócio, incompatibilizam progressivamente os seus interesses com os do sector manufactureiro, designadamente ao fazer estes depender economicamente dos preços por eles estipulados.

As próprias actividades solenes e festivas, as *entradas* dos Prelados nas suas cidades, as procissões e os festejos em geral, dramatizavam o posicio-

²⁵³ Hespanha, A. M. - *A História das Instituições...* - p222.

²⁵⁴ Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade...* - p101.

²⁵⁵ Hespanha, A. M. - *A História das Instituições...* - p226-227.

²⁵⁶ Id., p228.

namento hierárquico dos diferentes estratos sociais, nomeadamente na dignidade do respectivo contributo, na participação, e no lugar que ocupavam nos préstitos e desfiles.

- A *enfiteuse* por actividade

Braga de 1750 reúne uma panóplia de profissões-funções, artes e ofícios que pela sua variedade e especificidade traduzem a importância do centro urbano na região envolvente. Este facto deve-se não tanto às pouco mais de duas dezenas e meia de milhar de habitantes, mas essencialmente às consequências advindas da cidade constituir a capital de um senhorio eclesiástico, instalado numa área densamente povoada.

A análise dos IPC, embora condicionada, por não divulgar integralmente as profissões dos *enfiteutas*, revela porém, uma série informativa suficientemente elucidativa para compreendermos a disseminação socio-profissional da iniciativa foreira. Ao todo são 622 (58,3%) *Prazos* e *subemprazamentos*, num total de 1063, que nos facultam directa ou indirectamente esta variável. Infelizmente, mesmo nestes casos, nem sempre a actividade ou posição social surge inequivocamente expressa, pelo que tivemos que adoptar critérios maximizadores do universo considerado.

Assim, sempre que era desconhecida a função social do *enfiteuta*, procedeu-se à consideração de outros elementos similares, do conjugue, parente ou antecessor. Por outro lado, recorreremos às formas de tratamento e aos atributos pessoais que de algum modo indicassem o estatuto social. O emprego frequente do denominativo *Dom* e *Dona*, bem como o título de *cidadão*, foram de igual modo inventariados. V. M. Godinho refere-se à estrutura da antiga sociedade portuguesa, adiantando que o tratamento de *Dom* e *Dona* obedecia a rigorosos critérios de emprego, originando inclusive "*severíssimas penas aos contraventores*"²⁵⁷ que aplicassem desajustadamente tais venerações. Assim, e de acordo com o mesmo autor, uma lei de 1611, autoriza o atributo de *Dom* a "*todos os bispos, condes, mulheres e filhas de fidalgos assentes nos livros reais, desembargadores, e até bastardos de titulares nascidos depois da promulgação*"²⁵⁸. A este propósito, lembremo-nos que este título, foi confirmado "*conforme uso imemorial*" ao Deão do cabido em 1799²⁵⁹.

O termo *cidadão* é de utilização remota e foi mesmo objecto de uma petição dos representantes do povo²⁶⁰ às cortes de Coimbra de 1385. Serviu, inicialmente, para distinguir o "povo" num sentido político, de molde a separar os "homens bons", que paulatinamente se afirmavam pela ocupação de pequenos cargos na administração local, da grande massa

²⁵⁷ Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade...*- p73.

²⁵⁸ Id, p73-74.

²⁶⁰ Ramos, Luis A. de Oliveira - "Situação do Cabido bracarense no regime liberal", Braga, IX Cent.Ded. Sé de Braga, Congr Int.,UCP e outros, 1990, VolIII/2,p528 Actas. ²⁶⁰

Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade...*- p74.

popular dos "ventre ao sol". Mais tarde, e no caso de Braga, aquando das cortes de Tomar em 1581, Filipe I concedeu um alvará respeitante à enumeração dos privilégios expressamente pertencentes aos cidadãos e moradores de Braga²⁶¹.

A possibilidade de registar este tipo de informação à escala do Fogo, permitiu-nos, apesar das limitações, cartografar o fenómeno com um grau de precisão que mais nenhum documento da época pode assegurar. A sua incorporação veio melhorar substancialmente o leque de informações relativas à actividade e função social dos *enfiteutas*, proporcionando uma leitura social expressiva da cidade (ver REUB/Folha-4).

Para a primeira metade do Séc. XVIII, os IPC, revelam-nos a existência de cerca de uma centena de profissões e funções sociais exercidas por foreiros e subforeiros que agrupámos pelos seguintes Grupos/sectores²⁶²:

Quadro V — A enfiteuse urbana do Cabido por Grupos sociais / sectores de actividade

Grupos/sectores	W	%
Clérigos	120	19
Individ. Ilustres	46	7,5
Sector "Primário"	9	1,5
Sector "Secundário"	286	46
Sector "Terciário"	161	26

Pese o facto do estrato nobiliárquico-eclésiástico ser considerado, por diversos autores, como parte integrante do denominado *terciário do Antigo Regime*²⁶³, entendemos distinguir os "subsectores" dos clérigos e das Individualidades Ilustres. A quota de participação *enfiteutica* neste grupo ascende a 26,5% dos valores totais, o que por si só justifica a distinção, se pretendermos percebermos realisticamente o peso de cada um dos agrupamentos no "investimento" foreiro (ver gráfico nº13).

Os clérigos representam por si só 19% da *enfiteuse* global. Realidade à qual não é estranho o facto da cidade ser a sede arquiépiscopal de um dos mais importantes senhorios eclésiásticos da época. Porém, é bom não olvidarmos que esta plurividência acarreta um leque muito variado de situações, rendimentos e funções. Desde o "híbrido" portador de "ordens menores", passando pelo comum dos padres, até às mais altas dignidades eclésiásticas, Braga congregava no seu seio uma verdadeira "cidade de Deus", uma cidade dentro de outra cidade.

Forma. E Verdadeiro Traslado Dos Privilégios concedidos aos Cidadões, & moradores da Cidade de Braga - Porto, Empreza Editora de Obras Clássicas e Ilustradas, 1878, reimpress. de Ed única del635.

²⁶² Pese embora o facto destes agrupamentos e denominações serem de classificação discutível para a sociedade portuguesa do *Antigo Regime*, eles resultam contudo, da síntese efectuada sob as leituras dos autores citados e da necessidade de estabelecer um conjunto razoável de denominadores comuns, suficientemente coerentes, com vista à legibilidade da cartografia elaborada.

" Exceptuando o grupo comercial, Godinho, afirma que este sector "não fomenta a produção; ao invés, opera sobre ela (a sociedade) uma punção extremamente violenta para despesas sumptuárias " ver Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade...*-. p106.

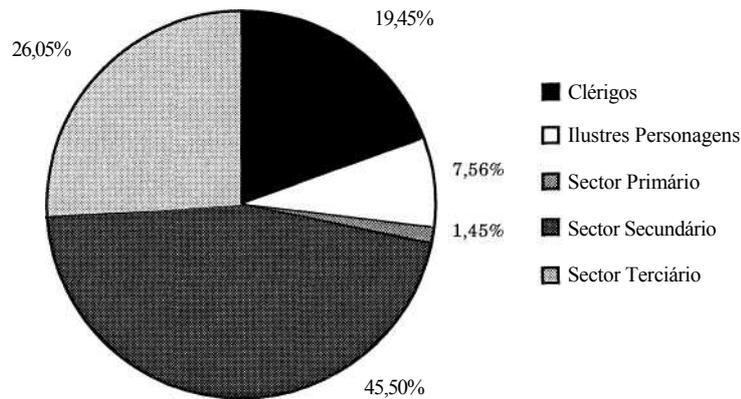


Gráfico 13 — Proporção da enfiteuse por sector de actividade (e estrato nobiliárquico-eclesiástico) dos foreiros

Um terço da *enfiteuse* eclesiástica é da iniciativa dos seus mais altos dignatários, incluindo membros do próprio Cabido (17). Os restantes 68,4%, distribuídos preferencialmente fora de portas, cabem ao clero comum (ver gráfico nº 14).

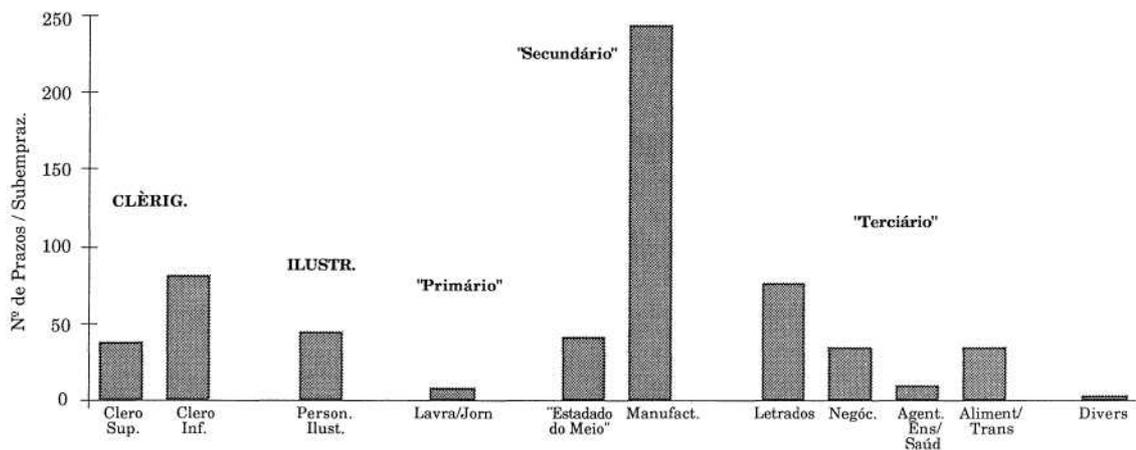


Gráfico 14 — Prazos / Subempraz. por agrupamento de profissão/posição social dos foreiros

A aristocracia, grande parte dela incorporada nos séquitos, nas cortes e famílias dos diferentes Prelados e Dignidades que iam sendo nomeadas quer para a Mitra, quer para o Cabido, estabeleceram-se ao longo dos tempos na cidade, sendo, desde sempre, condicionados pelas tradições e prerrogativas próprias de um "estado eclesiástico" sem tutela régia.

A nobreza e os cidadãos ilustres registam apenas 7,5% da *enfiteuse* geral. No entanto, é interessante notar que enquanto os últimos concen-

tram a sua iniciativa foreira no interior do centro amuralhado, os fidalgos situam-na no exterior, aí dominando a maior parte dos Prazos que estão, como se sabe, associados às denominadas "cabeças de Prazo". Este facto permite-lhes controlar uma grande parcela do subaforamento externo, incluindo ainda o *subemprazamento* de propriedades do Cabido das quais, alguns eram já *subenfiteutas*.

As "cabeças de Prazo" correspondem à sede de um conjunto de edificado de casas e demais propriedades urbanas²⁶⁴, que lhes estão *subemprazadas*. O domínio de uma "cabeça de Prazo" significava auferir foro de um vasto número de *subenfiteutas*. No que respeita a este aspecto, conforme nos ilustra o anexo n^o5 é possível constatar que os fidalgos usufruem mais de metade (10) das "cabeças de Prazo" patentes no MRB, o que corresponde a uma tutela sobre 216 números de referência da propriedade capitular, composta por casas, quintais, leiras, etc. São valores que aumentariam substancialmente, se acrescentássemos o Prazo do "Casal dos Chãos ou Quinteiro", cujo *enfiteuta* principal é Dona Agostinha Maria de Barros Gavião, à qual pagam foro 152 *subenfiteutas* repartidos por oito ruas e duas Praças.

No conjunto dos sectores produtivos, o *secundário*, ligado às manufacturas, reúne 46% dos valores totais da *enfiteuse*. Segue-se o sector "terciário", com 26%, e finalmente, com carácter meramente residual (1,5%), o sector "primário" (*idem* gráfico n^o14), composto exclusivamente por actividades ligadas ao meio rural. Julgamos, que estes últimos, não estão melhor representados, na medida em que o MRB não representa o casario isolado do contexto das ruas e pelo facto do nosso estudo excluir os índices dos *Prazos* rurais do Cabido.

No sector *terciário* o domínio dos contratos enfiteúticos cabe aos "letrados" - profissões liberais e Administração e Justiça -, sendo os primeiros os que mais pontuam, com 54 foros e subaforamentos. Estes predominam claramente sobre os demais grupos, concentrando a sua iniciativa no espaço intramuros.

Os restantes subsectores repartem-se diversamente face à dicotomia extra e intramuros (ver anexo n^o6). Os *homens de negócio*, especialmente os mercadores, *inter pares*, dominam o interior da cidade por contraposição aos *tratantes*, aos pequenos comerciantes e ao ramo ligado aos transportes, que preferem aforar no exterior. Por seu turno as actividades ligadas à produção e distribuição de alimentos distribuem os seus foros indiscriminadamente um pouco por todo o espaço urbano.

No que diz respeito ao sector manufactureiro, 84% da sua *enfiteuse* localiza-se fora de portas (ver gráfico n^o15). De notar, que em relação aos demais grupos profissionais, apenas os ourives e os sapateiros exibem uma amostragem suficientemente elucidativa quanto a um padrão claro de dis-

²⁶⁴ Quintais e Casais situados dentro do espaço urbano, alguns deles ligados entre si e outros situados nas traseiras das construções.

tribuição enfitêutica. Os ourives optam nitidamente pelo centro da cidade, enquanto que os sapateiros distribuem equitativamente a sua ocupação enfitêutica dentro e fora de muros.

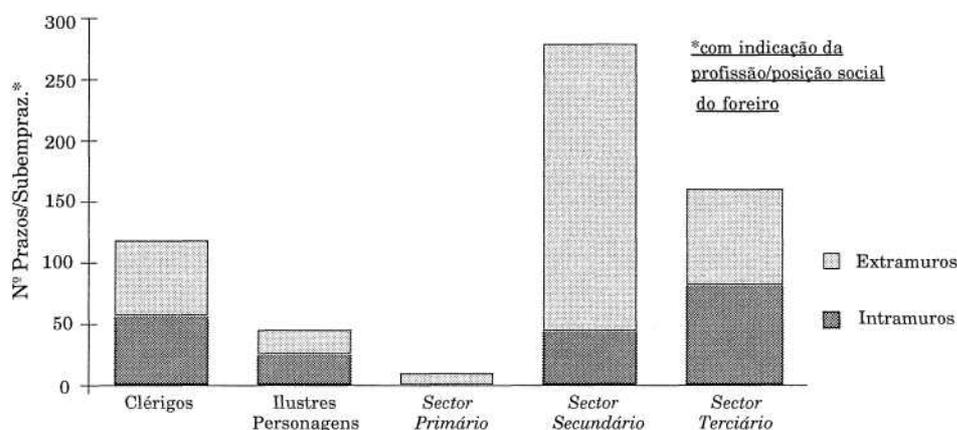


Gráfico 15 — Praz/Subempraz. por sector de actividade (ou estrato nobiliárquico-elesiástico) dos foreiros, Intra e Extramuros

Curiosamente, são estes últimos que confirmam o levantamento da população residente masculina, executado pela *Companhia de Ordenanças* em 1764²⁶⁵. Com efeito, é clara a concentração dos sapateiros (intramuros) na rua com o nome do mesmo ofício (n^o23) e na, já decadente e contígua, rua de *Maximinos* (n^o22) (antiga rua dos Burgueses), evidenciando ainda, a inércia de certas localizações antigas e tradicionais. Por sinal, são os sapateiros, pertencentes ao subsector ofícios têxtil/vestuário, que cabe o maior peso da iniciativa enfitêutica ao nível das manufacturas. Representam 47,5% (136) dos subaforamentos para o conjunto do sector *secundário*.

A profissão dos Sombreireiros, integralmente localizados extramuros, detêm 15,7% dos valores globais do sector. Trata-se de uma profissão com forte implantação na cidade²⁶⁶. Só esta actividade representa um terço do seu agrupamento, tendo uma iniciativa enfitêutica igual à do grupo dos ofícios dos metais não preciosos e mais que cada um dos restantes grupos manufactureiros.

Finalmente, teremos de fazer uma especial referência aos subsectores dos artistas e comercial/manufactureiro, que designaremos por "secundário superior", como forma de justificarmos, pelos critérios já anteriormente expostos²⁶⁷ a existência em Braga de um estrato social pertencente ao denominado "Estado do meio".

Os artistas, pela variedade das especialidades que encontramos numa

²⁶⁵ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750...", p242.

²⁶⁶ Id, p243.

²⁶⁷ ver *Oficium-Status*,

amostra tão restrita como esta, enquadram-se perfeitamente na mundividência do barroco bracarense, assumindo com naturalidade a consideração e o prestígio social próprio de quem protagoniza a magnificiência da cidade.

O grupo comercial/manufatureiro resultou de um agrupamento elaborado com base em critérios assentes na especificidade, delicadeza e particularismo das suas funções. A sua actividade traduzir-se-ia pela raridade e centralidade face a uma hipotética área potencial de clientes, nalguns casos, diríamos mesmo, um mercado de elite. Mais do que os demais ofícios, o ourives, o relojoeiro, livreiro, etc, estavam já libertos da "vileza" original com que socialmente ainda eram encaradas as manufacturas (ver anexo n^o6).

As razões apontadas pelas quais não podemos necessariamente confundir foreiros/subforeiros com residentes, leva-nos a apreciar comparativamente, ainda que de uma forma breve, a distribuição da *enfiteuse* por profissões com os resultados do "*Recenseamento geral de fogos e moradores da cidade*"²⁶⁸. Esta, levantada catorze anos depois da execução do MRB, insere-se no âmbito da lei Pombalina de 1762, destinada à instalação da *Companhia de Ordenanças* em Braga. Para este efeito socorremo-nos da investigação realizada por Capela²⁶⁹, que procura dar uma imagem da estratificação e distribuição socio-profissional da cidade.

Trata-se de uma *fonte* que se destina a fins militares, e como tal apresenta algumas limitações. Omite a população feminina, excepto quando, a mulher, assume as funções de "cabeça de família", bem como toda a enormidade de isentos e imunes, sobretudo os eclesiásticos, que não figuram nas listas. Ao todo integra 2469 "*profissionais*"²⁷⁰, os quais se repartem 64,7% pelo *Secundário*, 25,3% no *Terciário* e 9,9% no sector *Primário*²⁷¹.

Contrariamente a outras iniciativas posteriores, as "ordenanças" de 1764 não indicam a distribuição dos moradores por casa, mas tão só ao nível da rua. Por este motivo, não é possível o cruzamento imediato desta *fonte* com o MRB, sem correr o risco de nos afastarmos do cerne do nosso trabalho.

Contudo, a distribuição de algumas profissões e actividades merece-nos, mesmo assim, a nossa consideração. A relação residência/local de trabalho não é suficientemente clara em ambas as *fontes*, embora seja admissível supor que muitas das casas comerciais e lojas-oficinas cumpririam simultaneamente a função de local de trabalho e residência, numa relação ainda muito comum para a época, no estilo, "viver em cima e vender e (ou) produzir em baixo". Entendemos ainda, não considerar a freguesia como unidade territorial de base, em primeiro lugar, porque não exprime a ainda, eviden-

268 ^.q Municipal de Braga.

269 Capela, J. V. - "O Município de Braga del750..

270 Id., p240.

271 Id. ibid.

te ruptura urbana intra e extra-muros, e finalmente porque, em 1750, Braga não possuía freguesias exclusivamente urbanas.

- Os Cânones

Uma das abordagens possíveis que os IPC não podiam deixar de nos sugerir passa pela apreciação das prestações a haver pelo Cabido. Este tributo, também designado por *cânon*, obrigava os *enfiteutas* e *subenfiteutas* ao pagamento periódico pelo usufruto dos bens urbanos. A informação destes montantes surge-nos rigorosamente discriminada por cada um dos indivíduos a quem é concedida a exploração enfitêutica, sendo quasi que invariavelmente registada ao longo das listagens dos índices.

Não pretendemos com este tópico realizar um estudo exaustivo das rendas capitulares urbanas, mas tão só, apresentar um enfoque criteriosamente elaborado, que melhor reflecta uma das finalidades essenciais das obras em que nos apoiamos. Uma vez mais constatamos que, estes valores não são imediatamente transferíveis, como se de um livro de contas se tratasse, pelo que se torna necessário tecer alguns considerandos.

O Cabido era um corpo numeroso, poderoso e oneroso. Dele dependiam directamente muitos beneficiados e indirectamente um "exército" de funcionários, familiares e, de certo modo, a prosperidade de diversos officios. Como instituição mais poderosa da cidade, o Cabido tinha necessidade de vultuosos proventos, pois nele tinham *"assento ou receb(ia)m pensões as mais altas dignidades e autoridades do governo político-religioso, tribunais de justiça, pastoral, visitação e administração, assumindo o governo total da diocese em caso de sés vacantes"*²⁷².

Qual era então o peso real da *enfiteuse* urbana na economia do Cabido? Apesar deste constituir o principal proprietário da cidade, efectivamente não era dos *Prazos* das casas que provinha a principal "tranche" dos seus réditos. Vimos já anteriormente (ver quadro - IV), que em 1750, o Cabido auferiu só desta origem, apenas 0,6% das receitas totais, ou seja, cerca de 106 279 *reis* num montante global de 17 713 170 *reis*. Na verdade, é uma verba demasiado modesta para tão vasto património²⁷³.

Ao somar os cânones dos foros e subaforamentos expressos nos IPC que se reportam às casas representadas no MRB, contabilizámos 588 995 *reis*, isto é, quase seis vezes mais do que montante auferido em 1750 pelo Cabido. Acrescente-se que estes valores não incluem outro tipo de prestações, tais como laudémios, censos, pensões etc, o que aumentaria decerto, ainda mais, os emolumentos potenciais da verba considerada.

Existe portanto, uma acentuada discrepância entre o numerário potencial do património urbano do Cabido e o quantitativo que este realmente usufruía.

²⁷² Capela, J. V. - "Igreja, Sociedade e Estado...", VolII/2, p434.

²⁷³ É de lembrar que o Cabido da Sé de Braga possuía prédios urbanos noutras cidades do País.

É natural que as razões deste facto, estejam na distinção entre os proventos directamente auferidos pelos foreiros e, indirectamente, nos benefícios retidos por estes, actuando como intermediários face aos *subenfiteutas*.

Vejamos então o quantitativo financeiro dos *Prazos* e *subemprazamentos*:

Quadro VI — N.º de Prazos e Subemprazamentos, Intra e extramuros

	Praz.	Sub.Praz.	Total
Intra	107 180	2 470	109 650
Extra	2 1918	454 772	476 690
Total	129 098	457 242	586.340

Valores em *reis*

Mais próximos do valor total auferido pela mesa capitular, o montante dos foros ultrapassa porém, o valor das receitas auferidas. Sem pretendermos indagar as razões mais profundas deste desacerto, não nos esqueçamos, que a finalidade de execução dos IPC e do MRB se prendiam com o amplo projecto de reorganização das contas, actualização das dívidas, enfim, de reconstrução de todo o sistema económico e financeiro do Cabido que se encontrava num estado caótico. Muitos dos foros não eram cobrados, com particular incidência no período de vacância, em resultado do desleixo e esmorecimento da fiscalização das contas capitulares. Por outro lado, os cânones eram muitas vezes "perdoados" mediante contrapartidas que iam desde a construção dos próprios prédios, até aos trabalhos de beneficiação e conservação dos ditos.

Contudo, e apesar das condicionantes e ambiguidades desta variável informativa, a relação directa entre a contribuição enfitêutica e o prédio urbano individualizado, incentivou-nos a proceder à apreciação do valor potencial do património capitular. Assim, cartografamos os valores expressos no IPC, para o período de execução do MRB²⁷⁴, de molde a obtermos uma imagem do valor potencial do dito património e a respectiva distribuição no espaço urbano (ver REUB/Folha-5).

A primeira avaliação que retemos é a preferência pelos pagamentos em dinheiro. Esta apetência dever-se-ia ao facto do Cabido ser convocado para a realização de "*enormes despesas em numerário que era obrigado a fazer para manter a solenidade do culto, a magnificiência dos edifícios e o seu próprio nível social*"²⁷⁵, mas também, acrescentaríamos, pela evolução lógica da vida comercial nas cidades, constituindo estas, já na época, importantes pólos de consumo, em especial de produtos agrícolas da área envolvente e de mercadorias provenientes de longo curso, justificando assim a opção por esta modalidade de pagamento.

As solvências praticavam-se em diferentes modos de prestações, sendo

²⁷⁴ Vasconcelos, M.ª da A. - *Mapa das Ruas de Braga* - Braga, ADB, Vol.II, p47-171.

²⁷⁵ Rodrigues, Ana Maria - "Os prazos do Cabido de Braga nos séculos XIV e XV", Braga, IX Cent.Ded. Sé de Braga, Congr Int.,UCP e outros, 1990, Vol.II/1,p482 Actas.

as mais frequentes geralmente, em Setembro pelo *S. Miguel das colheitas*, quando se tratava de uma prestação única, e pelas "terças do ano", quando distribuídas pelo Natal, Páscoa e S. João. Ao todo, o montante global registado nos índices ascendia aproximadamente a seiscentos mil *reis*, repartindo-se 18,6% intramuros e 81,4% no exterior (ver gráfico n^o16).

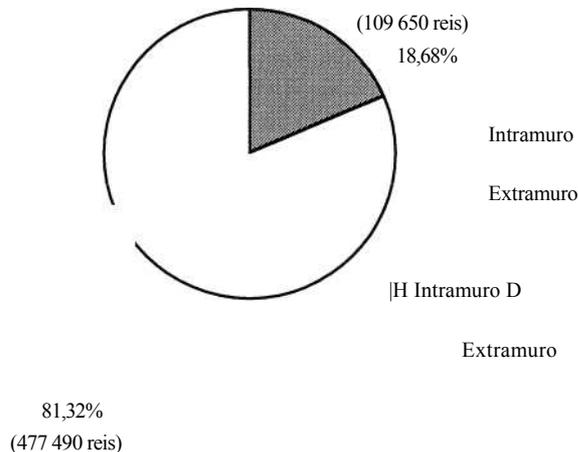


Gráfico 16 — Prestações em dinheiro (reis) ao Cabido Intra e Extramuros

São valores que, uma vez mais, nos dão conta do peso relativo da cidade extramuros. No exterior as prestações subenfitêuticas atingem, em média, quantitativos mais altos que as contribuições directas em foros. Se acrescentarmos o facto dos subaforamentos praticamente se concentrarem fora de portas, então podemos verificar que a discrepância é também de natureza qualitativa.

Para melhor percebermos a distribuição do rendimento potencial dos prédios urbanos, optámos por proceder à maior desagregação possível do montante dos foros e subaforamentos ao nível dos alçados representados no MRB. Sempre que surgisse um agrupamento de edificado homogêneo com uma única renda, repartíamos o quantitativo total pelo número de alçados expressos. Deste processo resultou o REUB/Folha-5 que procura traduzir a distribuição do rendimento potencial do património urbano.

Verifica-se que os prédios de prestações mais modestas se concentram na cidade intramuros e ainda no edificado que bordeja as áreas exteriores contíguas às muralhas.- ex. o denominado "anel de *Campos*". Porém, uma observação mais esmiuçada do interior revela-nos um conjunto disseminado de edifícios isolados com rendas elevadas. Pese este facto não poder, constituir regra, diríamos que são geralmente os edifícios grandiosos, como os exemplos da rua de *S. João* (n^o9) e, em menor evidência, da Praça do *Pão* (n^o4) que contradizem a predominância geral dos cânones baixos no espaço intramuros. Neste âmbito merece também um apontamento, a fiada de alçados Norte da rua do *Souto* (n^o6).

No espaço extramuros, também ele mais diverso, encontramos uma maior variedade de situações. O alinhamento constituído pelas ruas das *Ágoas* (n^o36), *S. Lázaro* (n^o37) e da *Ponte de Guimarães* (n^o38), é bem um

exemplo desse contraste. Os extremos deste alinhamento viário têm, no seu conjunto, prestações que não excedem os 500 *reis*, valores estes, relativamente baixos, se comparados com os referentes ao pequeno Largo de S. Lázaro, situado a meio deste eixo de circulação. Aqui, e na fiada Oeste da Rua de S. Lázaro (n.º37), atinge-se, mais de uma vez, prestações acima dos 1 500 *reis*.

Em geral, os acessos radiais à cidade, aqueles que Senna de Freitas alegoricamente entenderia como os "tentáculos" da cidade, patenteiam um aumento do valor das prestações, ordenadas no sentido em que caminhamos do centro para a periferia. De certa forma, na mesma direcção em que a cidade vai crescendo. Aliás, é no conjunto urbanístico do *Campo Novo* ou *Quinteiro*²⁷⁶, por conseguinte uma nova área planeada de colmatação, a que já tivemos oportunidade de nos referir, que vamos encontrar os valores mais altos dos cânones *enfiteúticos*. A média é de 1682,7 *reis* de foro por prédio (98 fogos).

As prestações eram frequentemente acompanhadas de um tributo em géneros. José Marques refere que a partir de 1490 há notícia dos "*primeiros contratos com preço expresso em géneros*"²⁷¹. Depois desta modalidade constituir um tipo de prestação exclusiva, passou com o tempo a não ser mais que um complemento, geralmente composto por aves, sendo as galinhas o género mais usual deste tributo (os IPC revelam-nos um total de 783 aves, com destaque para as galinhas com 92,5%; ver gráfico n-17). Surgem também com frequência os capões, bem como produtos agrícolas medidos em alqueires e razas, no caso dos cereais, e almudes para o vinho.

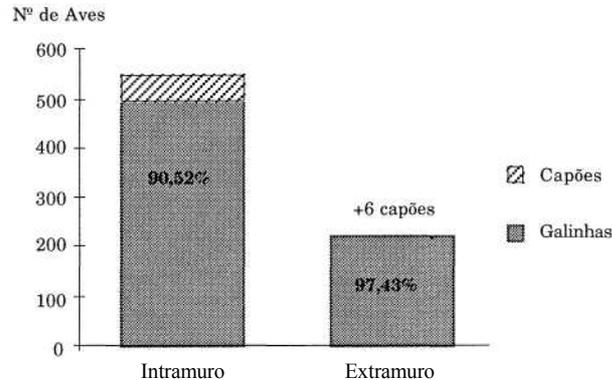


Gráfico 17 — Prestações dos Foreiros ao Cabido em Aves

Ao contrário da prestação em numerário, 68,5%(497) das galinhas provêm do interior da cidade amuralhada, sendo esta diferença mais acen-

²⁷⁶ Ruas do MRB entre os números 46 e 52.

²⁷⁷ Marques, José - *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*- Lisboa, INCM, 1988, p393.

tuada no caso dos capões, com 89,6%(52) procedentes da mesma origem²⁷⁸.

Em síntese, desde o Séc. XIV, altura em que o poder económico assentava na propriedade fundiária, veio lentamente germinando uma crise senhorial consubstanciada pela fuga massiva do mundo rural. As cidades cresceram e a economia mercantil expandiu-se. Foi então que muitos dos investimentos procedentes dos estratos *nobiliárquico-eclesiásticos* se reorientaram para sectores "*menos sensíveis à crise, como, por exemplo, a pecuária e a propriedade urbana*"²⁷⁹. Relativamente a este último, e no caso de Braga, parece que este tipo de "investimento" nunca chegou a atingir uma rentabilidade comparável às outras modalidades de proventos, nem mesmo proporcional ao volume do património reunido.

Os foros rendiam substancialmente menos que os subaforamentos. Ou o Cabido de alguma forma participava dos dividendos do *sub empraçamento* - pois muitas das denominadas "cabeças de Prazo", das quais dependia a maior parte da *subenfiteuse* extramuros, não pagavam mais do que um foro simbólico - ou então os principais beneficiários dos proventos da *enfiteuse* urbana eram "intermediários" que, eventualmente aproveitando-se da complexidade do processo *subenfitêutico*, escapavam à alçada do Cabido, dominando assim o circuito económico.

11. BRAGA EM MEADOS DO SÉC. XVIII - ESBOÇO CONCLUSIVO

- O Perfil Demográfico

Diversos estudos e autores se têm pronunciado acerca da população bracarense do *Antigo Regime*, quer no âmbito do espaço urbano propriamente dito, quer no seu termo e circunscrição senhorial. A eles recorreremos, sem a veledade de pretender, por agora, enveredar em domínios mais específicos do que aqueles que o nosso trabalho solicita como imprescindíveis.

Braga, em início de *setecentos*, encontra-se já inserida numa área de elevada densidade populacional - mais de 30 hab/Km²²⁸⁰ - constituindo uma das principais cidades do Entre-Douro-e-Minho.

De acordo com A.M. Hespanha²⁸¹, Portugal no início do Séc. XVIII, teria cerca de 1.850.000 habitantes, no qual só a Ouvidoria de Braga congregaria 22 592, estando à cabeça das comarcas do país no tocante à densidade populacional com 86,11 hab./Km². Ora a cidade de Braga atingiria por essa

²⁷⁸ De salientar que o grosso das restantes contribuições em géneros distribuíam-se indiscriminadamente intramuros, estando ao invés, no exterior, concentradas ao longo do "anel de *Campos*" envolvente, nas ruas dos *Chãos* (n-s45e53) e das *Cónegas* (n^o58).

²⁷⁹ Hespanha, A. M. - *A História das Instituições...* - p187-188.

²⁸⁰ Dados calculados com base nos levantamentos do Padre António Carvalho da Costa (em finais do Séc. XVII), por Hespanha, A. M. - *As Vésperas do Leviathan...* - Vol. II, plO9 - Mapa

IV.

²⁸¹ Id., plOI-106.

altura, pelo menos, 14.000 habitantes²⁸², podendo ter chegado ao final da primeira metade do Séc. XVIII com sensivelmente mais três mil²⁸³.

Neste sentido reunimos algumas estimativas que melhor nos podem elucidar acerca do quadro evolutivo da população bracarense ao longo de *setecentos*:

Quadro VII — Evolução do registo de fogos em Braga ao longo do Séc. XVIII

	1700	1732	1750	1758	1794	1798
Fogos	3500 (a)	3087 (b)	4039 (c)	4635 (d)	4306 (e)	4121 (f)
Variacão		-413	+ 952	+ 596	-329	-185
Coefic.4-Pop	14 000	12 362	16 156	18 540	17 224	16 484

(a) - Pe. António Carvalho Costa, *Corografia Portuguesa*, I, Lisboa 1706

(b) - D. Luis Caetano de Lima, *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa...*, T. II, 1736, p475-710²⁸⁵

(c) - Pe. Luis Cardoso, *Dicionário Geográfico de Portugal*, II, Lisboa, 1751, p 249 e 255-166²⁸⁶

(d) - Silva Thadim - *Memórias...*, V, 424-433²⁸⁷

(e) - Custódio José Gomes de Vilas Boas - "*Plano de descrições e subsídios*", *Seg. Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do Séc. XVIII*²⁸⁸

(f) - *Censo de Pina Manique*

As estimativas de evolução populacional ao longo de *setecentos*, são estabelecidas a partir do número de fogos inventariados para cada uma das freguesias da cidade. Trata-se de um indicador demográfico que oferece garantias de fiabilidade no que diz respeito ao cálculo da população, sem contudo evitar as limitações próprias e as reservas que geralmente são endereçadas a este método. Os autores citados usam invariavelmente o coeficiente de 4 hab/Fogo para proceder ao cálculo da população urbana, o que nos permite pensar que deve, pelo menos, corresponder ao limiar mínimo dos valores reais. Na verdade este tipo de cálculo não contempla nomeadamente a inventariação de um dos estratos mais relevantes da urbe - a clerezia e os estudantes.

Num relatório enviado ao Papa em 1749, o Arcebispo D. José de Bragança, dá conta de uma numerosa população de regulares, num total de 411 (181 masculinos e 230 femininos)²⁹⁰, distribuídos por nove casas religiosas, isto excluindo seminários, conservatórios, etc. Por outro lado, e no

²⁸² Cálculos efectuados por Arminda Rebelo, aplicando o coeficiente 4 Hab./Fogo, para a contagem realizada pelo Pe. António Carvalho da Costa, Lisboa, 1706. Ver Rebelo, Arminda dos Reis - *Evolução Demográfica e Urbana de Braga* -, Coimbra, FLUC, (Tes. Lie), polic. Cálculos efectuados por Sousa Araújo, baseados na contagem realizada pelo Oratoriano, Pe. Luis Cardoso. Ver Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", p20-21.

²⁸⁴ Rebelo, Arminda dos Reis - *Evolução Demográfica e Urbana de Braga* -, Coimbra, FLUC, (Tes. Lie), p13.

²⁸⁵ Serrão, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal - A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)* -, Lisboa, Ed. Verbo, 2ªed., vol. V, p352-353.

²⁸⁶ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", p20-21.

²⁸⁷ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750...", p239.

²⁸⁸ Araújo, António de Sousa - "Braga no século XVIII...", p20-21.

²⁸⁹ Id. *ibid.*

²⁹⁰ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750...", p245.

dizer de Inácio José Peixoto²⁹¹, Braga era uma cidade estudantil com cerca de 2 000 estudantes, procedentes das duas principais províncias nortenhas e que se espalhavam pelos diversos estabelecimentos de ensino da cidade, sobretudo o Colégio dos Jesuítas em Santiago da Cividade.

Retomando a observação do quadro, este permite-nos constatar que a evolução da população bracarense ao longo do Séc. XVIII não é regular. Embora não exista um motivo suficientemente plausível que justifique tal variação dos fogos contabilizados, é possível verificar inflexões no crescimento do edificado.

A análise dos primeiros trinta anos revela uma redução acentuada, que poderá não corresponder inteiramente ao que se passou, mas que funciona no mínimo como o testemunho ilustrador da estagnação que a cidade viveu. A um nível mais desagregado, verificamos que são as Freguesias intramuros, se exceptuarmos Santiago da Cividade (aumenta 80 fogos), as que consubstanciam o decréscimo, enquanto que S. Victor, situada extramuros (a qual se virá a desmembrar em 1747, dando origem à nova Freguesia de S. José de S. Lázaro) regista o maior aumento.

Por meados de *setecentos* evidencia-se um período de crescimento populacional, porventura sobreestimado, se atendermos unicamente ao diferencial patenteado entre 1758 e 1732, ou seja, um crescimento de cerca de 1500 fogos num quarto de século?!

De qualquer forma, com mais de 16.000 habitantes em 1750, Braga era já um importante aglomerado populacional, reunindo, em termos absolutos, cinco vezes mais população que o seu termo²⁹². Sede eclesiástica, política e militar, é um centro onde residem algumas das individualidades mais proeminentes do Portugal do *Antigo Regime* e onde se concentra uma grande diversidade de serviços e actividades. Contudo, estamos em crer que a sua verdadeira dimensão assentava não só na população que habitava dentro do espaço urbano propriamente dito mas, sobretudo, na área densamente povoada que polarizava.

Para alguns dos autores que se têm dedicado a este assunto, o quantitativo de 3000/3500²⁹³ e 8000²⁹⁴ habitantes, é para a época, justificativo do atributo *urbano*. Ora e ainda, segundo o critério mais exigente, Braga possuía pelo menos o dobro desse valor, o que associado à multiplicidade de funções exercidas e à manifestação de um certo cosmopolitismo barroco, lhe conferia inequivocamente o estatuto de uma das cidades portuguesas mais importantes do Séc. XVIII. Por seu turno, o povoamento disperso envolvente comportava-se como um catalizador do "grau de urbanização", ao incrementar a demanda das funções oferecidas, em particular as de

²⁹¹ ADB, Cf. Peixoto, José Inácio - *Memórias Particulares* - Braga, ADB, ms 888.

²⁹² Capela, J. V. - "Braga, um Município Fidalgo - As lutas pelo controlo da câmara entre 1750 e 1834" - Braga, *Cadernos do Noroeste*, Vol II - N^o2-3 - Universid. do Minho, 1989, p303.

Sousa, Fernando, "A População Portuguesa nos inícios do Séc. XIX", Porto, 1979, polia, p. 176. ²⁹⁴ Godinho, V. M. - *Estrutura da Antiga Sociedade...* - p27.

natureza politico-institucionais.

Embora o MRB não represente integralmente a cidade, a exaustividade da sua representação, constituiu um contributo potencial para calcular a população residente da cidade, sobretudo para a inventariação dos residentes no senhorio urbano do Cabido.

Tal como as estimativas anteriores, utilizámos o mesmo método de cálculo (4 hab./Fogo). Deste modo, viveriam cerca de 10 144 habitantes no edificado do MRB. Número este, que tenderia a aumentar pelas razões de contagem anteriormente aduzidas, mas onde sem dúvida se destaca o desconhecimento relativo ao subdivisionamento interno das casas não pertencentes ao Cabido. Este valor, embora abstracto, representa por si só, e de acordo com critérios maximizadores, cerca de 60% da população calculada.

Relativamente aos fogos que ostentam o número de referência indicativo da sua dependência ao Cabido, contabilizámos uma população potencial de 6244 habitantes que, sendo foreiros ou *subenfitetas* ou ainda que relacionados por outro vínculo, constituíam no mínimo 1/3 da população que devia, directa ou indirectamente, foro ao Cabido da Sé de Braga.

Estamos perante montantes que confirmam a índole e a magnitude do senhorio urbano da corporação.

- O Quadro Urbano e as Obras Públicas

Corte do Primaz das Hespanhas, Braga não foi indiferente à mentalidade e ao movimento gerado pela *Contra-Reforma* um século antes. Bastará recordar o seu ilustre Prelado, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582), apontado como "*uma personificação do modelo de pastor fixado pelo Concílio*"²⁹⁵ de Trento (1545-63).

Fiel a Roma e ao rei, a cidade prosperou, mesmo quando os interesses destes não eram coincidentes. Assim foi absorvendo uma crescente população, composta por seculares e regulares, mas também, por uma diversidade de manufactureiros, cuja quantidade e complementaridade dos ofícios, justificadamente fomentariam uma verdadeira *indústria do culto*. A ilustrar esta progressiva especialização, proliferavam as *lojas-oficinas* ligadas à paramentaria, às sedas, às velas, à fundição de sinos, à ourivesaria, às *Belas-Artes*, à talha e demais artes decorativas. Era todo um mundo laboral, encabeçado pelas actividades ligadas ao vestuário que fornecia uma vasta clientela.

Ao longo dos Séc.s. XVII e XVIII, os *Campos* anteriormente abertos por D. Diogo de Sousa e a envolvente periférica em geral, foram sendo paulatinamente ocupados por conventos, igrejas, capelas, recolhimentos e asilos. A cidade crescia sob um movimento urbanizador espontâneo, interrompido apenas por acções isoladas e esporádicas, ritmado mais pelos ditames da Fé, do que por uma ideia urbana global, única e concertada.

²⁹⁵ Saraiva, A. J. - "Contra-reforma" - in *-Dicionário de Hist...-*. Vol. II -, pp.178. 202

Em meados do Séc.XVIII, com a investidura D. José de Bragança, é o culminar deste ciclo. Introdutor dos apetites da corte, já que era portador de "sangue real", o antístite e o seu sucessor, o sobrinho D.Gaspar, fomentaram, cada um com o seu temperamento e nas suas circunstâncias, a cosmopolitização da cidade promovendo-a à dignidade de uma pequena capital. A necessidade de exteriorizar o poder conduziu à exaltação da pompa e ao expressionismo do fausto. Era o Barroco, das épocas que mais estigmatizaram Braga, e que ainda hoje, na arquitectura e nas festividades (p.e. a Semana Santa), é possível detectar os traços do seu mais profundo enraizamento. Realizavam-se grandes festejos públicos e privados, profanos e religiosos, cerimónias, corridas de touros e toda a espécie de animação própria desses tempos exuberantes. Num certo sentido urbanológico, buscava-se o ideal da cidade-espectáculo.

Assistiu-se a um vigoroso surto arquitectónico consubstanciado magnificamente nas diversas obras civis e religiosas que enriqueceram o relicário urbano. Braga tornou-se neste período, indubitavelmente, uma vitrine do Barroco. Com este movimento intemporalizam-se arquitectos de renome. Inicialmente, André Soares (1720-1769) e mais tarde, associado já a uma fase de transição mas ainda dentro desta continuidade, o engenheiro Carlos Amarante (1748-1815). Estávamos perante o período de glória da arquitectura braguesa.

E foi no *Campo de Touros* (actual Praça do Município), antigo terreiro arquiiepiscopal, que se montou o palco onde se desenrolariam as cenas mais empolgantes desta encenação urbana.

Mandado abrir em data incerta, mas que rondaria os finais do Séc. XVI, sendo então Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1606), ligando a Rua Nova (n^o2), junto à Igreja da Misericórdia, pela Rua dos Gattos²⁹⁶ até ao *Campo* da Vinha e permitindo assim, pela primeira vez, estabelecer uma via, aproximadamente meridiana, que atravessasse (passando pelo centro - a Sé), a cidade amuralhada de lés a lés. Parece que inicialmente projectada como terreiro de feira, foi só com D. José no Séc. XVIII, que se tornou no centro cívico da cidade. O Arcebispo *escambou* com o Senado da Câmara a então existente casa dos *Expostos*, localizada na vertente nascente da dita Praça, por umas casas do lado Norte que serviam para alojamento da sua família e arrumos dos seus coches, mandando no lugar edificar, voltada para Oeste, uma nova e esplendorosa ala do Paço²⁹⁷. Atribuído o risco a André Soares, D. José não teve o rasgo, ou no mínimo *fazenda*, para se aventurar a encomendar uma grandiosa praça fechada tão ao gosto da vizinha Espanha. Deste modo, o Senado da Câmara, imbuido certamente, das mesmos pruridos, não querendo ficar para atrás, solicitou

296 Aprovação da sua abertura em 19/9/1565 -, ver Rosário, António - "Acordos e Vereações no senhorio de D. Frei Bartolomeu dos Mátiros..." Cit. por Oliveira, Eduardo P. - Estudos Bracarenses...- p67 e nota (24) p108.

297 ADB, Cf. Peixoto, José Inácio - Memórias Particulares - Braga, ADB, ms 888

imediatamente ao mesmo arquitecto, um projecto para os novos Paços do Concelho (1754) defronte do novo palácio arcebispal. Como por arrastamento, confirmando quem efectivamente protagonizava o domínio da cidade, dá-se uma translação do centro nevrálgico do poder político, que já muito decadente ainda gravitava nas imediações da Praça do *Pão* (n^o4), para agora se transferir, para a Praça rejuvenescida, até então transformada num terreiro de touradas e festejos. Abandonados os antigos Paços do Concelho defronte da Sé, esta área ficou confinada definitivamente à sua função simbólico-monumental. Além de terem sido implantadas duas das mais belas jóias do Barroco bracarense, as vertentes Norte e Sul do *Campo de Touros* foram sendo colmatadas por edifícios, alguns deles de traça *setecentista*, bem ilustrativos da importância que a Praça entretanto veio a adquirir.

Um pouco por toda a cidade e arredores²⁹⁸ foram sendo edificadas sumptuosas casas de Deus e dos homens, ilustrativas do gosto e mentalidade da época. Para a cidade é sem dúvida uma época de ouro na arquitectura, mas será que podemos considerar o mesmo no domínio da concepção geral da forma urbana?! O movimento expansivo não se circunscrever-se-ia a iniciativas isoladas, ao emergir de vontades determinadas, porém desinseridas de uma ideia urbana global para a cidade?!

Relembremos o caso do *Campo Novo*, ou também denominado Quinteiro (Praça do *Gavião* - n^o48), que já tivemos oportunidade de nos debruçar anteriormente, e que parece contradizer esta ideia. Com efeito, esta área traduz um projecto concertado que reflecte a penetração das concepções do urbanismo barroco na cidade, senão uma nova ideia face ao ordenamento do seu crescimento. Nitidamente inspirado no desenho dos conjuntos de praças com desenvolvimento radioconcêntrico, iniciou-se em 1725²⁹⁹, contando ainda com muitos *chãos* por preencher em 1750. Este complexo não obedece a um projecto unitário, parecendo mais ir de encontro a uma ideia galvanizadora da convergência de iniciativas individuais, que se regeriam num quadro de contingência pré-definido, assente num suporte viário rígido e com normas de construção uniformes. Ao contrário das praças urbanas levantadas na época, com fins inequivocamente cívicos e ostentatórios, orientadas para a retenção de transeuntes, a Praça do *Gavião* (n^o48) denota não ter conseguido, desde então, ser mais do que um local de passagem.

Sendo este um caso indiscutivelmente expressivo de acção urbanística, será ele suficientemente profundo e de vastas consequências para atribuímos a esta época o denominativo de um período de grande intervenção planeado? Não terão sido mais incisivas na vida futura da cidade,

²⁹⁸ O santuário do Bom Jesus, a capela de Santa Maria Madalena na Falperra, a nova Igreja de S. Frutuoso, obras no Mosteiro de Tibães, etc.

²⁹⁹ "*Abril de 1725. se comesou a quebrar pedra, e a fazer Cazas no Bairro da Gavieira*", Ver ADB, Manoel José da Silva Thadim, "Época dos Annaes e Memórias de Braga", ADB, ms 1054 (tomo I), p95.

e nomeadamente no que concerne à posterior repartição funcional do espaço, a fixação da população manufactureira nas áreas periféricas dos principais acessos a Braga? Vindo aí a surgir os primeiros bairros operários e as primeiras fábricas geradoras do surto industrializador do Séc. XIX. A este propósito, lembremo-nos da evolução do entroncamento de S. Victor, composto pela rua da *Régoa* (n^o43), rua do Assento e prolongamento na Rua das Cazas Novas.

Mas escutemos os cronistas bracarenses da época e vejamos as principais obras urbanísticas levadas a cabo em Braga na primeira metade de *setecentos* e durante o consulado dos Braganças.

Seria demasiado exaustivo enumerar detalhadamente cada uma das obras atribuídas aos Prelados, até porque se encontram facilmente ao dispor em pormenorizadas listagens e contas dispendidas por estes. Reteremos somente os conjuntos fundamentais que de algum modo ilustram a dinâmica urbana deste período.

No primeiro quartel do Séc. XVIII, Silva Thadim, comunica-nos os grandes fastos e acontecimentos da vigência de D. Rodrigo da Moura Telles (1704-1728). Para além da abertura do já citado *Bairro da Gavieira*, também denominado *Campo Novo*, cujo evento o autor parece querer ligar mais ao *enfiteuta* que a qualquer instituição bracarense, fizeram-se na cidade de Braga as seguintes obras de relevo:

- Delimitação do Largo do Paço com a construção da ala nascente e diversos melhoramentos e embelezamentos do dito Paço.
- Obras na Sé Catedral, de acordo com um *aggiornamiento* feito à custa de elementos românicos existentes.
- Na senda da *urbanização conventual* do Séc. XVII, a criação do recolhimento das *Convertidas*³⁰⁰ (1720-22) e o convento das Capuchas da Penha de França³⁰¹ (1721-27) no *Campo de SanfAnna* (n^o41), bem como melhoramentos, restauros e edificações em diversas igrejas.
- A edificação dos arcos dos *alpendres*³⁰² (1715) e um novo *Aljube*³⁰³ (1718) junto ao castelo.
- Finalmente diversas obras de canalização de águas e algumas calçadas.

Muitas outras obras resultaram da iniciativa do Arcebispo, embora não interferissem estruturalmente no desenvolvimento urbano da cidade.

Neste sentido J. V. Capela, no estudo que faz do Município de Braga, afirma: "*os gastos com obras são incluídos na categoria das despesas extraordinárias, querendo testemunhar com isso a falta de continuidade, de regularidade e o carácter secundário de tais encargos...*"³⁰⁴. Os Arcebispos, que habitualmente assumem a iniciativa e orientação dos grandes eventos urbanísticos, em Braga, parecem agir, na maior parte das vezes, mais em

³⁰⁰ Id., p92-93.

³⁰¹ Id., p93 e 97.

³⁰² Id., p88.

³⁰³ Id., p89.

³⁰⁴ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750...^H", plôl.

função de uma motivação individual em deixar vestígios duradouros da sua passagem, do que propriamente pretender intervir na cidade.

O período de vacância que se segue à morte do referido Prelado (1728-1741), é parco em obras públicas, em especial as que extravazassem a ostentação do Cabido e os espaços que estivessem directamente ligados à sua influência. A Sé Catedral é dotada de duas das mais magníficas maravilhas da talha barroca - o cadeiral do coro e o órgão.

Com o Consulado dos Braganças dá-se um aumento acentuado das obras públicas. Inácio José Peixoto, nas suas memórias particulares refere as obras destes Prelados. Uma vez mais estamos perante um conjunto de intervenções, que embora reflectam uma maior preocupação pelo ordenamento geral da cidade, estão longe da amplitude e visão encetadas dois séculos antes por D. Diogo de Sousa.

D. José, para além das iniciativas já referidas no *Campo de Touros*, seguiu as pisadas do seu antecessor, ao privilegiar uma vez mais, as obras do Paço, a edificação e restauro dos conventos e casas de culto. Promoveu a construção de mirantes dos conventos, muros, a redificação de capelas, etc. Todavia, teve de intervir directamente na expansão da rua Nova de St[§] Margarida, cujas construções ameaçavam desarticular-se com a estrutura viária estabelecida para os novos espaços, fixando, à imagem do *Campo Novo*, uma largura de 40 palmos³⁰⁵. Mas foi talvez no âmbito do abastecimento público de águas à cidade que este Prelado mais e melhor contribuiu para o desenvolvimento urbano. "*Abasteceu a cidade de água boa e pura, que mandou explorar no lugar das Sete Fontes*"³⁰⁶. Na cidade canalizou a água para o Aljube e o castelo, bem como criou as fontes de Infias e dos Penedos. Por sua iniciativa, encetaram-se as obras do Hospital de S. Marcos e lançou-se imposto sob os carros da sardinha para conserto da calçada de Prado, sendo esta, segundo consta, mal sucedida.

Com D. Gaspar, a cidade assistiria a uma tentativa clara de intervenção urbana. Pela primeira vez deparamo-nos com um plano geral de obras da iniciativa da Câmara e liderado pelo Juiz de Fora, Bernardo António Soares³⁰⁷. Na sequência do movimento de renovação de Lisboa após o Terramoto de 1755 e pela influência da acção exercida pelos Almadás no Porto, em Braga, o plano de 1769 vai provavelmente aí buscar o exemplo e fundamentar a sua pertinência. O requerente dirige-se ao Arcebispo, demonstrando-lhe a necessidade imperiosa dos governantes atenderem à vigilância e cumprimento das regulamentações urbanas estabelecidas, de forma a que as cidades possam apresentar "*galhardia e Formuzura*" como é próprio das nações civilizadas. E adverte, que "os maiores" quando esquecidos: "*da indispeçavel vigilancia e perciza circunspeccão que devião ter sobre a*

³⁰⁵ Id., p322.

³⁰⁶ Ferreira José Augusto, -*Fastos Episcopais...*-. Tomo I, p313.

³⁰⁷ Capela, J. V. - "O Município de Braga del750...", p. 152.

regularidade dos edificios, não obstarão a que os particulares pouco cultos e bem nutridos na sua barbaridade edeficassem habitações sem as necessárias regras de architettura, formassem ruas torpes e informes, sem ordem na cuituação e pozitura, e assim amontoando cazas e cazas, afearão com huas a simitria das outras, deturbando deste modo a beleza e o aspecto das cidades", mais adianta que mesmo "sendo o seu plano tam formozo pelo belo terreno e acento que occupa, não he bem se ache por causa de alguns irregulares edeficios e imperfeitas obras tam feas e deformes"³⁰⁸.

Com estes argumentos, o empenhado Juiz solicita ao Arcebispo a necessidade de publicar éditos que proclamassem a obrigatoriedade de obter uma licença de construção passada pelo Senado da Câmara. Esta deveria avaliar se o edificio era prejudicial ao *publico aspecto ordenando também se abulissesem os que cauzavão diformidade*.

Seguidamente à invocação lúcida e esclarecida das razões apresentadas, segue-se um plano de obras bastante modesto em relação às preocupações expostas. Basicamente sugere-se a mudança de *duas caixas de água* - respectivamente, ao meio da rua dos *Chãos de Cima* (n^o53) e *Campo da Vinha*, junto à Senhora do Amparo — por destoarem o local e impedir a circulação, bem como, a demolição de *três alpendres* — situados *Campo de Sant'Anna* (n^o41), no princípio da rua dos *Biscaínhos* (n^o59) e *Rua Nova* (n^o2) junto à porta — também por motivos estéticos, mas sobretudo por propiciarem a marginalidade nocturna. Este, bem como outro requerimento semelhante, foram deferidos pelo Prelado. Sucintamente, a segunda petição pedia a remoção de *Quatro cruzeiros* e a demolição de *duas capelas* situadas no meio dos *Campos da Vinha* e *Sant'Anna* (n^o41). Por aqui se pode concluir da modéstia e do carácter passivo das intervenções encetadas.

Mas consideremos as obras públicas tuteladas por D. Gaspar:

- Dois conventos (St^s Teresa e Urselinas) e um recolhimento (Caridade)
- Uma vez mais, como é da Praxe de qualquer arquiépiscopado, os *melhoramentos* na Sé Catedral
- Edificação de dois locais de culto e demolição de três (entre as quais a igreja românica de Maximinos)
- Criação de uma Alfândega na Rua *Fonte da Cárcova* (n^o44A), trabalhos no Hospital de S. Marcos e abjudicação do último quarto da casa do Senado da Câmara.
- Construção da Porta Nova e arranjo das calçadas do *Campo da Vinha* e fronteira à *rua da Cónega* (n^o58). Nivelamento da Praça do *Gavião* (n^o48), sendo projectadas ainda, as calçadas das sete principais entradas da cidade³⁰⁹.
- Abertura de Três Fontes: *Campo das Hortas*, Praça do *Gavião* (n^o48) e S. Sebastião. Arranjo dos aquedutos do Monte de Passos e campo dos Pinheiros.

Enfim, por tudo isto nos questionamos se Braga será, no sentido formal

³⁰⁸ Id., p. 153-154.

³⁰⁹ "Cruz de Pedra, Pellames, Rua das Aguas, S, Victor, Infias, Nova do Bico e Cónega", id., p. 326.

dos conceitos de urbanismo, um verdadeiro exemplo de cidade Barroca? Pela forma como foi organizada e projectado o seu crescimento, nomeadamente através do exemplo do *Campo Novo*? Pelas obras públicas que um elenco de Arcebispos célebres assinaram - um novo sistema de abastecimento de águas à cidade, uma rede envolvente de conventos e recolhimentos que foi enlaçando a cidade desde o Séc. XVII? Pela acção de desobstrução das ruas e pelo programa de remoções e demolições de cruzeiros, caixas de água, cobertos e capelas?

Terão, no seu conjunto, estas iniciativas atingido a magnitude para designarmos Braga como um exemplo do urbanismo Barroco?

Se recordarmos a cidade criada por D. Diogo de Sousa, diremos sem veleidades que, na Braga do Séc. XVIII, a primazia do urbanismo cedeu lugar à supremacia da arquitectura.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Leonídio de — Braga: Coisas de Outros Tempos. Braga. Soares dos Reis Ed., 1983, 24 Actas, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Braga, III Vol. (4 tomos), Univ. Catól./Fac. Teol./Cabido Primac, 1990, ALEGRIA, Maria Fernanda e Garcia, João Carlos — "Etapas da Evolução da Cartografia Portuguesa (Séculos XV a XIX)", in La Cartografia de la Península Ibérica e la sua Extensió ai Continent America, Barcelona, Institut Cartogràfic di Catalunya, 1991, 227-279 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura e Obras Públicas -, Porto, Vol. I, Câmara Munic. do Porto, 1988, 316 ARAÚJO, António de Sousa - "Braga no Século XVIII, Para o Estudo do Mapa das Ruas, Itinerarium" - Rev. Quadrim. de Cultura, Braga, ano 37-91-nº140, Franciscanos de Portugal, 1991,249-317 BELLINO, Albano - Archeologia Christã. Descrição Histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães -, Empreza da História de Portugal, Lisboa, Soe. Editora - Livraria Moderna, 1900, 290 BENEVOLO, Leonardo - Historia de la Arquitectura dei Renacimiento (2 Vol.). La Arquitectura Clásica (Del Siglo XV ai Siglo XVIII) -. Barcelona, 4º Ed. r/ Italiana, Gustavo Gilli, 1981,1368 BERNARDINO, Teresa - Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810) -, Temas Portugueses, Lisboa, INCM, 1986, 238 BOYER, Ferdinand -"Un lotissement a Paris au XVIIIe Siècle.", De L'Hotel de Chuseul a la Comédie Italienne"-, La Vie Urbaine, Paris, n-4-Oct/Dec, Tlnstitut d'Urbanisme de TUniversité de Paris, 1962, 241-260 CALLAHAN, William J. - Iglesia.Poder y Sociedad en Espana. 1750-1874 -, Madrid, Nerea, 1989,314 CALVO ALONSO, Carlos -"El Catastro de Ensenada. Proyecto de única contribución en la Corona de Castilla in El Catastro en Espana - 1714-1906"- (2º Vol.), Centro de Gestion Cadastral Y Cooperacion tributária - Ministério de Economia y Hacienda, 1988, 89-111 CAPELLA, José V. -"Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos, Dizimas e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo Regime"-, Actas, IX Cent. da Dedic. da Sé de Braga, Braga, Vol. II/2, Univ Cat. Port.,Fac. Teo. Brag., Cab.M.P.Brag., 1990,421-488 -"Os Votos de Santiago no Arcebispado de Braga, Para o Estudo das Rendas Eclesiásticas Durante o Antigo Regime", O Distrito de Braga, Braga, VolIV-2º Série-VIII, Governo Civil de Braga, 1979,123 -"O Município de Braga de 1750 a 1834, O Governo e a Administração Económica e Financeira"-, Bracara Augusta, Braga, Vol.XLI-Nºs91/92-Ano 1988/89, Câmara Municipal de Braga, 1991,390. CASTELO BRANCO, Fernando -"Guimarães nos meados do Séc. XVIII"-, Sep. Actas-Congre. História de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 3,1981, 247-256 CHANTAL, Suzanne - A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto. Vida Quotidiana -, Lisboa, Liv. do Brasil, 296 CHUECA GOITIA, Fernando -"La Época de los Borbones"-, in Resumen Histórico dei Urbanismo, Madrid, Inst. de Estudios de Administ. Local, 1987, 213-248 COLÓQUIO...- "L'Evolution de L'Urbanisme au XVIIIe. Siècle"-, Colóquio Artes, Lisboa, 8, 2- Série/14ºAno, Fund. Calouste Gulbenkian, 1972, 46 COMES, Vicente -"Las Ciudades Servicio: sucursales de la necesidad, Las Obras Publicas en Siglo XVIII"-, Revista MOPU, Madrid, nº356, Jul/Ago, MOPU, 1988, CORTESÃO, Jaime-Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - 1750.- Obras Completas, Lisboa, Liv. Horizonte, 1985, COSTA, P. Avelino de Jesus da- "D. Diogo de Sousa - Novo Fundador de Braga e grande Mecenaz da Cultura", Braga, Sep. do liv. "Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos da Dedicção da Catedral", Braga 4-5 Maio de 1990 (ppl5-118), Academia Portuguesa de História, 1993 COSTA, Luís Braga - Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico -, Braga, Câmara Munic. de Braga, 1985, 45 COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida - Origem da Enfiteuse no Direito Português -, Coimbra, Coimbra Editora, 1957, DAVEAU, Suzanne -"História e Geografia"-, Ler História, Lisboa, 21 - 1991, Edições Salamandra, 1991,162-169 -"Algumas Leituras para uma Exposição"-, Expo.-A Pintura no Mundo-Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII, Catálogo da Expo. d mesmo título, Porto,

- Bibliot. Public. Municip. do Porto, 1992, 111-20 DIDEROT et D'ALEMBERT, L'Encyclopédie - "Architecture, Recueil de Planches, sur les Sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication"-, Inter-livres, Paris, Lescaret, 1986, FEIO, Alberto - Coisas Memoráveis de Braga, e outros textos -, Braga, Univ. do Minho / Bibliot.
- Public. de Braga, 1984, 154 FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa - Nobiliário de Famílias de Portuga -1, Braga,
- Tomo XIII, Ed. Carvalhos de Basto, 1989, FERNÁNDEZ, Ramón Gran - "Las Transformaciones Urbanas de Barcelona en los Origenes de la Era Industrial, Ultimo Tercio dei Siglo XVII"-, Estudios Geográficos, Madrid, XXI, II 8, FEB., CSIC, Inst. Elcano, 1970, 149-159 FERREIRA, J. Augusto - Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX) -4
- Tom, Braga, Mitra Bracarense, 1928/35, 2241 FERREIRA, M^a da Conceição Falcão - "Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)" -
- 1 - parte, Revista de Guimarães, Guimarães, Vol. XCVI, Jan/Dez, Sociedade Martins Sarmento, 1986, 81-150
- FIGUEROLA, Luis Carlos Garcia - La Economía Del Cabildo Salamantino dei Siglo XVII -, Biblioteca de Castilla y Leon-Serie Historia 9, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1989, 139 FRANÇA, José Augusto- Lisboa Pombalina e o Iluminismo -, Lisboa, 2^a ed. rev e act., Bertrand,
- 1977, 388 GARCIA, João Carlos - "As cidades na Obra de Orlando Ribeiro"-, Penélope, Ed. Cosmos,
- Lisboa, n^o 7, Fazer e Desfazer História, 1992, 107-114 GASPAR, Jorge e Ferrão, João - "As cidades portuguesas e a Geografia Urbana na Universidade de Lisboa, Estudo para o Planeamento Regional e Urbano"-, Lisboa, 14, CEG, Universidade de Lisboa, INIC, 1980, 15 a 37 GIRÃO, Amorim - Visu. Estudo de uma Aglomeração Urbana -, Coimbra, Coimbra Ed., 1925,
- 104 GODINHO, Vitorino Magalhães - A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa -, Temas Portugueses, Lisboa, 2^a, Arcádia, 1975, 318 HESPANHA, A. M. - As Vésperas do Leviathan - 2 Vol.. Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII - - Vol. I, Policopiado, 1986, 802
- História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna -, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, 569
- KISH, George, - "Cartes, Globes et Arts Décoratifs. Une vue des Géographes"-, Acta Geographica, 3^a série-N^o 66/86, 1986, 65-81 LAVEDAN, Pierre; Huguency, Jeanne; Henrat, Philippe - L'Urbanisme a L'Epoque moderne - XVIe - XVIIIe Siècles -, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982 LE ROY LADURIE, Emmanuel - "Baroque et Lumières"-, in Histoire de la France Urbaine, Paris, Vol. III, Ed. du Seuil, 1981, 287-535 LÓPEZ DE LÚCIO, Ramón - "De la ciudad fragmentada y compacta a la disgregación espacial articulada"-, in Urbanismo e Historia Urbana en Espana, Madrid, Univers. Complutense de Madrid, 1979, 25-35 MACEDO, Ana Maria da Costa - Família, sociedade e estratégias de Poder (1750-1830) - A família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade - Braga, Universidade do Minho, polia, 1992, 348 MACEDO, José Borges de - Problemas de história da Indústria portuguesa no Séc. XVIII -, col. conhecer Portugal ri-1, Lisboa, 2- ed., Quercó, 1982, 394 MADUREIRA, Nuno Luís - Cidade: Espaço e Quotidiano - Lisboa (1740-1830), Col. Cidade de Lisboa, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, 318 MARQUES, A. H. de Oliveira - História de Portugal. I e II Vol.. Desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano -, Lisboa, 3-, Agora, 1972, 667 MARQUES, José - A Arquidiocese de Braga no Século XV -, Temas Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, 1278
- Braga Medieval -, Ensaios-I, Braga, Liv. Cruz, 1983, 250
- MARTINEZ, Manuel Costa - La Ciudad de Cordoba en el siglo XVIII. Analisis de la estructura dei poder municipal v su interdependência con la problemática socio-economica -, Cordoba, Ed. Por la Obra Cultural de Caja Provincial de Ahorros de Cordoba, 1985, 179
- MARTINS, M. e DELGADO, M. - História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, Braga, in Cadernos de Arqueologia, Série II, Vol. 6/7, 1989/90, p. 11-39
- MERINO, Maria dei Mar - "El Urbanismo - La ciudad de las Luces"-, in Las Obras Publicas en el Siglo XVIII, Revista MOPU, Madrid, n^o 356, Jul. Ago., MOPU, 1988, 172-197

- MERINO, Maria dei Mar - "La Vivienda Urbana Arriba y Abajo, in las obras Publicas en Siglo XVIIU"-, Revista MOPU, Madrid, nº356, Jul. Ago., MOPU, 1988,198-204 MOUSNIER, Roland e Labrousse, Ernest - Le XVIIIe Siècle. L'époque des "Lumières"-(1715-1815) -, Paris, 6^s, Presses Universitaires de France, 1985,
- MUNFORD, Lewis - La Cite a Travers T Histoire -, Paris, Ed. du Seuil, 1964, 783 NÓBREGA, Vaz-Osório da - Pedras de armas e armas tumulares do Distrito de Braga. Cidade e Concelho de Braga -, Braga, IIVol.,3 tomos, Junta/Assembleia Distrital de Braga, 1970/80,
- OLIVEIRA, Aurélio de - "Mercados do Norte do Douro, Algumas consid. sobre História dos Mercados Regionais, Séc.s XVII-XVIII"-, Sep. da Revista da FLUP-História, História, Porto, 2^ª Série, 2, FLUP, 1985, OLIVEIRA, Eduardo Pires de - Estudos Bracarenses. 1- As alterações toponímicas (1380 - 1980 }-, Braga, ASPA - Ass. Def. Estud. e Divul. Patrim. Cult., 1982, 126 OLIVEIRA, Eduardo P.; MOURA, Eduardo S.; MESQUITA, João - Braga - Evolução da Estrutura Urbana, Estudos Bracarenses-3, Braga, Câmara Municip. de Braga, 1982, 64
- OLIVEIRA, J.M. Pereira - O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento -, Coimbra, Instituto de Alta Cultura - C.E.G., 1973, 475 PINHEIRO, Luis - Alminhas. Nichos e Cruzeiros de Portugal - - Minho, Braga, Fase. I, Lit. do Minho, 1957, 40 RAMOS, Luis A. de Oliveira - "Situação do Cabido Bracarense no Regime Liberal"-, Braga, Actas-Congres.I-IX Cent. Dedic. Sé de Braga, 1990, 527-541
- REBELO, Arminda dos Reis - Evolução Demográfica e Urbana de Braga -, Coimbra, 1961, 50
- RIBEIRO, Orlando, - Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico -, Col. Nova Universidade, Lisboa, 5- ed., Liv. Sá da Costa, 1987,189 RODRIGUES, Ana Maria - "Os Prazos do Cabido de Braga nos Séculos XIV e XV"-, Actas-Congr. Inter.IX Cent. Ded. Sé de Braga, Braga, Vol.II/I-A catedral...(séc.XII-XIX), Univ Cat. Port.,Fac. Teo. Brag., Cab.M.P.Brag., 1990,463-483 SALGUEIRO, Teresa Barata - A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana -, Col. A cidade em Questão/ 8, Porto, Ed. Afrontamento, 1992, 439 SANTOS, Cândido - "A População do Porto de 1700 a 1820, Contribuição para o Estudo da Demografia Urbana"-, Revista de História, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1978,281-349 SEGURA I MAS, Antoni - "El Catastro en Europa in El Catastro en Espana - 1714-1906"- (2-Vol.), Centro de Gestion Cadastral Y Cooperacion tributária - Ministério de Economia y Hacienda, 1988,175-193 SERRÃO, Joaquim Veríssimo - História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750) -, Lisboa, 2^a Ed. rev., Vol. V, Ed. Verbo, 1982, 494 SERRÃO, Joel - Diccionario de História de Portugal - 6 Volumes, Iniciativas Editoriais, Porto, Liv. Figueirinhas, 1979, SIDERI, Sandro - Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas -, Coordenadas, Lisboa, Cosmos, 1970, 359 SILBERT, Albert - Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista -, Lisboa, 2-, Liv. Horizonte, 1977, SMITH, Robert C. - "A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)"-, Bracara Augusta, Sep., Braga, Vol.XXII, Câmara Municipal de Braga, 1968,
- SOUSA, Fernando - A População Portuguesa nos Inícios do Séc. XIX -, Porto, Polic, 1979, 176
- TATJER MIR, Mercê - "La Contribución Territorial Urbana (1716 - 1906) in El Catastro en Espana - 1714-1906"- (2^a Vol.), Centro de Gestion Cadastral Y Cooperacion tributária - Ministério de Economia y Hacienda, 1988, 135-173 VASCONCELOS, Maria da Assunção - "O Mapa das Ruas de Braga de 1750, Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no Séc. XVIII"-, Fórum, Braga, n-4 - Out., Universidade do Minho, 1988, 91 -101 VAZ, A. Luis - O Cabido de Braga -1071 a 1971. Factos Notáveis do País Ligados à sua História -, Braga, Edit. José Dias de Castro, 1971, 300 VAZQUEZ MAURE, Francisco e Martin Lopez, José - Lectura de Mapas -, Madrid, I.G.N.- Ministerio Obras Publicas y Urbanismo, 1986, 382 WÖLFFLIN, H. - Renacimiento v Barroco -, Barcelona, Ed. Paidós Estética / 8, 1986,163

FONTES
Manuscritas

- ADB, *Diário Bracarense das épocas, fastos, e annaes mais memoráveis(...) desde o princípio do século XVI até o meyo do século XVIII, 1764*, Manoel Joze da Silva Thadim, ADB-ms. 1054, Manuscrito.
- ADB, *índices dos Prazos das Casas* (4 Volumes), 1749, ADB, Manuscrito. (Cartório do Cabido)
- ADB, *Inquirição de Genere* do Padre Ricardo Rocha, 1718/19, ADB-Pasta nº213, Proc^d4527, Manuscrito. ADB, *Mappa das Ruas de Braga*, Ricardo Rocha, 1750, ADB, Manuscrito (Cartório do Cabido).
- ADB, *Memórias Particulares...*, Inácio José Peixoto, 1790/1808, ADB-Ms.888, Manuscrito.
- ADB, *Relatório do Estado da Igreja Bracarense.*, Enviado a Santa Sé por D. José de Bragança em 1749, D. José de Bragança, 1749, ADB-Coll. Chrono., Manuscrito. AMB, *Livro dos Fogos e Moradores*, org. para instalação da Companhia de Ordenanças, 1764, Manuscrito.
- AMB, *Livro dos Termos e Acórdãos* (assento de 8 Junho de 1791), 1791/1793, AMB, Manuscrito.
- AMB, Senado da Câmara de Braga, *Tombo dos Prazos pertencentes ao Senado da Câmara...*, 1771, AMB, Manuscrito Arq. Nac. Torre do Tombo, *Dicionário Geographico de Portugal*, Luis Cardoso (Padre da C. do Oratório), 1758, Torre do Tombo-Lisboa, Manuscrito. BNL, *História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracarense da Época do Século XVIII*, Anónimo, BNL-Códice nº682, Manuscrito. BPB, *Braga Triunfante a Rei Eleição, e sempre Gloriosa Posse, que o Augustíssimo Príncipe, e Sereníssimo Senhor D. Joseph Pessoalmente Tomou do Arcebispo Primaz das Hespanhas em dia 23 de Julho do Presente Anno de 1741...*, Manoel Joseph Corrêa Alvarenga, 1742, BPB, Manuscrito.

Impressas

- Forma e Verdadeiro Traslado dos Privilégios Concedidos aos Cidadões. & Moradores da Cidade de Braga-1635.1878
- Mapa das Ruas de Braga - Vols. I e II, Braga, ADB/UM/IBM-Portg. 1989/91, Memórias de Braga - de Bernardino José de Senna Freitas -, Braga, Vol. I, 1890, BPB/UM

CARTOGRAFIA/ICONOGRAFIA

- BRAUN, Georg (atribuído), *nova BRACARAE AUGUSTE defcriptio*. ICONOGRAFIA, 1594, Impresso (cop.). CRUZ, Joaquim Pereira da (eng.), Planta da Cidade de Braga. Arq.Obr. da CMB - Cota desconhecida, 1/2 000, 1868, Manuscrito.
- FAP, Braga-Fotografia Aérea-VBA. FAP 119 - 28 JUL88 6 in 2500f, 1988, Fotografia. GARCEZ, Belchior José e Maciel; Miguel Baptista, Planta da Cidade de Braga. IIGC-29-Cartas Antigas da Mapoteca, 6.4.3.-385,1/4 000,18 - -, Impresso. GOMES, João Baptista Vieira (Dr. Chasco), Imagens de Braga Antiga (32 desenhos), BPB, ICONOGRAFIA, 1834?, Manuscrito.
- GOULARD, Francisco, Planta de Braga-30 folhas, AOCMB, 1:500, 1883/84, Manuscrito. GSR/CMB, Planta de Braga. 1:5000. Heliocópia INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL, Carta Corográfica de Portugal. Braga - folha(5D), -Lisboa, 1:50000,1989, Impresso.
- ISSSP/GAIH, Estudo do Centro Histórico de Braga. GSR/CMB, 1:1000, 1982, Impresso.
- PEREIRA CALDAS, *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cvnta do Norte.*, Planta. BPB, 1:1648,3,1857, Impresso. SERVIÇOS CARTOGRAFICOS DO EXÉRCITO, Carta Militar de Potugal. Braga - folhas (70 e 56), -Lisboa, 1:25000,1948, Impresso. SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL - D. G. Minas e Serv. Geo., Carta Geológica de Portugal. Braga - folha (5D), -Lisboa, 1:50000,1973, Impresso. VTVIAN, G., Braga - *Fountain of Towers* (Largo do Paço), London, Iconografia, 1839, Impresso

Anexo nº 1

Números do Mappa das Ruas de Braga - 1750 — Intramuros

Rua	Rua Nº	W Fogos	Nº Casas	1Piso	2Pisos	3Pisos	4Pisos	Lot/Esc.	Fog/ Cabid	Cas/ Cabid	medo/var.
Camno	1	11	11	0	4	7	^	11	^	0	9
		14	14	0	2	10	2	15	3	3	13
Nova	2	29	26	0	3	23	2	28	2	0	28
		30	28	1	2	16	10	29	13	12	28
Acougues velhos	3	5	3	1	1	3	5	3	1	1	3
		8	7	0	0	6	0	7	8	7	6
P do Pão	4	6	4	0	1	8	0	5	5	3	5
		11	9	0	0	4	1	9	11	9	9
Oúdas	5	20	15	0	6	10	0	20	15	12	18
Souto	6	39	38	0	7	29	4	43	16	16	39
		59	57	^	2	52	3	57	35	32	56
Castelo e Loura	7	11	9	1	3	5	2	11	3	3	11
Janes	8	18	19	1	7	12	0	22	7	7	19
		21	17	^	9	10	0	20	14	12	18
S. João	9	11	9	0	8	4	0	11	8	7	9
		10	9	0	7	4	0	10	4	3	10
T. S. João/Forno	10	12	9	1	6	3	0	11	6	5	11
		13	10	1	5	5	0	14	7	5	10
Forno	11	14	10	1	7	5	0	12	12	8	12
		14	11	0	8	4	0	12	10	8	12
T. Forno/Poco	12	8	7	0	5	3	0	8	4	3	8
		9	8	0	7	1	0	9	6	5	8
Pequena	13	4	3	0	3	3	0	6	3	2	6
		6	4	0	4	2	1	6	6	4	6
ne.	14	19	15	0	11	6	1	18	17	13	18
		16	13	0	6	8	0	14	14	11	14
T. Poco/D. Gualdim	15	3	2	0	1	2	0	3	3	2	3
		6	3	0	3	1	0	4	6	3	4
D. Gualdim	16	23	20	0	6	16	0	25	10	7	22
		25	24	0	4	20	^	25	15	14	23
T. Gualdim/Couto	17	7	6	2	3	4	0	8	2	1	8
		7	7	0	2	6	0	8	3	3	8
Chagas	18	14	11	0	10	3	0	13	8	6	13
		16	13	0	6	9	0	16	4	3	15
S.º António	19	11	7	0	5	4	0	10	8	4	9
		16	14	0	3	12	0	15	12	10	15
ST. António/Post.	20	6	5	0	1	5	0	6	2	1	6
		14	13	1	10	2	1	15	9	8	14
Verde	21	23	22	0	21	4	0	28	3	3	28
		36	33	2	28	3	0	36	15	12	35
Maximinos	22	21	20	0	0	20	0	20	15	14	19
		20	16	0	1	15	1	17	17	13	17
Canateiros	23	16	14	0	0	16	0	16	10	9	16
		25	21	0	4	21	0	25	9	9	25
Vielinha	24	11	8	2	4	4	0	15	6	6	10
		7	6	0	1	5	1	8	0	0	8
Total Intra		725	630	14	237	415	34	724	387	319	684
		28,50%	26,40%	2,00%	33,85%	59,28%	4,85%	26,50%	24,70%	22%	26,20%

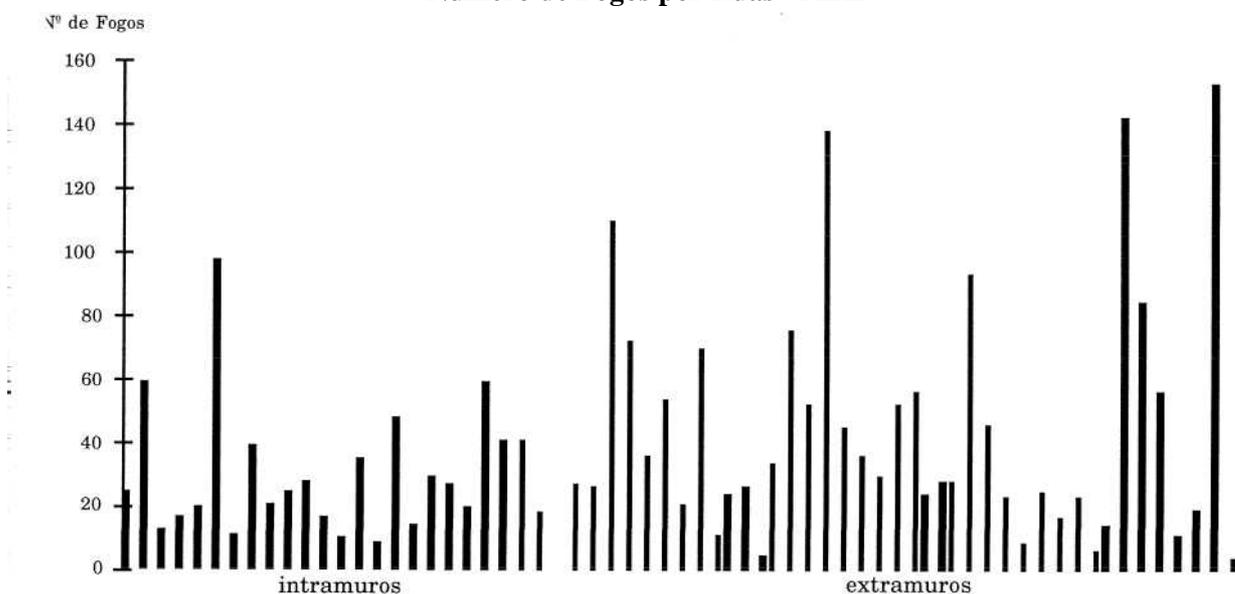
Números do Mappa Ruas de Braga - 1750 — Extramuros

Rua	Rua Nº	Nº Fogos	Nº Casas	1Piso	2Pisos	3Pisos	4Pisos	Lot/Esc.	Fog/ Cabid	Cas/ Cabid	medo/var.
Camp. S. Sebastião	25	19	19	10	7	4	0	21	11	11	12
		8	7	0	2	4	1	8	5	5	8
Miguel o Anjo	26	15	14	0	7	8	0	16	8	7	16
		11	11	0	12	1	0	13	1	1	13
Cruz de Pedra	27	52	52	2	37	15	0	54	38	38	54
		58	54	0	44	8	0	55	24	20	54
Direita	28	47	47	5	37	0	0	45	0	0	43
		30	29	0	27	2	0	30	0	0	30
Beco	29	21	21	10	11	0	0	22	0	0	22
		15	15	12	3	0	0	19	0	0	18
Quin S. Sebastião	30	27	26	22	6	0	0	33	20	19	33
		27	27	12	14	0	0	34	0	0	29
Alcaide	31	21	19	0	18	2	0	21	21	18	21
Pellames	32	37	35	6	26	3	0	39	10	9	39
		33	30	8	19	5	0	36	10	7	34
Camp. S. Tiago	33	11	10	0	7	4	0	11	11	10	11
Anjo		24	19	0	12	7	0	21	20	16	18
Quin. Cruzes	34	17	17	8	7	2	0	19	3	3	19
		9	9	0	8	1	0	11	8	8	11
S. Marcos	35	5	3	0	3	1	0	5	4	2	3
Graneirinhos		34	32	5	24	2	0	37	10	9	33
Aboas	36	36	36	8	15	12	1	36	0	0	36
		39	39	0	22	15	2	40	36	36	39
S. Lázaro	37	22	19	1	18	0	0	21	23	20	21
		30	20	1	23	4	0	30	30	20	30
R. Pont. Guimara	38	62	60	6	52	2	0	63	50	48	63
		76	75	8	64	3	0	80	40	40	78
Ponte Guima	39	27	24	14	10	0	0	28	27	24	25
		18	15	7	8	1	0	16	18	15	16
Pavmanta	40	18	17	16	1	0	0	23	16	15	22
		18	17	13	4	0	0	22	17	16	20
Camp. SanfAnna	41	9	9	0	8	1	0	9	5	5	8
		21	21	0	8	14	0	23	2	2	23

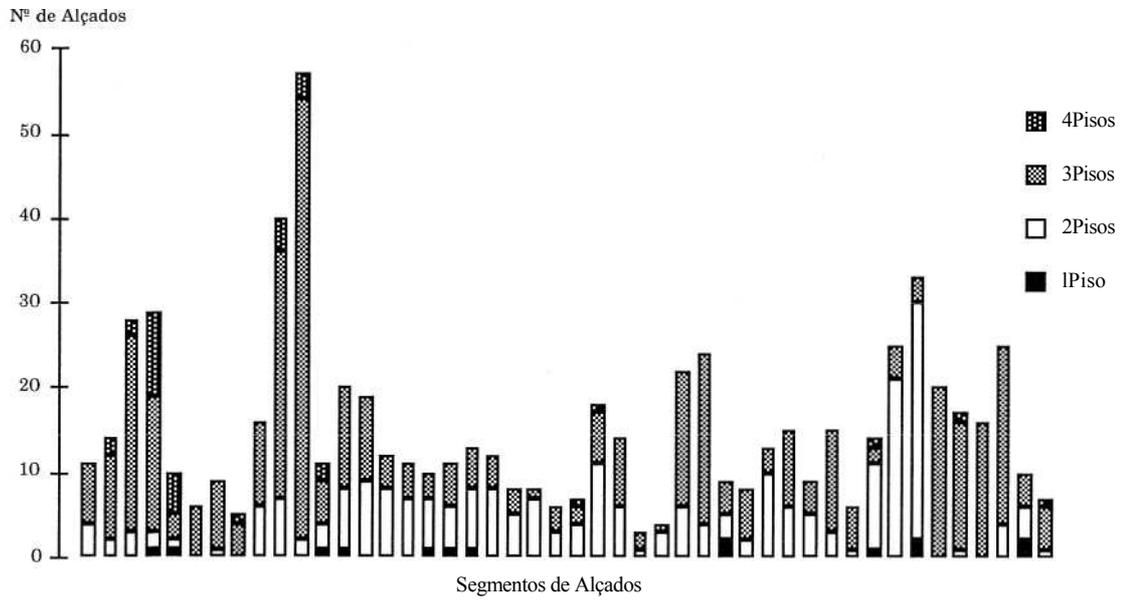
Anexo n^o 1 (cont.) Números do *Mappa das Ruas de Braga - 1750* — Extramuros

	RuaN>	Nº Fogos	Nº Casas	1Piso	2Pisos	3Pisos	4Pisos	Lot/Espc.	Fog/ Cabid	Cas/ Cabid	mede/var.
N ^o S. Branca	42	25	25	2	22	1	0	27	25	25	27
		27	27	2	17	8	0	28	15	15	28
Branca /Récoa	43	56	56	1	49	6	0	57	22	22	56
Nova da Seara		24	24	18	6	0	0	25	24	24	24
Carcova	44	28	27	2	9	18	0	28	10	10	27
Carvalho		28	28	7	17	4	0	29	18	18	28
Chãos de Baixo	45	47	45	0	25	19	2	47	30	29	47
		46	44	0	27	19	0	46	24	22	45
S ^o André	46	25	25	6	19	0	0	27	25	25	24
		21	21	0	21	0	0	25	21	21	25
S. Barnabé	47	14	13	12	1	0	0	28	13	12	27
		9	8	8	0	0	0	13	9	8	12
P. Gavião	48	9	9	2	7	0	0	36	9	9	36
S. Gonçalo	49	15	15	10	3	2	0	17	14	14	16
		10	9	0	8	1	0	12	10	9	11
W S ^o Guadalupe	50	15	15	14	2	0	0	18	15	15	18
		2	2	0	2	0	0	18	2	2	18
Oliveira	51	14	14	11	3	0	0	19	14	14	19
		9	8	2	6	0	0	16	9	8	16
Prent ^o Guadal	52	6	4	0	6	0	0	10	6	4	10
Rep. Marçariid		14	14	12	2	0	0	17	10	10	13
Chãos de Sima	53	69	69	4	59	6	0	69	61	61	69
		73	71	7	57	9	0	75	59	58	69
Palhotas	54	43	43	24	17	2	0	45	22	22	44
		41	41	28	13	0	0	43	17	17	42
Infias	55	56	56	38	18	0	0	59	33	33	58
Escura	56	6	5	5	0	0	0	9	6	5	7
		5	4	1	3	0	0	14	5	4	10
Estr. Real	57	3	3	2	1	0	0	4	3	3	4
		16	16	15	1	0	0	17	16	16	17
Cónegas	58	93	93	29	61	3	1	99	93	93	94
		59	58	23	31	5	0	68	58	58	66
Biscainhos	59	4	3	0	1	3	0	6	2	1	5
Quin Azeas	60	7	7	6	0	3	0	9	6	6	9
TotalExtra		1811	1754	465	1078	231	7	2001	1174	1126	1923
		71.40%	73.50%	26.01%	60.52%	12.97%	0.39%	73.40%	75.20%	77.90%	73.70%
Total Abs.		2536	2384	479	1315	646	41	2725	1561	1445	2607

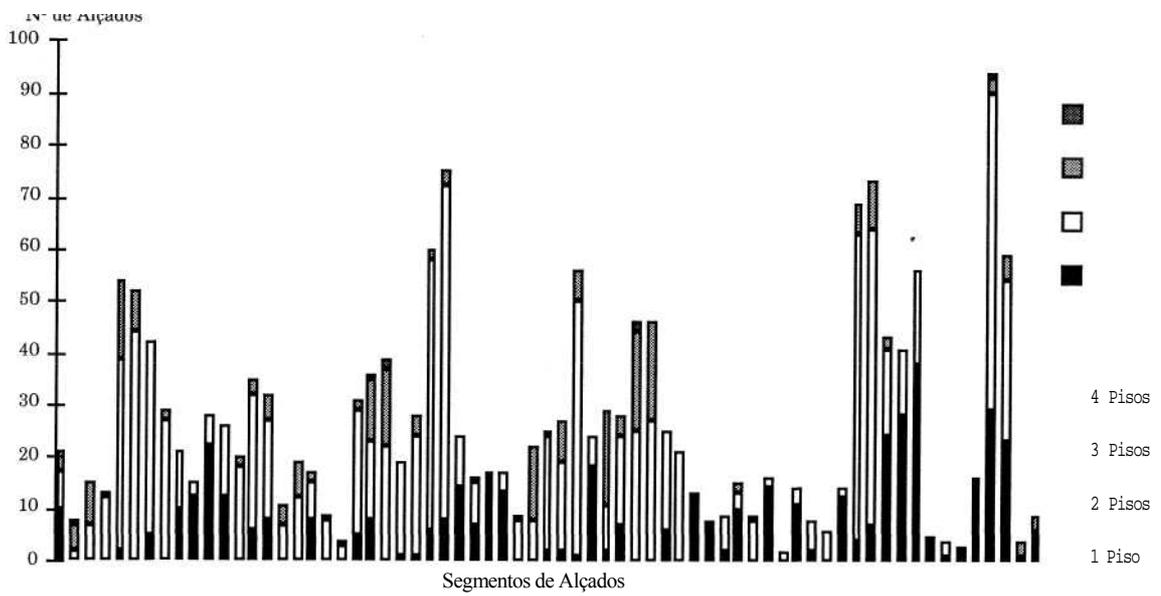
Anexo n- 2 Número de Fogos por Ruas - MRB



Anexo n- 3 a) Pisos por Segmentos de Alçados - Intramuros



Anexo n² 3 b) Pisos por Segmentos de Alçados - Extramuros



Anexo nº 4

Estatística referente à enfiteuse urbana do Cabido
na Iª Metade do Séc. XVIII

Rua	Pravz Rua	Profissões/Pos.Social	N.º Foro	I	II	III	Clér.	Ilust.	Tot. Renda/ reis	Gali.	Cap.	Div.	Enfit.	Sub enfit.
Cammo	3	Padre	1				1		1040	6			3	
Nova	14	Sacristão	1		5	5		1	2340	17			10	3
		Ouvides	4											
		Sirgueiro	1											
		Mercador	1											
		Marchante	1											
		Licenciado	3											
Acumones	4	Padre	1		2			1						
		Ouvides	2						875	3	1		4	
Pão	14	Alfaiate	2	3	2	4	2	3	8885	24	5		14	
		Dom Padre	1											
		Abade	1											
		Dr.	3											
		Tratante	1											
Ouveias	10	Boticário	2			4	4		4183	16	2	2cens	8	
		Tercenário	1											
		Dr.	1											
		Reitor	2											
		Pasteleiro	1											
		<i>Clérif in minoribus</i>	1											
Santo	49	Ouvides	1		4	14	9		18694	71	14	6cens	43	
		Cónego	1											
		Mercador	6											
		Abade	2											
		Dr.	5											
		Padre	5											
		Sirgueiro	1											
		Livreiro	2											
		Boticário	1											
		Freira	1											
		Médico	2											
Laura	3	Dr.	1			1			550	5			3	
Janes	13	Pasteleiro	3		1	6	1	2	2545	20	2		13	
		Dom	2											
		Mercador	1											
		Sapateiro	1											
		Padre	1											
		Militar (Oficial)	2											
S. João	11	Licenciado	2			5	1	4	5350	17	2		11	
		Pasteleiro	2											
		Dr.	1											
		Fidalgo	2											
		Freira	1											
		Dom	2											
Trv. S. João Forno	9	Vidraceiro	1		2	1	3		2480	12	4	1cens	8	
		Cónego	2											
		Padre	1											
		Licenciado	1											
		Alfaiate	1											
Cegos ou Forno	14	Carpinteiro	2		2	5	4	1	4384	25	4	1cens	13	
		Dr.	2											
		Dom	1											
		Lic.	1											
		Cónego	1											
		Abade	2											
		Boticário	1											
		Padre	1											
Trv. Forno/Poço	7	Dr.	2			2	1	1	3742	23		2cens	5	
		Dom	1											
		Padre	1											
Pequena	5	Dom	2			1	1	2	1725	3	3		5	
		Reitor	1											
S.ª Maria/Poço	22	Padre	4		3	9	8	1	8645	49	5		21	
		Cónego	3											
		Abade	1											
		Dr.	5											
		Lic.	1											
		Alfaiate	2											
		Tratante	1											
		Dom	1											
		Sapateiro	1											
		Meirinho	1											
Trv. Poço/Gualdim	4	Dom	2			2		2	1160	8			4	
		Escrivão/casamentos	2											
Gualdim	20	Escrivão/casamentos	1		1	4	2	1	9980	26	4		20	
		Escultor	1											
		Escrivão	1											
		Lic.	2											
		Dom	1											
		D. Freira	1											
		Padre	1											
		<i>Senado da Câmara</i>												
Trv. Gualdi/Couto	2	Padre	1		1		1		515	5			2	
		Ouvides	1											
Chãos	9	Médico	4		2	4		2	1390	17			9	
		Fidalgo	1											
		Dom	1											
		Ouvides	1											
		Sapateiro	1											

Anexo n- 4 (cont.)

Rua	Nº Praz. Rua	Profissões/Pos.Social	Foro	I	II	III	Clér.	Ilust.	Tot. Renda/reis	Gali.	Cap.	Div.	Enfit.	Sub enfit.
Sf'António	18	Abade Cônego Padre Militar (Oficial) Boticário Dr	2 2 2	2			5	9	7785	43			18	
Tr.Sf'Antº/Postig	6	Dom Escrivão/apelações	4	1		1		4	1360	13			5	1
Verde	13	Freira/Padre Torneiro Sapateiro Guarda da Sé	2 2	1	3	1	2		1860	22			13	
Maximinos	30	Sapateiro Dom Violeiro Dr Padre Padre Músico Sirurgueiro Mercador Lie Batefolha	7 1 1 5 1 2	3	10	4	6	3	11895	45	6	5cens	25	
Sapateirs/Rossio	18	Sapateiro Reitor Padeiro	8 1	1	8	1	1		6157	26		3cens	15	
Vielinha	4	Caminheiro Padeiro Tratante	1 1	1		3			2110	1			3	1

EXTRAMUROS

Rua	Praz. Rua	Profissões/Pos.Social	Foro	I	II	III	Clér.	Ilust.	Tot. Renda/reis	Gali.	Cap.	Div.	Enfit.	Sub enfit.
<i>Canal S. Sebastião</i>	2	Fidalgo	1					1	750	4			2	
Em Frent Açogu	2	Armador Picheleiro	1 1		1	1			289	2		lcens	1	
S.Miguel o Anjo	7	Padre Mestre-Escola	3 1		1	1	3		641	4		3cens	3	1
Cruz de Pedra	34	Padeiro Fidalgo Marchante Torneiro Fresqueiro Padre Dom Ourives	2 2 3 1 1 2 1		3	5	2	3	30314	9			6	28
<i>Direita</i>	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Roca</i>	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Canal S. Sebastião</i>	4													4
Alcaide	18	Dom Padre Sombriteiro Carpinteiro Notário Apostólico Pintor Estudante Fidalgo	3 1 1 1 1 2 1		3	3	1	5	3970	19,5		6alq+lalm	4	14
Pellames	18	Alfaiate Carpinteiro Cônego Abade Padre Jardineiro d Arcebis	1 1 1	2		3	1	3	3500	7			0	18
Camp Santiago	10	Fidalgo Alfaiate Carpinteiro	2 1 3	1		4		2	3350	9	2	8Alq	2	8
Anjo	17	Alfaiate Violeiro Moleiro Padre Cônego Abade	1 1 1 1 1		2	1	3		4145	2				17
<i>Canal Cruzes</i>	1													1
S. Marcos	2	Alfaiate <i>Convento</i> <i>Remédios</i>	1 1			1		1	70				2	
Granginhos	7	Pedreiro Padre	3 2			3		2	1437	7			4	3
Aguas	18	Cônego Lavrador Gentil Pintor Odreiro Estalajadeiro Latoeiro Padre Vendeiro Marchante	1 1 1 2 1 1	1	3	4	3		8037	6			4	14

Anexo nº 4 (cont.)

Rua	N.º Praz./Rua	Profissões/Pos.Social	N.º Foro	I	II	III	Clér.	Ilust.	Tot. Renda/reis	Gali.	Cap.	Div.	Enfit.	Sub enfit.
S. Lázaro	40	Fidalgo	1		15	9	2	1	53249	2	2	lOalq	2	38
		Orives	2											
		Palmeilhador	1											
		Sombreireiro	3											
		Pintor	1											
		Padre	2											
		Estudante	2											
		Tabelião de Braga	1											
		Inquiridor doSecuiar	1											
		Sanateiro	2											
		Torneiro	5											
		Trabalhador	1											
		Ferreiro	1											
		Juiz de Sisas	1											
Escrivão	1													
Mercador	1													
Tecelão de seda	1													
RIPont Guimarães	68	Sombreireiro	11		36	4	5	1	40910	6		lSalu		68
		Padre	3											
		Sangrador	1											
		Tintureiro	1											
		Armeiro	1											
		Juiz das Sisas	1											
		Alfaiate	4											
		Picheleiro	1											
		Sapateiro	2											
		Cutileiro	4											
		Ferreiro	3											
		Espingardeiro	1											
		Cónego	2	1										
		Pedreiro	1											
		Cardador	1											
Tecelão da Seda	1													
Serralheiro	2													
Latoeiro	1													
Carpinteiro	1	1												
Dom	1													
Tratante	1													
Sineiro	2													
Pont d Guimarães	29	Cardador	1		9	2			13396	7				29
		Sanateiro	1											
		Trabalhador	1											
		Moleiro	1											
		Siragueiro	1											
Carpinteiro	6													
Pavmanta	26	Fidalgo	1					1	3760	6		lOalu	1	25
		Reitor	1											
Camu Sanfama	7						1	60						7
CCNS/Branca	25	Sombreireiro	9		14	1	4		7840	18		4alq+1/2 Frangaço	1	24
		Sanateiro	1											
		Padre	4											
		Dr	1											
		Caldeireiro	1											
		Alfaiate	2											
Serralheiro	1													
CNS/Branco/Réou	13	Besteiro	17			1			10855	13				13
		Alfaiate	1											
		Carpinteiro	1											
		Tanoeiro	1											
		Sombreireiro	2											
		Padre	1											
Nova da Seara	22	Sombreireiro	8	1	18	1			26500	2		6alu	1	21
		Alfaiate	3											
		Serralheiro	2											
		Carpinteiro	3											
		Pedreiro	2											
Dr	1													
Cárcova	9	Tratante			1	2			245	9				9
		Mercador												
		Marceneiro												
Carvalho	11	Tratante	1	1	2	1	3	2	6108	105	1	lalu	2	9
		EscrivãoDireitsReais	2											
		Padre	1											
		Sanateiro	1											
		Fidalgo	1											
		Cónego	2											
		Surrador	1											
Dom	1													
Chãos de Baixo	51	Tratante	3		15	7	9		13396	26	1	4alu	15	36
		Orives	2											
		Carpinteiro	17											
		Padre	1											
		Sombreireiro	1											
		Lie	1											
		Reitor	1											
		Abade	1											
		Cabeiro	1											
		Espingardeiro	1	1										
		Serralheiro	1											
		Alfaiate	2											
		Pintor	1											
		Sangrador	1											
		Vestimenteiro	1											
		Livreiro	1											
		Sanateiro	2											
Mercador	2													
Estalajadeiro	1													

Anexo n^o 4 (cont.)

Rua	N ^o Paz/Rua	Profissões/Pos.Social	N ^o Foro	I	II	III	Clér.	Ilust.	Tot. Renda/reis	Gali.	Cap.	Div.	Enfit.	Sub enfit.
S.º Anbró	40	Ferveloz Alfaiate Marceiro Sapateiro <i>Clérig. in minoribus</i> Ferreiro Mestre-Escola Enxambrador Inquiridor dSecular Entalhador Padre Notário Apostólico Dourador Tratante Vigário	7 3 1 2 1 2 1 1 1 1 3 1 1 1 1			13	4	5	83646					4f
S. Barnabé	4								4565					A
Gavião	17	Pedreiro	1		1				6000					15
S. Gonçalo	18	Padre Sombreiro Serralheiro Carpinteiro Pedreiro Barbeiro Albardeiro Espingardeiro alfaiate	2 1 2 1 1 1 3 1 1		10	1	2		22110					li
N. S. Guadalupe	8	Pedreiro Dom	1 1		1			1	10200					f
Oliveira	18	Vendeiro Branqueador Alfaiate Abridor/Guam/Esnad Serralheiro Carpinteiro Penteiro Cordador Sombreiro	1 3 2 1 1 1 1 1 1		10	2			18000					li
EmFrenNSº Guad	4	Jornaleiro	2	2					2000					d
Resueira Marzar	5	Ferreiro Cutileiro	1 1		2				1400					i
Chãos de Cima	106	Tratante Serralheiro Vigário Notário Apostólico Marchante Alfaiate Sapateiro Ferreiro Padre Espadeiro Tendeiro Lie Sombreiro Albardeiro Sigueiro cutileiro Pasteleiro Dom Vendeiro	8 2 3 1 1 4 9 5 6 4 1 2 2 1 1 2 1 1 1		30	15	9	1	18285	24			5	10i
Palhotas	40	Padre Sapateiro Armeiro Ferreiro Surrador Padeiro Serralheiro Sombreiro Marchante Contratador Cutileiro Torneiro Cabeiro Mercador Jornaleiro Lie	3 1 1 2 2 2 1 3 2 2 1 1 1 1 1 1 1		1	13	8	3	17047				1	3f
Infiás	31	Juiz das Sisas Branqueador Cabeiro espingardeiro Pedreiro Lanterneiro Ferreiro Carpinteiro Pintor Sombreiro Padre Ourives Cutileiro Dom Barbeiro	1 1 1 1 2 1 1 1 1 3 1 1 1 1 1										1	3C
Canç. Escoura	1								100				1alg	1
Real	1								0					1
Cómea	30	Fidalgo Lavrador Mercador Tratante Armeiro Relojeiro Alfaiate	2 2 1 2 1 1 1		2	2	4	2	37200	33			7alg	30
Biscainhos	1	Lie	1			1			150			2 Salo		1
Canç. Agoas	1													1
Total	1663		677	9	283	167	171	47	587140	775	58		341	606
Intramuros	302		212	0	46	82	58	26	109650	497	52		275	5
Extramuros	761		410	9	237	80	63	21	477490	228	6		66	691
														+26
														cens

Anexo nº 5 CASAS "CABEÇAS DE PRAZO"

RUIAS	PROF/POS.SOC	Nº CASAS	CABEÇA DE PRAZO
Campo de S. Sebastião	Fidalgo	13,5	Prazo ou Lugar de S. Sebastião
Cruz de Pedra	Foreiro	46 6	Casal de S. Cristóvão
	Fidalgo	5	Casal da vinha e Campo de S.Cristóvão Casal ou Vinha das Cobras
Alcaide	Cidadão (Lie.)	4 6	Campo do Avelar Lugar do castelo Mejam
Campo de S. Tiago	Fidalgo	7 37	Lugar do Pombal Camp do Avelar.Figueira e Laranjeira
Anjo	Fidalgo	21	Camp ou Lugar de Castelo Rodrigo
Aguas	Foreiro	16 15	1º 1/2 Camp das Aguas v Caminh Novo
	Fidalgo		2º 1/2 Camp das Aguas v Caminh Novo
S. Lázaro	Herd. Fidalgo	55 38	Casal ou Quinta de Portas
	Foreiro		Casal dos Alamos
Paymanta	Fidalgo	101	Quinta e Moinhos da Serra e da Ribeira
Camp e Calçada de N.ª S.ª Branca	Herd. de Doutor	39	Casal e Quinta do, Sobrado
C.N.ª S.ª Branca/Régua/Nova dSeara	Herd. de Doutor	23	Casal de Entre os matos
Carvalhal	Dona-esp. Fidal	19	Casal de Portas
Infiás	Viúva Doutor	43,5	1- 1/2 do Casal do Lagarto
Cónega	Fidalgo	41,5	Casal da Porta
Total		536,5	

Anexo n- 6 LISTAGEM DE PROFISSÕES/POSIÇÃO SOCIAL DOS FOREIROS

SECTORES	N.º	PROFISSAO/POSIÇÃO SOCIAL	Praz/Subemprazaments		
			intra	extra	TOTAL
Clerigos 120 Clero Superior 38 Clero Inferior 82	1 2		9		16 1
	3	Cónego	1 12	7 9	21
	4 5		29 1		74 1
	6	Abade/Reverendo/Reitor/Vigário	1	45	2 5
	7	Padre Mestre Músico <i>Clerigo in minoribus</i> Freira 57	4	1 1	
Hustres Individualidades 46 46 Terciário 161 Profissões Liberais 54 Administração e Justiça 22 Negócios 36 Agentes de Ensino/Saúde 11 Distribuição/Produç d Alimentos 28 Transportes e Comércio 8 Diversos 2	8 9	Fidalgo	3	11 9	14 32
	10 11	Dona/Dom/Cidadão 26	23	2 6	25 19
	12 13	Doutor Licenciado	23	4	4 6
	14 15	Estudante Médico	13	3 2	3 2 1
	16 17	Juiz Inquiridor Tabelião	6	1 3	3 7 1
	18 19	Notário Escrivão	6	2	1 4
	20 21	Meirinho Guarda da Sé	5 1	1	15 2
	22 23	Militar	1 3	6 2	19
	24	Mercador Contratador	9 3	16	3 6 2
	25 26	Tratante	1 6	2 2	8 2 6
	27	Mestre-Escola Boticário	1	2 2	1 3 1
	28 29	Barbeiro	1	7 2	1 1 1
	30 31	Marchante Estalajadeiro	2 6	4 1	5
	32 33	Padeiro Pasteleiro	1	2 2	1 1
	34 35	Moleiro Sangrador		1	
	36 37	Caminheiro Besteiro		1 5	
	38 39	Tendeiro Vendeiro		1	
		Sacristão Jardineiro do Arcebispo 83	1 1		

Anexo nº 6 (cont.) LISTAGEM DE PROFISSÕES/POSIÇÃO SOCIAL DOS FOREIROS

SECTORES	N.º	PROFISSÃO/POSIÇÃO SOCIAL	Pr az/Subemprazaments		
			intra	extra	TOTAL
<i>Secundário</i>					
Artistas	8	40 Gentil Pintor		1	1
		41 Escultor	1	2	3
		42 Entalhador		1	1
		43 Enxambrador		1	1
		44 Dourador		1	1
		45 Armador		1	1
Oficis/Comérc "Estado do Meio"		46 Ourives	9	5	14
	34	47 Relojoeiro		1	1
		48 Livreiro	2	1	3
		49 50 Armeiro/Espingardeiro/Espadeiro	1	11	11
		51 Criteiro		1	1
		52 Violeiro	1	1	2
		53 Frasqueiro		1	1
		53 Lanterneiro		1	1
Oficios do Têxtil/ Vestuário		54 Sapateiro	20	21	41
	136	55 Sirgueiro/Tecelão de seda	2	4	6
		56 Tintureiro		1	1
		57 Alfaiate	5	28	33
		58 Vestimenteiro		1	1
		59 Sombreteiro		45	45
		60 Palmilhador		1	1
		61 Cardador		3	3
		62 Branqueador		4	4
		63 Pentieiro		1	1
Oficios dos Metais não preciosos		64 Sineiro		2	2
	45	65 Canteleiro		9	9
		66 Caldeireiro		1	1
		67 Picheleiro		2	2
		68 Taloem		2	2
		69 Batefolha	1		1
		70 Serralheiro		12	12
		71 Ferreiro		16	16
Oficios das Madeiras		72 Carpinteiro	2	21	23
	34	73 Marceneiro		1	1
		74 Torneiro	1	7	8
		75 Tanoeiro		1	1
		76 Maceiro		1	1
Oficios da Construção	16	77 78 Vidraceiro	1		1
		79 Pintor		4	4
Oficios do Couro		80 Pedreiro		11	11
	11	80 Odreiro		1	1
		81 Surrador		3	3
		82 Cabeiro		3	3
		83 Albardeiro		4	4
Diversos		84 Trabalhador		2	2
	2	46			
<i>Primário</i>					
	9	85 Lavrador		5	5
		86 Jornaleiro 0		4	4
TOTAL			212	410	622

Anexo n- 6 (cont.)
 Numeração e designações dos espaços urbanos representados nos *fólios*
 do
Mapa das Ruas de Braga e
 sua correspondência actual

Designações no Mapa das Ruas de Braga (MRB)	folio	Designações actuais*
INTRAMUROS		
RUA DO CAMPO	1	R. F. Caetano Brandão entre a r. D. Diogo Sousa e Prac. Cons. Torres R Almeida
RUA NOVA	2	Rua D. Dinor Ho Sorsa
RUA DOS ASSOUQUEIS VELHOS	3	Rua dos Cabidos
PRACA DO PAÇO	4	R. D. Paio Mendes entre a r. D. Gualdim e affi. Cathedral
RUA DAS OLIVEIRAS	5	Rossa Ho S. a R. Nº 69, Ho L. ota
RUA DO SOUTO	6	Rua dos Rent m
LOJRA E TERREIRO DO CASTELLO	7	Rua dos Hasteiros
RUA DE JANS	8	Rua Dos Janes
RUA DE S. JOAO	9	Rua de S. Joao
TRAVESSA DA RUA DE S. JOAO PARA A DO FORNO	10	R. Afonso Henriques entre extr. Poente do Largo S. Joao do Souto e r. Ho Forno
RUA DOS CEGOS OU DO FORNO	11	Rua Ho Forno R. extinta ma Ho Veso (mana de 1857)
TRAVESSA DA RUA DO FORNO PARA A DO POÇO	12	Rua D. Afonso Hfinrimfis entre R. Ho Forno e R. Goncalo Pereira
RUA PEQUENA	13	Rua Ho H. P. o
RUA DE S. MARIA OU DO POÇO	14	Rua Goncalo Pereira
TRAVESSA DA RUA DO POÇO PARA A DE D. GUALDIM	15	Rua D. Afonso Henriques entre r. D. Gonçalo Pereira e r. D. Gualdim Pais
RUA DE D. GUALDIM	16	Rua de D. Gualdim Pais até a D. Afonso Henriques e depois, r. de
TRAVESSA DA RUA DE D. GUALDIM ATÉ O COUTO DE ARVOREDO	17	Rua D. Afonso Henriques entre r. D. Gualdim e r. Frei Caetano RranHão
RUA DAS CHAGAS	18	R. das Chagas e Extre. Leste da r. F. Caetano Brandão ate a r. D. Paio Mendes
RUA DE S. ANTÓNIO	19	Rua Ho Sr.º António Has Traveses
TERREIRO DE S. ANTÓNIO E POSTIGO	20	Rua Ho S. Paulo
RUA VERDE	21	R. D. F. Caetano Brandão entre r. D. Afonso Henriq. e r. D. Paio Mendes (Conto Ho Arvoredo)
RUA DE MAXIMINOS	22	Rua D. Paio Moa Ho entre D. Goncalo Ho R. Ha Violinha
RUA DOS CAPATEIROS	23	R. D. F. Caetano Brandão entre a D. Paio Mendes e D. Diogo de Sosa (reixo Ha Praça)
RUA DA VIOLINHA	24	Rua Ha Violinha
EXTRAMUROS		
CAMPO DE S. SEBASTIÃO E EM FRENTE DO ASSOUQUE	25	R. do Matadouro/Campo das Carvalheiras/Av. S. Miguel-o-Anjo
RUA DE S. MIGUEL O ANJO	26	Rua V. Pinheira
RUA DA CRUZ DE PEDRA	27	Rua Ho Cruz da Dobra
RUA DIREITA	28	Rua Direita
RUA DO BECO	29	Larredo Beco
OUINGOSTA DE S. SEBASTIÃO	30	Rua de R. Robastião
RUA DO AI CAIPE	31	Rua de Alcaide e Alcaide Ral Ho Larro Paulo Ormeio
RUA DOS DEITAMES	32	Rua Ho R. Gualdim
CAMPO DE SACIATÇA E RUA DO ANJO	33 (a/b)	Tilho Ho Ho Tilho p. T. -tilho no Anjo
OUINGOSTA DAS CRIZES	34	Rua Ho F. F. F. F.
RUA DE S. MARCOS RUA DOS GRANGINHOS	35 (a/b)	Rua Ho R. Marcos e Rua Ho R. Tazaro
RUA DAS AGOAS	36	Av. Ha TiberHade entre Av. dos Combatentes e Largo João Penha
RUA DA PONTE DE GUIMARÃES	38	Av. Ha Liberdade entre ma anterior e o Largo Sr. dos Afritos
PONTE DE GUIMARÃES	39	Av. da Liberdade (alc. poente) entre a rua Cons. Lobato e a Ponte sobre o rio Este
RUA DO PAVAMANTA	40	Rua Conselheiros Lobato
CAMPO DE S. ANNA	41	Av. dos Combatentes/Av. Central
CAMPO E CALÇADA DE N. S.ª ABRANCÁ	42 (a/b)	Largo Ha Senhora-a-Branca
CAMPO DE N. S.ª ABRANCA RUA DA REGOIA RUA NOVA DA SEARA	43 (a/b)	Largo da Senhora-a-Branca (Norte) e Rua de S. Victor
RUA DA FONTE DA CARCOVA RUA DO CARVALHAL	44 (a/b)	Rua dos Capelistas/alc Norte do Largo de S. Francisco e rua do Carvalhal
RUA DOS CHAOS DE BAYÇO	45	Rua Ho Chaos
RUA DE S. ANDRÉ	46	Rua de R. André
RUA DE S. BARNABÉ	47	Rua de S. Barnabé
PRACA DO GAVIÃO	48	Rua de S. Barnabé
RUA DE S. GONCALO	49	Rua de R. Goncalo
RUA DE N. S.ª DE GUADALUPE	50	Rua de Goncalo
RUA DA OLIVEIRA	51	Rua das Oliveiras
RUA EM FRENTE DE N. S.ª DE GUADALUPE, RUA DA REGUEIRA	52 (a/b)	Rua da Regueira e Rua de Camoes entre a ultima e a r. das Oliveiras
RUA DOS CHAOS DE SIMA	53	R. de S. Vicente, entre a r. de S. Teresa e a P. Alexandre Herculano (Inls) e r. do Rnrgo
RUA DAS PAIHCITAS	54	Rua das Paihcitas
RUA DE INEIAS	55	Rua de Ineias
OUINGOSTA DE ESCOURA	56	Rua Gabriel Pereira Ho Castro
ESTRADA DE REAL	57	Rua Costa Gomes (Ho Leste) e Largo Sorsa Gomes
RUA DAS CONEÇAS	58	Rua da Rua vista
RUA DOS RISCALINHOS	59	Rua dos Riscalinhos
OUINGOSTA DA RUA DAS AGOAS	60	Largo João Penha (alc. Nnrte)

*A localização é aprox., tendo em conta apenas a posição actual de

Abstract

With this article, the author concerns the "Urban Space in Braga in the middle of the 18th century". He analysed both the urban morphological structure, selected from the *Mappa das Ruas de Braga — 1750*, and the information of the emphyteutic contracts celebrated by the "Cabido" of the Cathedral of Braga which are patent in the *Indices dos Prazos das Casas*. Thus, the author isolated some urban structures in order to present an expressive and brief reconstitution of the morphological and functional bases of 18th century Braga.

Resume

La ville de Braga est vers la moitié du 18^{ième} siècle le siège d'une vaste seigneurie ecclésiastique, dominée par des Archevêques de sang royal qui ont le titre de Primaz das Hespanhas (Primat des Espagnes). Braga est aussi l'un des bastions de la Contre-Réforme dans la chrétienté et un des centres du baroque au Portugal.

En tant que principale institution, le Cabido de la Cathédrale - au demeurant le plus important propriétaire urbain - réalise un vaste relevé cadastral des ses biens et un inventaire de ses revenus, dans lequel on remarque la *Mappa das Ruas de Braga* (plan des Rues de Braga) et les indices dos Prazos das Casas (Listes des emphytéoses des maisons).

Le premier de ces documents décrit de façon particulière une image synchronique très proche de la configuration réelle de la ville en 1750. Le deuxième est composé de 4 volumes qui réunissent l'éventail diachronique des emphytéoses des propriétés urbaines du Cabido célébrées entre 1406 et 1905.

L'objectif de cet article est de présenter la reconstitution de l'espace urbain de Braga au 18^{ième} dans ses aspects morphologique et fonctionnel en se référant au croisement de ces sources.